

# VIVA O VERDE SP

## PLANO DE GESTÃO

### PLANO DE GESTÃO DO PARQUE JARDIM APURÁ - BÚFALOS





## **Produto 3.1**

Estrutura de gestão e manutenção das áreas verdes construídas, incluindo o Plano de Gestão de Parques previsto no Programa de Metas 2021-2024 do Município



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO**

**Ricardo Nunes**

Prefeito

**Rodrigo Ravena**

Secretário Municipal do Verde e Meio Ambiente

**Carlos Eduardo de Vasconcellos**

Secretário Adjunto

**EQUIPE TÉCNICA DA PREFEITURA DE SÃO PAULO**

Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente (SVMA)

**Tamires Oliveira**

Chefe de Gabinete

**Rodolfo Maiche**

Analista de Políticas Públicas e Gestão Governamental

**Oscar de Souza**

Assessoria Jurídica (AJ)

**Willian Agra**

Coordenação de Fiscalização Ambiental  
(CFA)

**Cleide Cremonesi**

Assessoria de Comunicação (ASCOM)

**Liliane Arruda**

Coordenação de Gestão dos Colegiados  
(CGC)

**Tatiana Coelho**

Coordenação de Administração e  
Finanças (CAF)

**Juliana Summa**

Coordenação de Gestão de Parques e  
Biodiversidade Municipal (CGPABI)

**Christiane Ferreira**

Coordenação de Licenciamento  
Ambiental (CLA)

**Rosélia Ikeda**

Coordenação de Planejamento  
Ambiental (CPA)

**José Carlos Paludeto**

Coordenação de Educação Ambiental  
(DEA) e Universidade Aberta do Meio  
Ambiente e Cultura de Paz (UMAPAZ)

**Ana Lúcia de Jesus**

Núcleo de Desenvolvimento de  
Tecnologia da Informação e  
Comunicação (NDTIC)



**PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS ASSENTAMENTOS HUMANOS  
(ONU-HABITAT)**

**Elkin Velasquez**

Representante Regional para América Latina e o Caribe

**Rayne Moraes**

Chefe do Escritório do Brasil e Oficial a Cargo do Escritório do Cone Sul

**Ana Elisa Larrarte**

**Daphne Besen**

Gerentes de Programas

**Fábio Donato**

**Julia Caminha**

**Julia Rabelo**

**Laura Collazos**

**Tiago Marques**

Analistas de Programas

**Giselle Mansur Batista**

**Pedro Araújo Patrício**

**Vivian Silva**

Analistas de Dados

**Aléxia Saraiva**

Coordenadora de Comunicação & Advocacy

**Flávia Scholz**

Analista de Comunicação

**Camila Nogueira**

Designer Gráfica

**Gabriela Gullich**

Designer Gráfica Júnior

**Claudia Bastos de Mello**

Coordenadora Financeira

**Adriana Carneiro**

**Carina Lucena**

**Carolina Oliveira**

Analistas de Operações

**Mariana Assad**

Assistente de Operações

**Jessica Blanco**

Assistente Administrativa

**Severino Marcelino de Azevedo**

Motorista



## **EQUIPE TÉCNICA DO PROJETO VIVA O VERDE SP**

**Jordi Sánchez-Cuenca**  
Coordenador de Programas

**Mateus Santos**  
**Bruna Leite**  
**Maria Fernanda Godoy**  
**Carlos Sandler**  
Analistas de Programas

**Laura Figueiredo**  
**Júlia Rocha**  
Assistentes de Programas

**Tiago Lourenzi**  
Assistente de Dados

**Guilherme Justino**  
Analista de Comunicação

## **DESENVOLVIMENTO DOS PLANOS DE GESTÃO**

**Fernanda Lima**  
Consultora em Espaços Públicos

**Adriana Quedas**  
Consultora em Meio ambiente

**Conrado Vivacqua**  
Consultor em Arquitetura

**Bianca Brasil**  
Consultora em Biologia

**REVISÃO FINAL**  
**Julia Caminha**



## LISTA DE SIGLAS

AI – Área de Influência  
AMA – Atendimento Médico Ambulatorial  
CADES - Conselho Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável  
CAPS – Centro de Atenção Psicossocial  
CCA – Centro para Crianças e Adolescentes  
CCM – Cadastro de Contribuintes Mobiliários  
CDB – Convenção sobre Diversidade Biológica  
CRAS – Centro de Referência de Assistência Social  
CG – Conselho Gestor  
CGC – Coordenação de Gestão dos Colegiados  
CGPABI – Coordenação de Gestão de Parques e Biodiversidade Municipal  
CPA/SMPED – Comissão Permanente de Acessibilidade da Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência  
CPA/SVMA – Coordenação de Planejamento Ambiental da Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente  
CRAS – Centro de Referência da Assistência Social  
DIPO – Divisão de Implantação de Projetos e Obras  
DGPU – Divisão de Gestão de Parques Urbanos  
DFS – Divisão de Fauna Silvestre  
EA – Educação Ambiental  
GCM – Guarda Civil Municipal  
GR – Grupo de Referência  
LGBTQIAPN+ – Lésbica, Gay, Bissexual, Transgênero, Queer, Intersexo, Assexual, Pansexual, Não-binário e o sinal de “+” é usado para incluir outras identidades de gênero.  
MEA – Avaliação Ecológica do Milênio  
ONU – Organização das Nações Unidas  
ONU-Habitat – Programa das Nações Unidas para Assentamentos Humanos  
PCDs – Pessoas Com Deficiência  
PDE – Plano Diretor Estratégico  
PMMA – Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica  
PMSA – Plano Municipal de Conservação e Recuperação de Áreas Prestadoras de Serviços Ambientais  
SAPAVEL – Sistema de Áreas Protegidas, Áreas Verdes e Espaços Livres  
SEADE – Sistema Estadual de Análise de Dados  
SEHAB – Secretaria Municipal de Habitação  
SEMPLA – Secretaria Municipal de Planejamento  
SIG – Sistemas de Informações Geográficas  
SMADS – Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social  
SMUL – Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento  
SVMA – Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente  
UBS – Unidade Básica de Saúde  
UMAPAZ – Universidade Aberta do Meio Ambiente e Cultura de Paz  
UPA – Unidade de Pronto Atendimento  
ZEIS – Zona Especial de Interesse Social



## ÍNDICE DE MAPAS

Mapa 1 – Limites do Parque Jardim Apurá - Búfalos .....	30
Mapa 2 – Uso do Solo Predominante .....	32
Mapa 3 – Cortiços, favelas e loteamentos irregulares .....	33
Mapa 4 – Sistema viário no entorno do parque e identificação das linhas.....	41
Mapa 5 - Mapeamento dos equipamentos públicos do Território-Parque .....	43
Mapa 6 - Equipamentos de Assistência Social do Território-Parque .....	44
Mapa 7 – Equipamentos Educacionais do Território-Parque.....	45
Mapa 8 - Equipamentos de Esportes do Território-Parque.....	46
Mapa 9 - Equipamentos de Saúde do Território-Parque .....	47
Mapa 10 – Declividades no Parque Jardim Apurá – Búfalos e entorno.....	50
Mapa 11 - Microbacias do Ribeirão Guacuri e do Córrego Apucas.....	52
Mapa 12 - Remanescentes de biomas no entorno do Parque Jardim Apurá - Búfalos .....	54
Mapa 13 - Mapeamento da cobertura vegetal no entorno do Parque Jardim Apurá - Búfalos .....	55
Mapa 14– Setorização do Parque Jardim Apurá - Búfalos .....	68



## ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1- Elementos estruturantes de um Plano de Gestão.....	22
Figura 2 - Localização do Parque Jardim Apurá - Búfalos no município de São Paulo e no Distrito de Pedreira, ao lado da Represa Billings.....	29
Figura 3 - Vista geral da área do Parque dos Búfalos no Jardim Apura .....	31
Figura 4 - Localização do Parque Jardim Apurá - Búfalos nas Macroáreas do Plano Diretor Estratégico de São Paulo.....	34
Figura 5 - Zoneamento e ZEIS da região no entorno do Parque Jardim Apurá - Búfalos .....	35
Figura 6 - Área do Parque Jardim Apurá - Búfalos incluída no Perímetro de Ação 204 – Parques da Billings e CEU Alvarenga, do Plano Regional da Cidade Ademar .....	37
Figura 7 - Zoneamento da APRM – Billings incidente sobre a área do Parque Jardim Apurá - Búfalos .....	38
Figura 8 - Densidade Demográfica e IPVS na região do Parque Jardim Apurá - Búfalos .....	39
Figura 9 - Sistema Viário no entorno do Parque Jardim Apurá - Búfalos, e a classificação viária segundo a Companhia de Engenharia de Tráfego – CET.....	39
Figura 10 – Vista aérea de Jardim Apurá e o Parqué Búfalos .....	40
Figura 11 - A Estrada do Alvarenga (esquerda) e a Avenida das Garoupas (direita).....	40
Figura 12 - Hipsometria do Parque Jardim Apurá - Búfalos e seu entorno.....	49
Figura 13 – Imagem da margem da Represa Billings no Parque Jardim Apurá - Búfalos.....	53
Figura 14 - Imagem aérea com delimitação das unidades de análise da vegetação do Parque Jardim Apurá - Búfalos .....	56
Figura 15 - Sapo-cururuzinho ( <i>Rhinella ornata</i> ) e cachorro-do-mato ( <i>Cerdocyon thous</i> ), em fotografias registradas no Parque Jardim Apurá - Búfalos.....	60
Figura 16 - Biguá ( <i>Nannopterum brasilianum brasilianum</i> ) e garça-moura ( <i>Ardea cocoi</i> ), em fotografias registradas no Parque Jardim Apurá - Búfalos .....	61
Figura 17– Tipos das oficinas .....	18
Figura 18– Perfil das pessoas participantes que responderam o formulário (gênero e perfil étnico-racial).....	20
Figura 19 – Parte das pessoas participantes da oficina e equipe facilitadora.....	21
Figura 20 - Nuvem de palavras formada com as respostas para a pergunta “Qual é a importância desse parque para você?” .....	21
Figura 21 – Diagrama de estrela - gênero .....	23
Figura 22 – Diagrama de estrela - gênero e étnico-racial (mulheres).....	23
Figura 23 – Diagrama de estrela - gênero e étnico-racial (homens).....	24
Figura 24 – Registro da atividade “Diagrama de estrela” .....	25
Figura 25 – Registro da atividade “Mapeamento Afetivo” .....	26
Figura 26 – Imagem ilustrativa da ferramenta “Árvore dos sonhos”.....	27
Figura 27 – Registros da atividade “Árvore dos sonhos”.....	27
Figura 28 – Pessoas participantes da oficina e equipe facilitadora.....	28
Figura 29 – Nuvem de palavras da atividade “Roda de Sensibilização” .....	29
Figura 30 - Registros da atividade “Mapeamento Afetivo” .....	30
Figura 31 - Registros da atividade “Nuvem de necessidades e chuva de ideias” .....	30





## ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 - Atividades participativas nas etapas do Plano de Gestão .....	26
Tabela 2 – Ficha introdutória do parque .....	28
Tabela 3 - Distribuição dos custos de manutenção e operação do Parque .....	73
Tabela 4 - Planos e programas ambientais e setoriais pertinentes .....	1
Tabela 5 - Planos ambientais transversais SVMA/PMSP .....	2
Tabela 6 - Distribuição anual dos períodos de coleta .....	6
Tabela 7 - Distribuição dos valores coletados em campo, normalizados pela variação e pela pontuação atribuída. ....	7
Tabela 8- Pontuação dos dados coletados pela variação anual .....	7
Tabela 9 - Frequência de visitação das pessoas inscritas .....	19
Tabela 10 - Presença dos diferentes grupos de pessoas participantes registradas na lista de presença (em porcentagem) .....	20



## GLOSSÁRIO

**Áreas de risco ambiental:** regiões habitadas com pessoas expostas a desastres naturais, como deslizamentos de terra e inundações (PLANPAVEL, 2022).

**Área Protegida:** área com características naturais relevantes e limites geográficos definidos, regulamentada e gerida por instrumentos legais, com o objetivo de promover, de forma duradoura, a recuperação ambiental, a conservação da natureza, de seus serviços ecossistêmicos e valores culturais associados (PLANPAVEL, 2022).

**Área Verde:** conjunto de áreas intraurbanas e rurais, públicas ou privadas, que apresentam cobertura vegetal, arbórea, arbustiva ou rasteira e que desempenham função ecológica, paisagística e recreativa. São prestadoras de serviços ecossistêmicos e propiciam a melhoria da qualidade estética, funcional e ambiental da cidade (PLANPAVEL, 2022).

**Biodiversidade ou diversidade biológica:** consiste na variabilidade de organismos vivos de todas as origens, compreendendo, dentre outros, os ecossistemas terrestres, marinhos e outros ecossistemas aquáticos e os complexos ecológicos de que fazem parte; compreende ainda a diversidade dentro de espécies, entre espécies e de ecossistemas (Lei Federal nº 9.985/2000, Art. 2º, inciso III).

**Caminhadas perceptivas:** são uma prática que envolve explorar um ambiente com foco na percepção individual. Durante essas caminhadas, as pessoas são encorajadas a prestar atenção aos detalhes ao seu redor e a refletir sobre suas respostas a esses estímulos.

**Ciclofaixa:** faixa de rolamento de uso exclusivo à circulação de ciclos, com segregação visual ou física do tráfego lindeiro, podendo ter piso diferenciado no mesmo patamar da pista de rolamento. (Decreto Municipal nº 56.834/2016 - Anexo único PlanMob/SP).

**Ciclovía:** pista de uso exclusivo de bicicletas e outros ciclos, com segregação física do tráfego lindeiro motorizado ou ativo, com sinalização viária, podendo ter piso diferenciado no mesmo patamar da pista de rolamento ou no nível da calçada. (Decreto Municipal nº 56.834/2016 - Anexo único PlanMob/SP).

**Conselho Regional de Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Cultura de Paz (CADES Regional):** conselho existente no âmbito de cada Subprefeitura de São Paulo, de natureza participativa e consultiva em questões relacionadas à proteção do meio ambiente, à promoção do desenvolvimento sustentável e da cultura de paz (Lei Municipal nº 14.887/2009, Art. 51).

**Conselhos Gestores dos Parques Municipais:** compostos pelo Poder Executivo e sociedade civil, participam do planejamento, gestão, avaliação e controle da execução das atividades do parque e da política de meio ambiente e sustentabilidade em sua área de abrangência (Lei Municipal nº 15.910/2013, Arts. 1º e 4º).

**Conservação:** Este termo é amplamente utilizado em várias áreas, como meio ambiente, biologia, física e patrimônio cultural. Na biologia, a conservação refere-se à proteção das



espécies, habitats e ecossistemas para evitar a extinção e a degradação ambiental. No campo do patrimônio cultural, conservação envolve a preservação de objetos, obras de arte, edifícios históricos e outros bens culturais para assegurar que sejam transmitidos para as gerações futuras com o mínimo de alterações (SILVA, 2020).

**Conservação da natureza:** manejo do uso humano da natureza, compreendendo preservação, manutenção, utilização sustentável, restauração e recuperação do ambiente natural, para que possa produzir o maior benefício, em bases sustentáveis, às atuais gerações, mantendo seu potencial de satisfazer as necessidades e aspirações das gerações futuras, e garantindo a sobrevivência dos seres vivos em geral (Lei Federal nº 9.985/2000, Art. 2º, Inciso II).

**Corredores ecológicos:** são porções de ecossistemas naturais ou seminaturais que ligam unidades de conservação, possibilitando entre elas o fluxo de genes e o movimento da biota, facilitando a dispersão de espécies e a recolonização de áreas degradadas, bem como a manutenção de populações que demandam para sua sobrevivência áreas com extensão maior do que aquela das unidades individuais (Lei Federal nº 9.985/2000, Art. 2º, inciso XIX).

**Corredor Verde:** área destinada a conexão de fragmentos da paisagem, inclusive ao longo dos cursos hídricos, para conservação e recuperação de habitats da fauna e flora e a manutenção da biodiversidade, por meio da preservação e recuperação da cobertura vegetal arbórea e não arbórea (PLANPAVEL, 2022).

**Educação Ambiental:** processos contínuos e permanentes de aprendizagem, participação e formação, individual e coletiva, utilizando metodologias participativas e interdisciplinares para a ação reflexiva e crítica, a construção de valores, saberes, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências, visando ao exercício da cidadania na melhoria da qualidade de vida, no controle social sobre as políticas públicas, fortalecendo uma relação respeitosa e sustentável da sociedade humana com o ambiente que a integra e por ela é constituído, criando a partir disso uma ética para a preservação do meio ambiente e contribuindo para uma gestão municipal integrada (Política Municipal de Educação Ambiental de São Paulo, Lei Municipal nº 15.967/2014, Art. 2º).

**Equidade:** refere-se à justa distribuição de oportunidades, recursos e benefícios, considerando as diferentes necessidades e circunstâncias das pessoas. A equidade vai além da igualdade, implica tratar todas as pessoas de maneira idêntica e busca compensar o histórico de discriminação social ou econômica que alguns grupos enfrentam (adaptado de ONU, 2022).

**Espaços inclusivos:** são os espaços públicos ou coletivos definidos por três eixos: espacial, social e econômico. Inclusão espacial: atendimento às necessidades básicas e acessíveis, como moradia, água e saneamento. Inclusão social: garantia de direitos iguais e participação de todos. Inclusão econômica: criação de empregos e oportunidades onde todos possam aproveitar os benefícios do crescimento econômico (adaptado de WORLD BANK, 2024).

**Espaço livre:** todo espaço público ou privado não ocupado por um volume edificado, que configura recinto ou ambiente coberto e fechado, independentemente do uso, podendo ou não estar associado a áreas verdes, mas não restrito a elas, e que cumpre funções



recreativas, educativas, ecológicas, estéticas, paisagísticas e de conforto ambiental associado à insolação, circulação do ar e temperatura (PLANPAVEL, 2022).

**Espaço público:** Locais urbanos que fornecem serviços ecossistêmicos, melhoram a saúde e o bem-estar, garantem a inclusão social e o intercâmbio econômico. Pode ser entendido, também, não apenas um lugar físico onde as pessoas se encontram, mas é também um palco para interações sociais, econômicas e políticas. Pode ser inclusivo ou excludente, de conflito ou negociação, de interação e de convivência. O espaço público é constantemente produzido e reproduzido pelas práticas sociais. Ele é moldado pelas ações das pessoas e das instituições, refletindo a dinâmica social e econômica de uma sociedade. (adaptado de ONU, 2024 e SANTOS, 1996).

**Espécie exótica:** espécie, subespécie ou táxon de hierarquia inferior ocorrendo fora de sua área de distribuição natural passada ou presente. Inclui qualquer parte, como gametas, sementes, ovos ou propágulos que possam sobreviver e subsequentemente reproduzir-se. (Instrução Normativa Ibama Nº 9 de 20 de março de 2020, Anexo II, Art. 2º).

**Espécie nativa:** espécie, subespécie ou táxon de hierarquia inferior ocorrendo dentro de sua área de distribuição natural (passada ou presente), incluindo a área que pode alcançar e ocupar através de seus sistemas naturais de dispersão (Instrução Normativa Ibama Nº 9 de 20 de março de 2020, Anexo II, Art. 2º).

**Governança pública:** conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade (Lei Federal nº 9.203/ 2017, Art. 2º, Inciso I).

**Grupos vulnerabilizados:** segmentos da população que enfrentam barreiras significativas para acessar direitos e serviços fundamentais devido a fatores institucionais, políticos, estruturais ligados de maneira interseccionada pela exclusão social, desigualdade econômica, entre outros. Trata-se de mulheres e meninas, crianças, pessoas idosas, pessoas com deficiência, pessoas LGBTQIAPN +, povos indígenas e minorias étnicas, pessoas refugiadas, migrantes e deslocadas internas.

**Hortas urbanas:** pequenas superfícies situadas dentro de uma cidade e destinadas à produção de cultivos para consumo próprio ou venda em mercados (PLANPAVEL, 2022).

**Inclusão:** refere-se ao processo de garantir que todas as pessoas, independentemente de sua origem, tenham oportunidades iguais para alcançar seu potencial máximo na vida. Este conceito abrange a participação ativa em várias esferas da sociedade, incluindo política, economia e vida social, e é apoiado por políticas e ações que promovem o acesso igualitário a serviços públicos e processos decisórios (ONU, 2007).

**Identidade de gênero:** refere-se à experiência interna e individual de gênero de uma pessoa, que pode ou não corresponder ao sexo atribuído ao nascimento. Esta identidade inclui a percepção pessoal de si mesmo como homem, mulher, ambos, nenhum ou outro gênero (ONU, 2020).



**Interseccionalidade:** é a ideia de que múltiplas formas de opressão, discriminação ou desvantagens se sobrepõem e se cruzam, especialmente nas experiências de pessoas marginalizadas. Em vez de considerar cada forma de opressão de forma isolada, a interseccionalidade reconhece que as pessoas podem ser afetadas por várias formas de opressão simultaneamente, criando experiências únicas e complexas de discriminação (CRENSHAW, 1989).

**Manejo:** todo e qualquer procedimento que vise assegurar a conservação da diversidade biológica e dos ecossistemas (Lei Federal nº 9.985/2000, Art. 2º, inciso VII).

**Monitoramento:** atividade de examinar, acompanhar, avaliar e verificar a obediência a condições previamente estabelecidas para a perfeita execução ou operação de obra, serviço, projeto, pesquisa ou qualquer outro empreendimento (Resolução do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil - CAU/BR nº 21 de 5 de abril de 2012, Anexo I).

**Mudança do clima:** direta ou indiretamente atribuída à atividade humana que altera a composição da atmosfera mundial, e se some àquela provocada pela variabilidade climática natural observada ao longo de períodos comparáveis (Lei Municipal nº 14.933/2009, Art. 2º, Inciso XIV).

**Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) municipais:** parâmetros orientadores e estratégicos das atividades, intervenções governamentais e políticas públicas para segurança alimentar e agricultura, saúde, educação, redução das desigualdades e erradicação da pobreza, energia, água e saneamento, padrões sustentáveis de produção e de consumo, mudança do clima, cidades sustentáveis, proteção e uso sustentável dos ecossistemas, crescimento econômico inclusivo, infraestrutura e industrialização, governança, e meios de implementação, a partir da adoção da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas (Lei Municipal nº 16.817/2018, Art.1º).

**Parque de Conservação:** parque dotado de atributos naturais relevantes, podendo ou não comportar estruturas e equipamentos voltados ao lazer e à fruição pública (PLANPAVEL, 2022).

**Parque Linear:** parque associado aos cursos d'água com a finalidade de conservar e recuperar atributos naturais, de prover serviços ecossistêmicos, de proteger e recuperar Áreas de Preservação Permanente, de promover a drenagem sustentável, de melhorar as condições de saneamento e de incentivar a fruição pública (PLANPAVEL, 2022).

**Parque Natural Municipal (PNM):** Unidade de Conservação de Proteção Integral criada pelo município, correspondente ao Parque Nacional, que tem como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, vedado o uso direto dos recursos naturais e permitida a realização de pesquisas científicas, o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico (Lei Municipal nº 16.050/2014, Quadro 1).



**Parque de Orla:** parque localizado na orla das represas Billings ou Guarapiranga com funções de preservação das margens, de controle da poluição difusa, de lazer, recreação e prática de esportes náuticos (PLANPAVEL, 2022).

**Parque Urbano:** parque localizado na zona urbana, com a finalidade de conservar e recuperar atributos naturais, de prover serviços ecossistêmicos e de oferecer equipamentos de lazer à população (PLANPAVEL, 2022).

**Pessoa não binária:** Não binário é um termo guarda-chuva que abrange uma ampla variedade de experiências de gênero, incluindo pessoas que se identificam com uma identidade de gênero específica diferente de homem ou mulher, pessoas que se identificam com dois ou mais gêneros (bigênero ou pan/poligênero) e pessoas que não se identificam com nenhum gênero (agênero) (adaptado de ONU, 2005).

**Zoneamento:** pode ser definido como um conjunto de regras que regulamentam o uso e ocupação do solo, estabelecendo parâmetros como a altura máxima das edificações, a densidade demográfica, os recuos obrigatórios, e os usos permitidos (residencial, comercial, industrial, etc.) (SÃO PAULO, 2014).



## SUMÁRIO

1.	Introdução.....	16
2.	Parques Urbanos Municipais.....	18
2.1.	Legislação aplicável.....	18
3.	O que são Planos de Gestão? E por que são importantes?.....	22
3.1.	Metodologia.....	23
3.1.1.	Base teórica do Processo Participativo.....	24
3.1.2.	Base operacional do Processo Participativo.....	25
4.	Parque Jardim Apurá - Búfalos: Informações gerais.....	28
5.	Contexto Urbano.....	29
5.1.	Ocupação e Uso do Solo.....	31
5.2.	Estrutura socioeconômica.....	38
5.3.	Eixos viários e Mobilidade.....	39
6.	Território-Parque.....	42
6.1.	Caracterização.....	42
6.2.	Desafios e Oportunidades.....	48
7.	Caracterização do Parque Jardim Apurá - Búfalos.....	48
7.1.	Atributos naturais.....	48
7.1.1.	Relevo.....	49
7.1.2.	Solo.....	51
7.1.3.	Água.....	51
7.1.4.	Vegetação.....	53
7.1.5.	Fauna.....	59
7.1.6.	Serviços ecossistêmicos.....	63
7.2.	Usos Identificados.....	66
8.	Setorização.....	67
9.	Gestão.....	69
9.1.	Os Conselhos de Meio Ambiente.....	69
9.2.	Custos de manutenção.....	72
10.	Plano de Ação.....	73
10.1.	Definição de Prazo e Prioridade.....	74
10.3.	Desejos de futuro.....	75
10.4.	Quadro de diretrizes.....	76
10.5.	Quadro de ações e monitoramento.....	92
10.5.	Planos, programas e projetos.....	0
10.6.	Parcerias.....	3
11.	Sistema de monitoramento e avaliação.....	4
11.1.	Monitoramento geral dos principais aspectos do parque.....	5
12.	Referências Bibliográficas.....	10
	Anexo I: Processo participativo do Plano de Gestão.....	16



## 1. Introdução

De 2005 até a presente data, houve um aumento expressivo de parques urbanos no município de São Paulo passando de 34 para mais de 110 – aumento esse impulsionado entre 2007 e 2013 pelo “Programa 100 (cem) Parques para São Paulo”. O salto quantitativo, entretanto, trouxe à gestão pública uma série de responsabilidades com outras tantas necessidades, como: a) avaliar as condições e os usos dos parques; b) melhorar a qualidade dos parques implantados; c) aprimorar a gestão municipal dos parques e do sistema de áreas protegidas, áreas verdes e espaços livres; d) capacitar e treinar os servidores e servidoras públicos, bem como a sociedade civil na avaliação, proposição de melhorias e gestão dos parques municipais.

A implementação de Planos de Gestão pela Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente (SVMA) não é em si uma novidade, outros documentos com a elaboração conduzida por gestores de parque foram produzidos ao longo do tempo e são diversos os documentos que, de maneira mais sintetizada ou mais aprimorada, estabeleceram diretrizes e recomendações para a gestão por parte do poder público e promoveram o ordenamento dos espaços de uso público dos parques.

Esses documentos também ganharam outros nomes como “Plano de Ocupação”, “Plano Diretor”, “Relatório Propositivo de Uso Público”, a depender do olhar traçado pela equipe técnica envolvida e com diferentes abordagens considerando mais, menos ou nenhuma participação da sociedade civil.

Assim, é possível afirmar que os planos já produzidos para os parques municipais tiveram como centralidade a perspectiva da administração e foram formulados a despeito de haver um conselho gestor ativo e qualquer demanda oficial, seja para nortear concessões privadas seja como documento necessário para atender as metas da gestão pública. Entre os documentos recentemente publicados, estão:

- 2018: Relatório propositivo de uso público do parque São José e Guarapiranga, elaborado pela SVMA/UMAPAZ;
- 2019: Planos Diretores dos parques concessionados Eucaliptos, Tenente Brigadeiro Faria Lima, Ibirapuera, Jacintho Alberto, Jardim Felicidade, Lageado, e, elaborados pela SVMA;
- 2020: Plano Diretor do Parque Burle Marx, elaborado pela Fundação Aron Birmann;
- 2021: Planos Diretores dos parques concessionados Mário Covas e Trianon, elaborados pela SVMA;
- 2024: Planos de Gestão dos Parques da Orla da Represa Guarapiranga, elaborado pela SVMA.

Em 2022, a Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente de São Paulo e o ONU-Habitat firmaram um “Acordo de Contribuição”. O acordo estabelece que diferentes equipes técnicas, interdisciplinares e especializadas, colaborem com produtos, ferramentas e documentos de gestão que tenham como foco promover a sustentabilidade urbana e a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos por meio da valorização e preservação de áreas verdes na cidade.





Esses produtos tomam corpo na iniciativa nomeada “Viva o Verde SP” e, entre si, possuem uma característica comum: encontros formativos e o diálogo frequente entre a administração pública e a sociedade civil – que constrói pontes, fomenta nexos e parcerias.

O projeto visa i) a distribuição equitativa de espaços verdes públicos na cidade; ii) a melhoria das estruturas municipais para a gestão dos parques; iii) a ampliação da visibilidade internacional das políticas de São Paulo.

A escolha dos parques se pautou na previsão destes no Plano Diretor Estratégico (PDE) do Município de São Paulo (Lei 16.050/2014) e na meta 62 do Plano de Metas de governo (2021-2024), onde a prefeitura se comprometeu a implantar oito novos parques e, concomitantemente, criar seus conselhos gestores e planos de gestão. Os parques que recebem os planos de gestão através da iniciativa são: Água Podre – Ypuera, Alto da Boa Vista, Aristocrata, Augusta – Bruno Covas, Córrego do Bispo, Fazenda da Juta, Jardim Apurá – Búfalos e Paraisópolis – Lourival Clemente da Silva.

No contexto da implementação das concessões públicas em São Paulo, os planos de gestão se tornaram uma exigência do Ministério Público para os parques do município. Esses documentos, além de atenderem a uma necessidade legal, surgem como instrumentos animadores da participação social local quando esse parque está por nascer ou foi recém-inaugurado. O recado que se quer transmitir é o de que a participação social não está restrita às etapas seguintes ao parque aberto, mas pode também compor como um nutriente a mais quando inserida em um planejamento mais amplo, colaborativo e participativo.

A intenção deste produto é, portanto, garantir que todos os parques tenham instrumentos adequados de gestão que subsidiem a estrutura de governança e a) sirvam de guia para os funcionários públicos; b) sirvam como mecanismo de controle social por parte da sociedade civil; c) permitam a continuidade de políticas, programas, projetos e iniciativas para os parques.

Dessa forma, inicialmente o plano apresenta uma contextualização breve sobre a importância e a localização do parque dentro do município. Em seguida, faz uma caracterização urbano-ambiental abrangente, abordando tanto os atributos naturais do parque em seu interior quanto a relação do parque com as áreas circundantes, denominadas de “Território Parque”.

Além disso, o plano também compila e analisa as legislações relevantes, que podem ser úteis e aplicáveis para a gestão administrativa e compartilhada do parque, proporcionando um entendimento jurídico necessário para a tomada de decisões. Por fim, o documento propõe diretrizes e ações que visam a manutenção e melhoria do parque, fundamentadas em discussões coletivas, estimulando que as ações futuras estejam alinhadas com as necessidades e aspirações da sociedade civil.



## 2. Parques Urbanos Municipais

Os primeiros parques urbanos surgiram na segunda metade do século XVIII na Europa e Estados Unidos como resposta ao processo de expansão das cidades, visando oferecer lazer e entretenimento à população urbana. Durante a Revolução Industrial, já no século XIX, esses espaços foram concebidos com uma aura nostálgica, evocando a paisagem natural perdida durante o êxodo rural-urbano provocado pela industrialização. No Brasil, os parques urbanos surgiram na primeira metade do século XIX, seguindo o modelo europeu, inicialmente acessíveis apenas às elites, reforçando a segregação socioespacial decorrente do sistema escravista que caracterizava a época (SILVA, 2003). O primeiro parque urbano da cidade de São Paulo foi o Jardim da Luz, frente à estação da Luz, inaugurado em 1825.

O conceito do lazer, nas dinâmicas urbanas do século XX se reconfigurou, desde um lazer submetido a um controle social das concepções higienistas de cidade até processos de redemocratização e cidadania observados. Quase dois séculos depois da inauguração do parque Jardim da Luz, as políticas públicas municipais de São Paulo seguem um modelo de desenvolvimento urbano contemporâneo que prioriza o bem-estar coletivo, sem excluir as camadas mais pobres da população da cidade. Num contexto de escassez de espaços verdes públicos, os parques se tornaram espaços de reivindicação pelo direito ao lazer e à cidade (PACHECO, 2014).

Os parques urbanos da Cidade de São Paulo são diversos em tamanho, forma e função. Eles oferecem um conjunto de benefícios à população, como a preservação de fauna e flora e dos recursos hídricos, a regulação do microclima e a qualidade do ar, além de promover a recreação e a sociabilidade. Assim, o uso público dos parques difere-se de outros espaços públicos, pois integra a ele a conservação ambiental (KLIASS apud LIMA, 2021).

Em São Paulo, considerando o rápido crescimento urbano e a desigualdade social, esses espaços públicos refletem as dinâmicas e desafios da cidade e, em certos setores da cidade, representam uma das escassas áreas verdes ou espaços livres e públicos com vocação para a recreação, contemplação e valorização da urbanidade.

### 2.1. Legislação aplicável

A elaboração de um plano de gestão para um parque urbano precisa estar em consonância com diversas legislações de ordenamento urbano e normas administrativas para garantir sua eficácia, legalidade e sustentabilidade. Este alinhamento é crucial para que o parque não só atenda às necessidades da população, mas também respeite as diretrizes ambientais, urbanísticas e administrativas estabelecidas pelo município.

No caso do Parque Jardim Apurá - Búfalos, como aponta o diagnóstico acima, destaca-se as seguintes normas de incidência no parque:

- Área de Proteção e Recuperação dos Mananciais da Bacia Hidrográfica do Reservatório Billings (APRM-B), instituída pela Lei Estadual nº 13.579/2009. O Parque encontra-se nas AOD6 - Área de Ocupação Dirigida 6 e AOD5 - Área de Ocupação



- Dirigida 5, Subáreas SCA - Subárea de Conservação Ambiental e SOE – Subárea de Ocupação Especial;
- Plano Diretor Municipal - Revisão Intermediária (Lei 17.975/23): Parque de Orla Proposto, configurado como Zona Especial de Preservação Ambiental – ZEPAM, com ocorrências de ZEIS 4 - Zona Especial de Interesse Social 4, ZEIS 1 - Zona de Interesse Social 1 e ZMa - Zona Mista Ambiental em seu entorno imediato;
  - Plano Regional da Subprefeitura de Cidade Ademar: consta no Perímetro de Ação 204 – Parques da Billings e CEU Alvarenga (PMSP, 2016).

Abaixo lista-se outras normas consideradas úteis para a gestão dos parques urbanos municipais:

### **Legislação Federal**

- Constituição da República Federativa do Brasil de 1988: é a lei fundamental e suprema do Brasil, estabelecendo os direitos e deveres dos cidadãos e as funções dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. No que tange ao meio ambiente, o artigo 225 da Constituição trata de sua proteção, impondo ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.
- Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA) - Lei nº 6.938/1981: tem como objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no país, condições de desenvolvimento socioeconômico, interesses da segurança nacional e proteção da dignidade da vida humana. Estabelece os princípios, objetivos e instrumentos para a política ambiental no Brasil, incluindo a criação do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA) e o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA).
- Política Nacional sobre a Mudança do Clima (PNMC) - Lei nº 12.187/2009: estabelece os princípios, objetivos, diretrizes e instrumentos para a implementação de políticas públicas voltadas ao enfrentamento das mudanças climáticas no Brasil. A lei tem como foco principal a mitigação das emissões de gases de efeito estufa e a adaptação do país aos impactos das mudanças climáticas, em alinhamento com os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil.
- Lei da Mata Atlântica - Lei nº 11.428/2006: dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, considerado um dos mais ricos em biodiversidade e um dos mais ameaçados do mundo. A lei define os tipos de vegetação que podem ser explorados, as condições para essa exploração, e estabelece normas para a recuperação de áreas degradadas. Além disso, busca a preservação de remanescentes de vegetação nativa e incentiva a recuperação e o uso sustentável dos recursos naturais.
- Código Florestal - Lei nº 12.651/2012: regula a preservação e o uso da vegetação nativa em propriedades rurais e estabelece normas sobre as Áreas de Preservação Permanente (APPs) e as Reservas Legais. Ele estabelece obrigações para os proprietários rurais no que diz respeito à proteção dos recursos hídricos, à conservação da biodiversidade, ao combate ao desmatamento ilegal e à promoção do uso sustentável das florestas.
- Lei nº 13.019/2014: estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração



pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco.

### **Legislação Estadual**

- Lei Estadual da Mata Atlântica (São Paulo) - Lei nº 14.982/2013: lei específica do Estado de São Paulo que regulamenta a proteção e a restauração da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica no estado. A lei define as regras para a supressão de vegetação, medidas de compensação ambiental, e incentiva a recuperação de áreas degradadas. Além disso, regula a exploração sustentável dos recursos naturais, buscando a preservação do bioma no âmbito estadual.

### **Legislação Municipal (Leis Municipais)**

- Lei Municipal nº 16.703/2017: disciplina as concessões e permissões de serviços, obras e bens públicos no âmbito do Plano Municipal de Desestatização (PMD).
- Lei Municipal nº 15.910/2013: dispõe sobre a criação e organização de Conselhos Gestores dos Parques Municipais.
- Lei Municipal nº 14.887/2009: reorganiza a Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente (SVMA) e dispõe sobre o quadro de cargos e conselhos relacionados.
- Lei Municipal nº 14.517/2007: institui o Programa Municipal de Parcerias Público-Privadas, cria a Companhia São Paulo de Parcerias (SPP) e dá outras providências.
- Lei Municipal nº 14.223/2006 - "Cidade Limpa": dispõe sobre a ordenação dos elementos que compõem a paisagem urbana do Município de São Paulo.
- Lei Municipal nº 11.509/1994: determina o uso de pisos drenantes em passeios públicos, estacionamentos e outras áreas.
- Lei Municipal nº 10.205/1986: disciplina a expedição de licença de funcionamento, alvarás de funcionamento e alvarás para eventos públicos temporários.

### **Decretos Municipais**

- Decreto Municipal nº 61.082/022: dispõe sobre o apoio à fiscalização ambiental pela Guarda Civil Metropolitana.
- Decreto Municipal nº 58.625/2019: reorganiza a Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente.
- Decreto Municipal nº 58.320/2018: dispõe sobre contratos para a gestão de parques municipais em parceria com particulares, conforme a Lei nº 16.703/2017.
- Decreto Municipal nº 58.262/2018: dispõe sobre competência para licitações no âmbito do Plano Municipal de Desestatização.
- Decreto Municipal nº 58.102/2018: regulamenta o recebimento de doações e comodatos de bens e serviços pela Administração Direta e Indireta do Município.
- Decreto Municipal nº 57.575/2016: dispõe sobre a aplicação da Lei Federal nº 13.019/2014 no âmbito da Administração Direta e Indireta do Município.
- Decreto Municipal nº 54.421/2013: confere nova regulamentação ao procedimento de fiscalização ambiental no Município de São Paulo.
- Decreto Municipal nº 52.201/2011: regulamenta pedidos de aquisição, permuta,



- concessão administrativa e permissão de uso de imóveis municipais.
- Decreto Municipal nº 52.153/2011: regulamenta disposições da Lei nº 14.887/2009 referentes ao Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CADES).
- Decreto Municipal nº 52.062/2010: regulamenta o artigo 50 da Lei nº 14.223/2006 sobre termos de cooperação com a iniciativa privada.
- Decreto Municipal nº 42.479/2002: regulamenta a Lei Municipal nº 13.214/2001 sobre a instalação de para-raios ou sistemas de detecção.
- Decreto Municipal nº 41.685/2002: regulamenta a Lei Municipal nº 13.131/2001 sobre a criação, posse e transporte de cães e gatos no Município de São Paulo.
- Decreto Municipal nº 40.384/2001: dispõe sobre a doação de bens e serviços e o estabelecimento de parcerias com a iniciativa privada.
- Decreto Municipal nº 39.213/2000: dispõe sobre a delegação de competência ao Secretário Municipal do Verde e do Meio Ambiente.
- Decreto Municipal nº 34.855/1995: regulamenta a Lei Municipal nº 10.908/1990 sobre a demarcação de espaços para ciclofaixas em praças públicas.
- Decreto Municipal nº 26.535/1988: regulamenta a Lei nº 10.365/1987 sobre o corte e a poda de vegetação de porte arbóreo.
- Decreto Municipal nº 49.969/2008: regulamenta a Lei Municipal nº 10.205/1986 sobre a expedição de licença de funcionamento.

#### **Portarias e Resoluções**

- Portaria Conjunta SVMA/SMSU/SIURB nº 003 de 2 de outubro de 2023: institui o Plano de Prevenção e Combate a Incêndios em Áreas Florestadas do Município de São Paulo ("Operação Fogo Zero").
- Portaria SVMA nº 38 de 21 de maio de 2024: dispõe sobre procedimentos preventivos para eventos climáticos extremos nos parques municipais.
- Portaria nº 29/SVMA/2021: estabelece procedimentos administrativos internos para protocolo de parcerias junto à Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente (SVMA).
- Portaria nº 2/SVMA/DEPAVE/2000: regulamenta normas e procedimentos para vigias dos parques municipais.
- Resolução nº 122/SSP/1985: trata do policiamento ostensivo para espetáculos públicos.

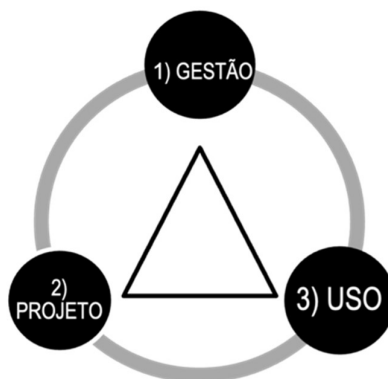
### 3. O que são Planos de Gestão? E por que são importantes?

Na busca por incrementar qualitativamente a condução participativa desse processo de elaboração do Plano, pretendeu-se realizar um processo democrático na formulação de um documento que incorpora, além do olhar da administração, ideias e estratégias transversais de melhorias que se apoiam na diversidade e interseccionalidade do público e na gestão compartilhada.

O Plano de Gestão é um instrumento de planejamento, um documento estratégico, abrangente e geral com diretrizes que consolidam regras, estudos, análises situacionais ou diagnósticos, visando orientar, a médio prazo, as ações de melhoria e gestão compartilhada do parque urbano.

Aqui, interessa encontrar uma sinergia entre os três elementos: gestão, uso e projeto. Aos parques em implantação, como o caso do Parque Jardim Apurá – Búfalos, as diretrizes foram direcionadas aos potenciais usos que o projeto pode sustentar e aos apontamentos que podem subsidiar a nova gestão administrativa, com monitoramento da sociedade civil.

Figura 1- Elementos estruturantes de um Plano de Gestão



Fonte: ONU-Habitat

Como previsto também nos Planos Diretores dos parques já elaborados, a implementação de tais diretrizes deve ser monitorada por meio de indicadores instituídos e fornecidos por este próprio Plano, de modo a avaliar o seu estágio de implementação e o sucesso das diretrizes indicadas.

Dos Planos Diretores de Parques já elaborados ao Plano de Gestão apresentado neste documento, há um processo de aprendizado, melhoria e adaptação ao contexto dos parques urbanos. O Plano Diretor fornecia um conjunto de diretrizes gerais para a gestão do parque, com foco principalmente em parâmetros de governança, com vistas a promover: (i) a proteção do seu ecossistema; (ii) melhorias ambientais; (iii) aprimoramento de sua estrutura; e (iv) maximizar a experiência dos frequentadores na fruição do equipamento. **O Plano de Gestão**



**representa uma evolução significativa desse modelo, consolidando-se como o instrumento oficial para a operação diária e gestão a médio e longo prazo dos parques, incorporando três novos elementos na sua composição: v) Define procedimentos e regras para facilitar e estimular a gestão compartilhada; vi) Incentiva parcerias locais; vii) Promove sinergias entre as políticas ambientais e setoriais.**

Tanto é um guia de gestão que a elaboração deste documento levou em consideração as obrigações oriundas das normas incidentes sobre parques urbanos no âmbito do Município de São Paulo, bem como das normas específicas que atravessam os usos e gestão dos parques municipais.

Ademais, prevê-se uma revisão periódica dos Planos de Gestão como medida para garantia de sua atualidade, com ideal de aprimoramento e adaptação a partir das intenções colocadas no plano precedente. Vale sublinhar: os Planos de Gestão não são documentos para atender a um processo concessório, sendo verdadeiramente um instrumento de governança e gestão do parque como um todo e a sua aplicabilidade se estende tanto ao caso de gestão pública, quanto de gestão privada.

As características que destacam o Plano de Gestão elaborado em parceria com o projeto Viva o Verde SP do ONU-Habitat contempla, ainda, algumas inovações. Entre essas, estão a coleta de contribuições transversais no processo de elaboração do conteúdo, a perspectiva de gênero e de outros grupos vulnerabilizados (identificados a partir de cada realidade territorial), bem como o estudo de instrumentos de monitoramento e controle.

Assim, as suas diretrizes devem ser observadas independentemente de sua gestão ser diretamente através do Poder Público ou outra entidade. Tem-se, portanto, uma ampla matriz de diretrizes, responsabilidades e desejos coletivos de futuro que devem ser seguidos por todos envolvidos em sua governança, conforme as suas atribuições.

### **3.1. Metodologia**

Durante a elaboração do Plano de Gestão, foi realizada pesquisa sobre as metodologias<sup>1</sup> já discutidas, implementadas e publicadas por organizações, técnicos e instituições do município, bem como pelo próprio ONU-Habitat.

A partir de uma definição aliada ao ODS 11, Cidades e Comunidades Sustentáveis e ao ODS 5, Igualdade de Gênero, o Plano de Gestão aporta dois instrumentos principais para guiar o planejamento do seu processo de formulação: O *“Guía de Intervenciones en espacios*

---

<sup>1</sup> Entende-se por metodologia “o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade. Metodologia inclui simultaneamente a teoria da abordagem (o método), os instrumentos de operacionalização do conhecimento (as técnicas) e a criatividade do pesquisador (experiência, capacidade crítica e sensibilidade). [...] A metodologia é muito mais do que técnicas. Ela inclui as concepções teóricas da abordagem, articulando-se com a teoria, com a realidade empírica e com os pensamentos sobre a realidade” (DESLANDES, MINAYO; GOMES, 2021).



*públicos*” (Guia de intervenções em espaços públicos), elaborado pelo Banco de Desenvolvimento da América Latina e Caribe - CAF (ALEGRE, RODRÍGUEZ, 2022) e o “*Her City*” (Cidade Dela) (ONU-HABITAT, 2022), um guia para incorporar a participação das mulheres no planejamento urbano, do ONU-Habitat.

Adotou-se uma caixa de ferramentas utilizadas pelo Guia de intervenções em espaços públicos, supracitado. Nela encontramos um processo que se define por “*Evaluación inicial*” (Avaliação inicial ou Diagnóstico), “*Planificación y Diseño*” (Planejamento e Desenho), “*Evaluación final*” (Avaliação final), “*Gestión y mantenimiento*” (Gestão e manutenção ou monitoramento) (ALEGRE, RODRÍGUEZ, 2022). A saber e a seguir, as descrições das respectivas fases em português:

**Avaliação inicial ou Diagnóstico:** analisar corretamente o espaço público, para entender as suas dinâmicas e necessidades, é fundamental para o desenvolvimento de propostas condizentes com o contexto.

**Planejamento e Desenho:** o planejamento e o desenho da proposta devem ser uma nítida resposta aos resultados do diagnóstico, sendo coerentes com os objetivos tratados no início do projeto.

**Avaliação final:** tão importante como a avaliação inicial, a essa fase cabe analisar os resultados e impactos do projeto urbano e permitirá planejar e melhorar adequadamente os processos no futuro.

**Gestão e Manutenção:** A sustentabilidade é um elemento-chave para o planejamento do processo. Informações como aqueles que ficaram responsáveis e como operacionalizaram as suas atividades são importantes que estejam descritas para maior êxito do projeto urbano.

Como sinalizado anteriormente, este Plano carrega referências de modelos de planos anteriores e o seu fazer em si já enseja um processo pedagógico e de participação social. Com isso, para desenhar mais um caminho para a elaboração de documentos como esse, não basta expor o seu resultado, mas, em vez disso, contar, de bloco em bloco, como foi o seu processo.

### 3.1.1. Base teórica do Processo Participativo

O entendimento de Milton Santos (1996) sobre território, especialmente através do conceito de “território vivido”, e a visão de Paulo Freire (2011) sobre aprender no e com o mundo se entrelaçam de maneira significativa, destacando a importância da interação entre o indivíduo e seu ambiente para uma aprendizagem crítica e cidadã, que caminha com diferentes maneiras de ler o mundo.

Para Milton Santos (1996), o território vivido é mais do que uma mera delimitação geográfica; é um espaço carregado de significados e vivências humanas. Ele enfatiza a importância das experiências e práticas cotidianas das pessoas no território para compreender a sua dinâmica e complexidade. Esse conceito destaca a interconexão entre as dimensões físicas,





sociais, culturais e econômicas do espaço, reconhecendo que o território é moldado e reconfigurado pelas interações humanas ao longo do tempo.

Por outro lado, a visão de Paulo Freire (2011) defende a experiência prática e a reflexão crítica como bases para o conhecimento. Ele propõe uma pedagogia centrada na vivência da pessoa e na compreensão contextualizada da realidade em que está inserida. Freire acredita que o diálogo e a problematização das questões do cotidiano são essenciais para promover uma aprendizagem significativa e emancipadora.

Ao cruzar esses dois pensamentos, percebe-se que ambos reconhecem e valorizam as experiências, como a da elaboração dos planos municipais, que promove vivências entre diferentes sujeitos em seu contexto territorial. Trata-se de uma aprendizagem que circula não apenas através de livros e teorias, mas também por meio das interações com outras pessoas na educação não formal ou informal, em arenas públicas participativas, com o espaço físico e social ao nosso redor (LIMA, 2021).

Igualmente neste trabalho que desdobrou em um importante instrumento de gestão territorial participativa, o território vivido torna-se, assim, um espaço de aprendizado rico em possibilidades de reflexão, diálogo e ação transformadora.

Nesse sentido, a educação deve ser concebida como um processo contínuo de interação entre teoria e prática, entre conhecimento acadêmico e experiência vivida. Aprender no e com o mundo, como Paulo Freire coloca, significa estar aberto para explorar e compreender as múltiplas dimensões do território, reconhecendo suas complexidades e desafios, mas também suas potencialidades e oportunidades de transformação. É através desse encontro entre teoria e prática, entre território vivido e aprendizado contextualizado, que podemos construir uma compreensão mais profunda e significativa da realidade em que estamos inseridos para buscar incidir nela.

### **3.1.2. Base operacional do Processo Participativo**

O processo participativo não se delimita apenas à etapa das oficinas ou de interação direta com o público, mas todo o ciclo do projeto a partir do seu desenho e concepção. Desde as primeiras interlocuções com multiplicadores, atores estratégicos ou público difuso, passando por essas contribuições conduzidas via oficinas, até a avaliação e validação ampliada das diretrizes (advindas da equipe técnica e da sociedade civil) inclusas no plano.

A depender do tempo disposto, algumas atividades interceptam outras mesmo estando em métodos diferentes de execução. Da mesma forma, a partir das premissas postas, tornou-se indispensável a tessitura da participação social de forma integrada à elaboração técnica durante todo o percurso.

Durante o processo, elencou-se cinco arenas de participação, sendo elas:

1. Metodologia geral dos Planos de Gestão com instituições científicas e acadêmicas, órgãos públicos, entidades privadas e da sociedade civil;
2. Acompanhamento do projeto e proposição de metodologias de participação social







- com Conselhos Gestores, CADES Regionais ou Conselhos Participativos;
3. Oficinas de elaboração dos Planos de Gestão abertas ao público e oficinas específicas com crianças e adolescentes;
4. Consulta pública para devolutiva do processo de participação social e apresentação de resultados; e
5. Grupo de Referência composto por coletivos, movimentos e entidades da sociedade civil para acompanhar os processos e resultados do Viva o Verde SP.

Compõem a metodologia deste Plano de Gestão, também, reuniões regulares com o Grupo de Referência<sup>2</sup> (GR), com atores estratégicos já envolvidos na elaboração de planos municipais em São Paulo e com munícipes que se candidataram a acompanhar mais de perto a formatação da metodologia de participação social.

Tabela 1 - Atividades participativas nas etapas do Plano de Gestão

#### Legenda

-  Avaliação inicial ou diagnóstico
-  Planejamento e Desenho
-  Reavaliação
-  Gestão e Manutenção



#### Diagnóstico preliminar

Como vetor central, buscou-se fomentar a discussão para 1) a definição de estrutura (ou sumário) do plano de gestão de maneira comparativa a outras gestões de parques de diferentes países e no estado e município de São Paulo; 2) as definições conceituais, de princípios e objetivos dos planos de gestão; 3) a coleta de informações secundárias, no diagnóstico preliminar dos oito parques abrangidos pelo Projeto Viva o Verde SP, na criação de matriz de contribuições para a transversalização da participação social.

Adicionalmente, coube os trabalhos de campo como investigação e caracterização dos parques; o mapeamento das partes interessadas e de atores estratégicos, a participação dos grupos de interesse (CADES, Conselhos Gestores de Parque, Grupo de Referência) para apresentação da equipe e do projeto.

<sup>2</sup> O Grupo de Referência é um grupo composto por integrantes representantes de articulações, movimentos, coletivos, empresas ou projetos com atuação na cidade de São Paulo e em temas que confere a discussão sobre espaços públicos, espaços de lazer, direito à cidade.



### **Diretrizes e metodologia das oficinas participativas**

Nessa etapa (ou bloco), foram realizadas visitas mais direcionadas nos oito parques. Somado a isso, foram realizadas reuniões específicas com cada uma das áreas competentes da SVMA e Prefeitura da Cidade de São Paulo, estudo aprofundado e análise das informações levantadas sobre os parques.

Ao final, elaborou-se propostas preliminares para as diretrizes técnicas e algumas indicações metodológicas para o processo participativo com o Conselho Gestor do Parque – ou, na sua falta, o CADES ou Conselho Participativo da região que abrange o parque.

O resultado desse bloco é, portanto, a delimitação e divulgação das oficinas participativas, além da definição das diretrizes de cada parque.



### **Oficinas participativas**

A partir de uma ampla discussão sobre os métodos, técnicas e ferramentas, estabelecemos uma agenda de oficinas territorializadas, distribuímos a equipe e coletamos contribuições da sociedade civil. Para conhecer melhor a metodologia aplicada nas oficinas, ver o <sup>3</sup>anexo do processo participativo que acompanha este documento.



### **Pós oficinas**

As atividades dessa etapa envolveram o estudo de viabilidade das propostas elencadas e sua sistematização, a organização e divulgação das consultas públicas através da plataforma "Participe +", a realização de reuniões devolutivas sobre as oficinas participativas para os Conselhos e CADES, além da sistematização e compilação dos planos. Também foram realizadas consultas públicas presenciais e online.



#### 4. Parque Jardim Apurá - Búfalos: Informações gerais

O Parque Jardim Apurá - Búfalos, com 650.616 m<sup>2</sup> (PMSP, 2022), origina-se da mobilização de ativistas e associações de moradores do bairro Jardim Apurá pela criação do parque em antiga fazenda de criação de animais, posteriormente loteada para a construção de conjunto de condomínios residenciais. Está inserido em área de proteção de mananciais por estar associado à preservação de nascentes que abastecem a represa Billings, apresentando, ainda, importantes áreas de vegetação nativa de Mata Atlântica e Cerrado.

Considerando a vulnerabilidade social da localidade em que está inserido, a inserção na APRM Billings e a história de sua área e território, o Parque está vocacionado às atividades de Lazer de Baixo Impacto, Educação Ambiental e Preservação dos Recursos Hídricos.

As palavras levantadas na oficina de participação social como resposta à questão “Qual é a importância desse parque para você?” ajudaram a destacar e reforçar a vocação proposta para o parque. Termos como “espaço do coletivo”, “natureza”, “paisagem”, “qualidade de vida”, “pertencimento no território”, “espaço integrador e pedagógico”, “geração de vida”, “importância pra educação ambiental” foram citados com frequência, evidenciando a importância de alinhar as atividades do parque com essas aspirações e valores.

Tabela 2 – Ficha introdutória do parque

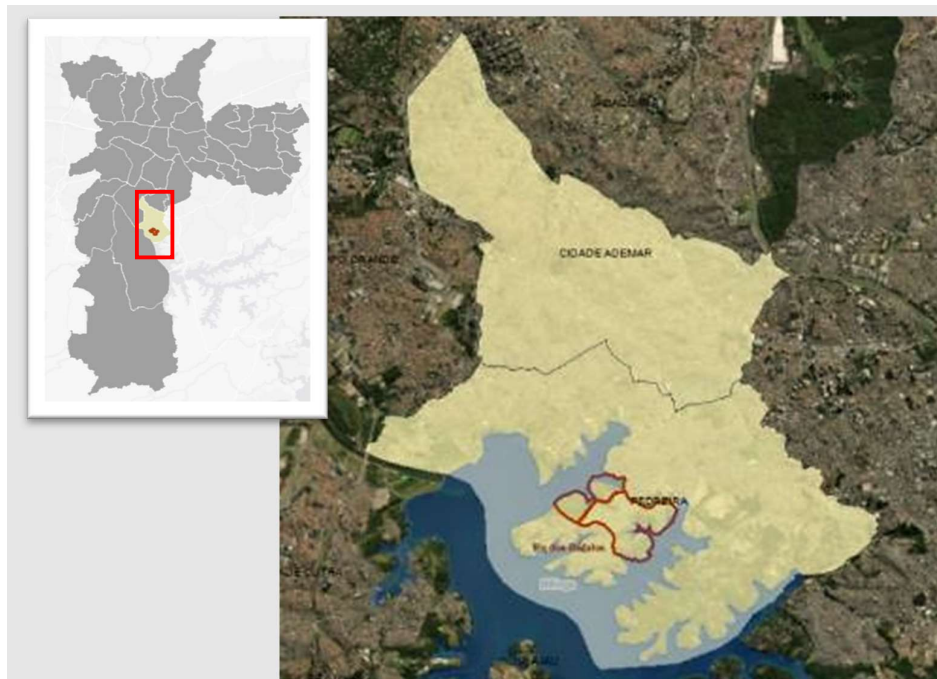
<b>Nome do parque</b>	<b>Parque Jardim Apurá – Búfalos</b>
<b>Área total</b>	650.616 m <sup>2</sup>
<b>Previsão de inauguração</b>	2024
<b>Classificação junto à SVMA</b>	Urbano
<b>Endereço</b>	R. Projetada 1, 281 - Jardim Apura, São Paulo - SP, 04470-185
<b>Horário de funcionamento</b>	Todos os dias, das 6:00 às 18:00
<b>Distrito</b>	Cidade Ademar
<b>Zona</b>	Sul
<b>Subprefeitura</b>	Cidade Ademar

## 5. Contexto Urbano

O Parque Jardim Apurá - Búfalos localiza-se na Zona Sul de São Paulo, no distrito de Pedreira, Subprefeitura da Cidade Ademar. A seguir, para fins de análise do contexto urbano em que está inserido, utilizou-se o raio de 1 km<sup>3</sup> a partir de um dos principais portões do parque. Tal caracterização envolve os usos do solo e do espaço urbano, bem como os tipos de zoneamentos correspondentes, os aspectos físicos e socioeconômicos do território, a disposição dos equipamentos públicos na área e o acesso ao parque por transporte público.

O objetivo é o de construir um diagnóstico do entorno do parque, a fim de pensá-lo como equipamento urbano, vislumbrando, portanto, suas relações reais e potenciais com a área da cidade em que está inserido.

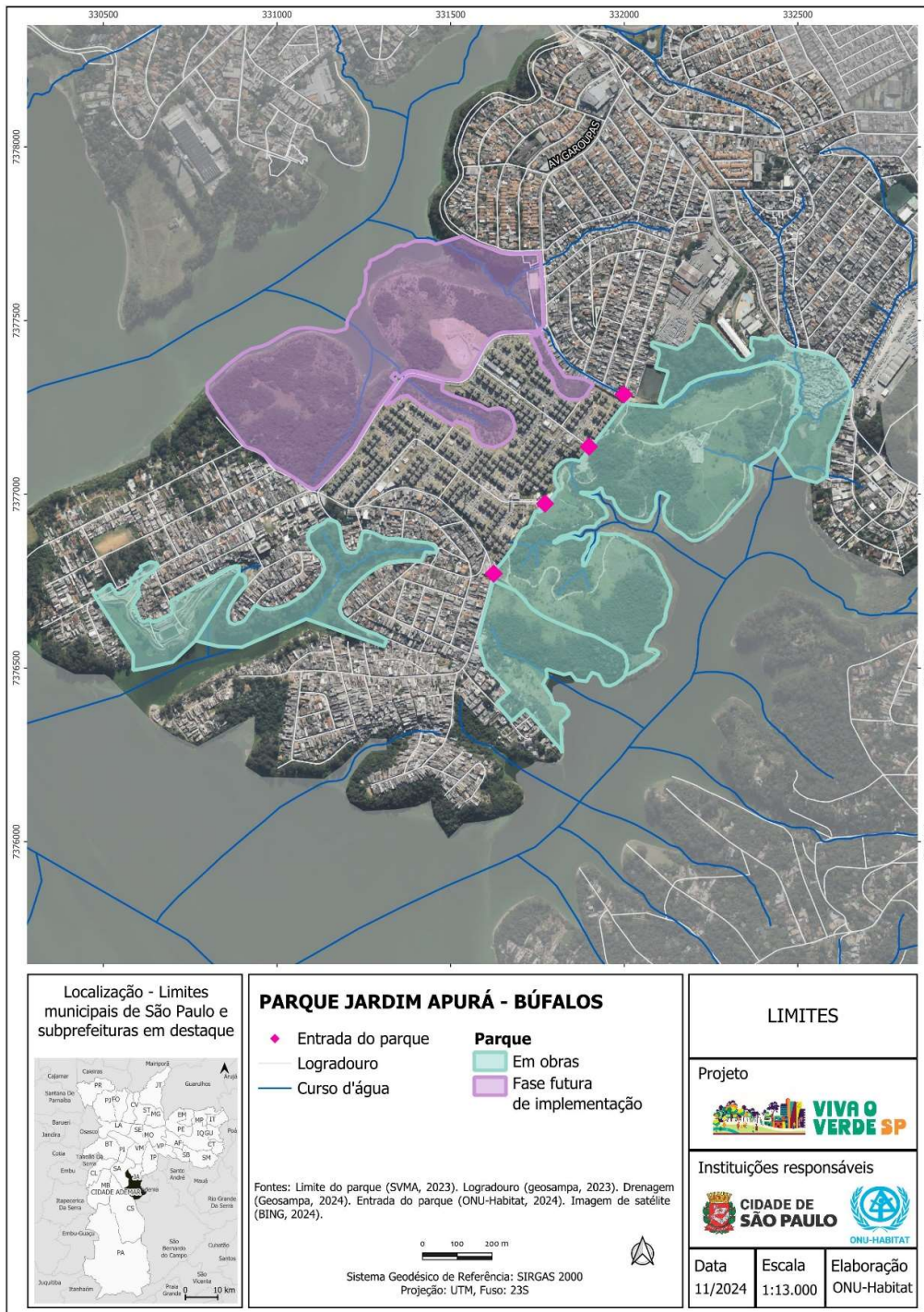
Figura 2 - Localização do Parque Jardim Apurá - Búfalos no município de São Paulo e no Distrito de Pedreira, ao lado da Represa Billings



Elaboração: Adriana Quedas/ONU-Habitat

<sup>3</sup> Foi estabelecido o acesso principal do parque como ponto central do raio verificado, uma vez que o índice de 1km de raio já é utilizado de forma padrão pela Secretaria do Verde e Meio Ambiente (SVMA).

Mapa 1 – Limites do Parque Jardim Apurá - Búfalos



Fonte: Elaborado por ONU-Habitat



### 5.1. Ocupação e Uso do Solo

O Parque Jardim Apurá - Búfalos localiza-se no extremo Sul da cidade e sua localização cria alguns desafios para a elaboração do seu Plano de Gestão: por se localizar nas margens da Represa Billings, seu território está sujeito às diretrizes da Área de Proteção e Recuperação dos Mananciais – APRM - Billings.

Figura 3 - Vista geral da área do Parque dos Búfalos no Jardim Apura



Fonte: Eduardo Knapp 2023/Folhapress

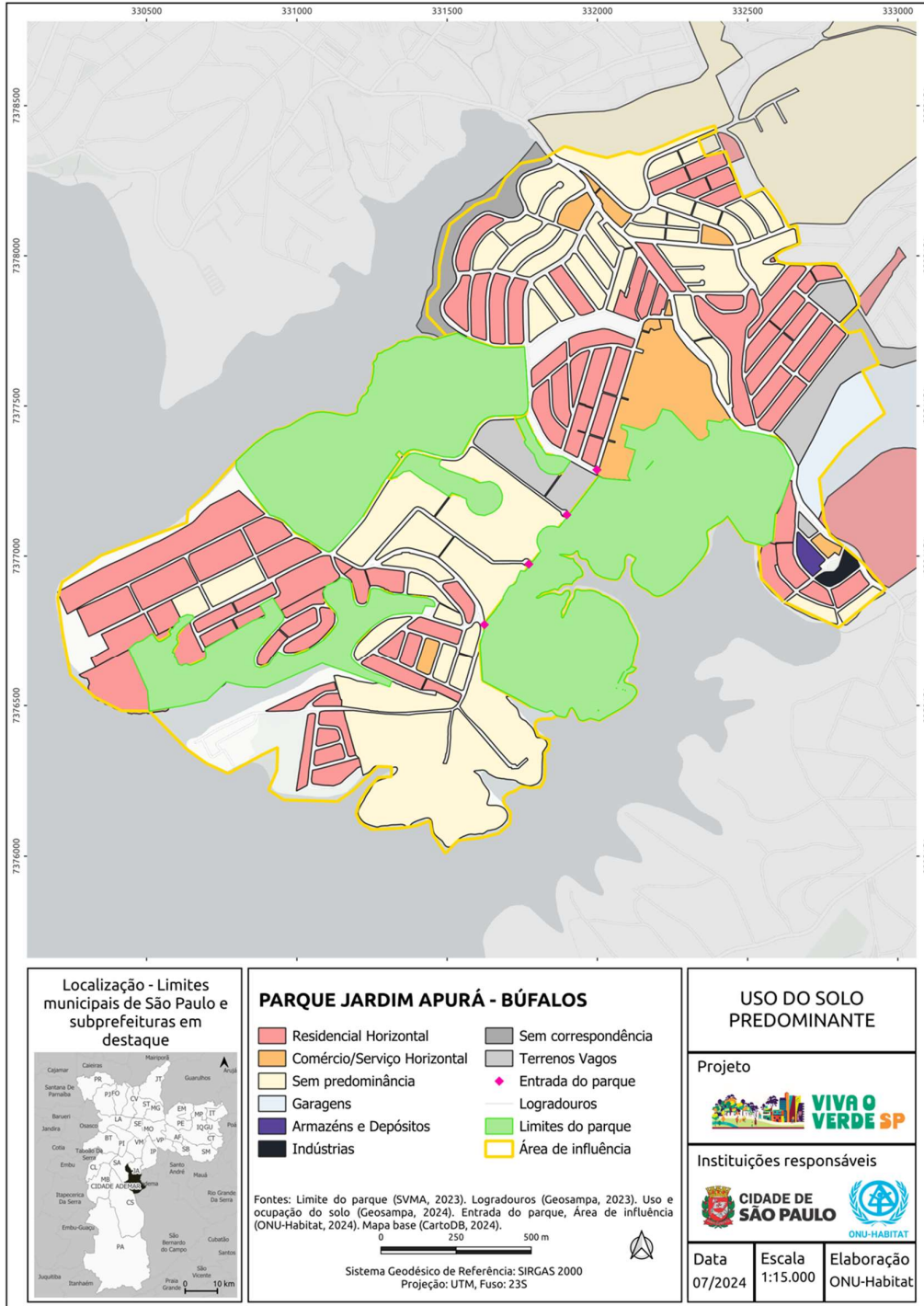
No Mapa 2 vemos que o Uso do Solo Predominante Fiscal<sup>4</sup> no entorno imediato do parque é o “Residencial Horizontal”, com maiores áreas de baixo padrão. Há uma mancha no centro da península classificada como “Sem predominância” e outra como “Terrenos vagos”, onde se encontra o conjunto habitacional Espanha do programa Minha Casa Minha Vida, com 3.860 moradias destinadas às famílias removidas de áreas de risco das margens da Represa Billings. As informações de cadastro fiscal das bases de dados da Prefeitura, no momento de elaboração deste Plano de Gestão, correspondem à antiga fazenda dos Búfalos, anteriores à construção do conjunto habitacional e da criação do parque.

Dados de 2015 do Habitasampa (Mapa 3), mostram que ao redor do parque existem muitas favelas e loteamentos irregulares<sup>5</sup> (inclusive um tocando o limite do Parque), indicando a complexidade da questão urbana e fundiária na região.

<sup>4</sup> Segundo o Geosampa, Camada Uso do Solo Predominante Fiscal se caracteriza por um “Tipo de uso do solo predominante (maior ou igual a 60%) por quadra fiscal. Com a finalidade de análise do espaço urbano, a Secretaria Municipal de Planejamento (SEMPPLA), hoje Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento (SMUL) estabeleceu uma metodologia de agregação resultante do cruzamento entre os valores “uso” e “padrão” atribuídos pelo Cadastro de Contribuintes Mobiliários (CCM), para cada imóvel cadastrado”. Como é uma camada de predominância de uso baseada em cadastro fiscal, agregações feitas podem suprimir usos importantes não fiscais, agregando-os em outros usos.

<sup>5</sup> Quando a análise foi feita estavam disponíveis apenas os dados demográficos do Censo 2010. No Censo 2022 o IBGE substituiu a denominação dos “Aglomerados Subnormais”, adotada pelo instituto em seus censos e pesquisas desde 1991, por “Favelas e Comunidades Urbanas”.

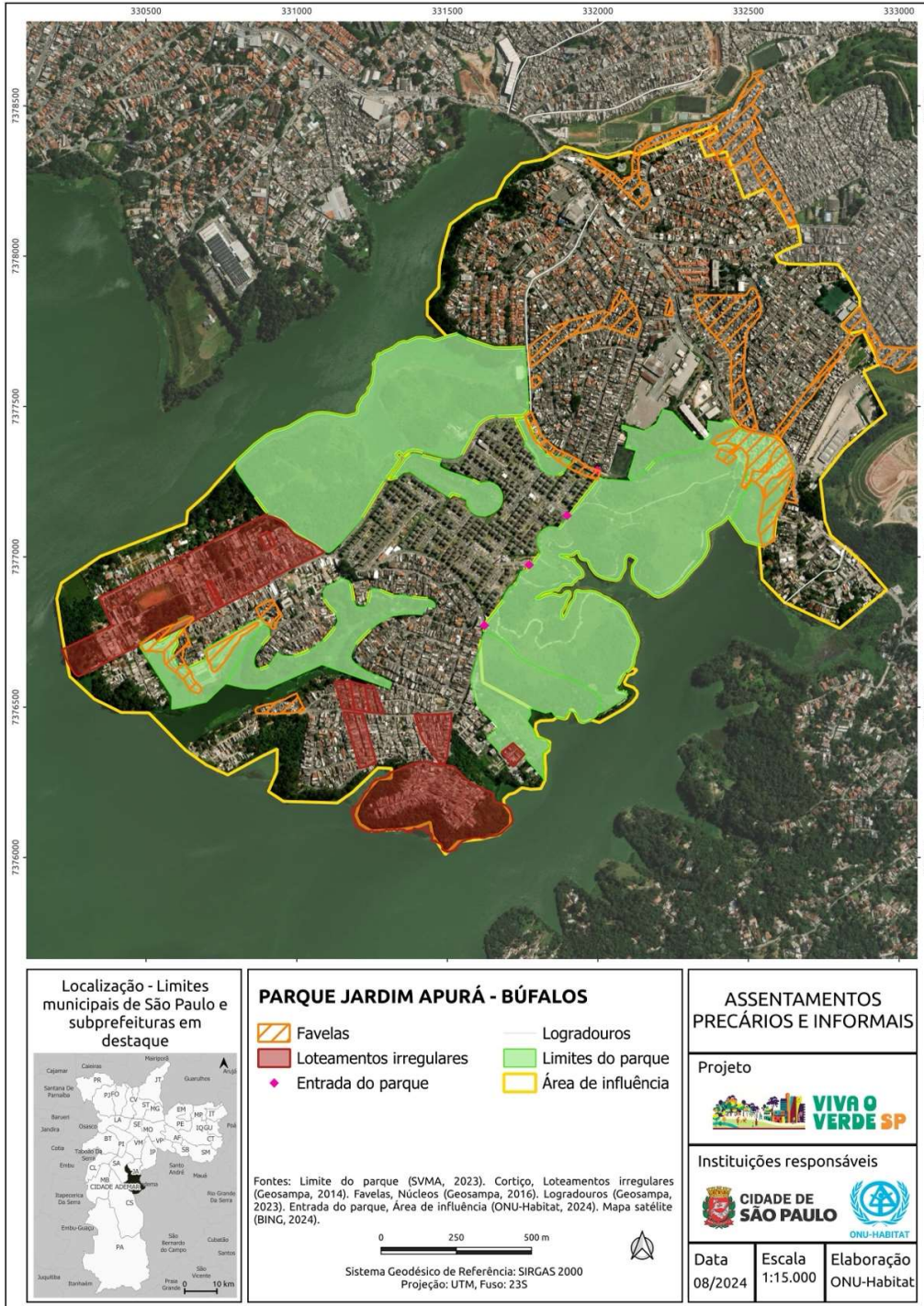
Mapa 2 – Uso do Solo Predominante



Fonte: Elaborado por ONU-Habitat



Mapa 3 – Cortiços, favelas e loteamentos irregulares



Fonte: Elaborado por ONU-Habitat



Considerando as Macrozonas e Macroáreas criadas no Plano Diretor Estratégico de São Paulo (2014), mantidas pela revisão intermediária instituída através da Lei 17.975/2023 (PDE, 2023), o Parque se localiza na Macrozona de Proteção e Recuperação Ambiental e em duas Macroáreas: a Macroárea de Redução da Vulnerabilidade Urbana e Recuperação Ambiental e a Macroárea de Controle e Qualificação Urbana e Ambiental (Figura 4).

#### A Macroárea de Redução da Vulnerabilidade Urbana e Recuperação Ambiental

localiza-se no extremo da área urbanizada do território municipal, e se caracteriza pela predominância de elevados índices de vulnerabilidade socioambiental, baixos índices de desenvolvimento humano e assentamentos precários e irregulares, como favelas, loteamentos irregulares, conjuntos habitacionais populares, que apresentam diversos tipos de precariedades territoriais e sanitárias, irregularidades fundiárias e déficits na oferta de serviços, equipamentos e infraestruturas urbanas, ocupada predominantemente por moradias da população de baixa renda que, em alguns casos, vive em áreas de riscos geológicos e de inundação (PDE, 2014).

#### Já a Macroárea de Controle e Qualificação Urbana e Ambiental é

caracterizada pela existência de vazios intraurbanos com ou sem cobertura vegetal e áreas urbanizadas com distintos padrões de ocupação, predominantemente horizontais, ocorrendo, ainda, reflorestamento, áreas de exploração mineral, e algumas áreas com concentração de atividades industriais, sendo este um território propício para a qualificação urbanística e ambiental e para provisão de habitação, equipamentos e serviços, respeitadas as condicionantes ambientais (PDE, 2014).

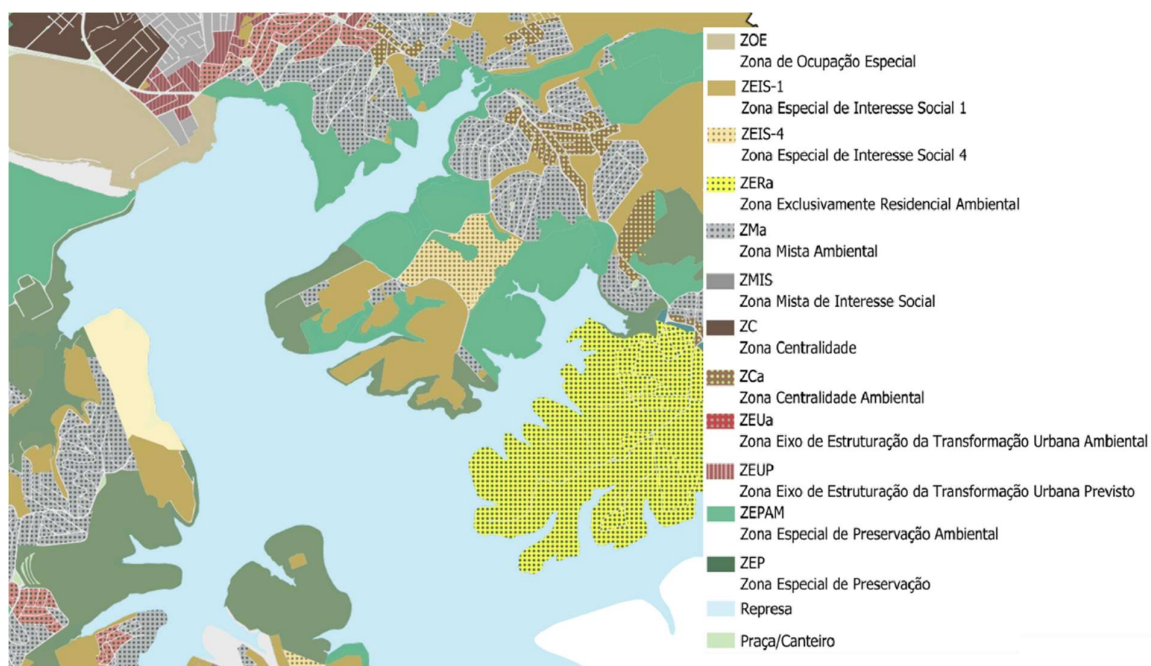
Figura 4 - Localização do Parque Jardim Apurá - Búfalos nas Macroáreas do Plano Diretor Estratégico de São Paulo



Fonte: Geosampa / Habitasampa

A Figura 5 mostra as Zonas da Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo do Município de São Paulo (Lei Municipal nº 16.402/2016 e Revisão Parcial instituída através da Lei 18.081/2024) no entorno do Parque Jardim Apurá – Búfalos, classificado como Zonas Especiais de Proteção Ambiental (ZEPAM). A norte do parque temos o predomínio de Zona Mista Ambiental (ZMa). Do outro lado, na ponta da península, predominam as Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS-1) e a Zona Mista Ambiental. No centro da península, dividindo o parque, está o conjunto habitacional Espanha, classificado como ZEIS-4.

Figura 5 - Zoneamento e ZEIS da região no entorno do Parque Jardim Apurá - Búfalos



Fonte: LPUOP, 2024

Abaixo seguem as definições de uso e ocupação para as zonas acima citadas:

- Zonas Especiais de Proteção Ambiental (ZEPAM): são porções do território do Município destinadas à preservação e proteção do patrimônio ambiental, que têm como principais atributos remanescentes de Mata Atlântica e outras formações de vegetação nativa, arborização de relevância ambiental, vegetação significativa, alto índice de permeabilidade e existência de nascentes, incluindo os parques urbanos existentes e planejados e os parques naturais planejados, que prestam relevantes serviços ambientais, entre os quais a conservação da biodiversidade, controle de processos erosivos e de inundação, produção de água e regulação microclimática;
- Zona Mista Ambiental (ZMa): são porções do território localizadas na Macrozona de Proteção e Recuperação Ambiental, com parâmetros de parcelamento, uso e ocupação do solo compatíveis com as diretrizes da referida macrozona.



- Zonas Especiais de Interesse Social I (ZEIS-1): são áreas caracterizadas pela presença de favelas, loteamentos irregulares e empreendimentos habitacionais de interesse social, e assentamentos habitacionais populares, habitados predominantemente por população de baixa renda, onde haja interesse público em manter a população moradora e promover a regularização fundiária e urbanística, recuperação ambiental e produção de Habitação de Interesse Social.
- Zonas Especiais de Interesse Social IV (ZEIS-4): são demarcadas em terrenos e glebas ociosas, não utilizadas ou subutilizadas, destinadas à produção de novas HIS destinadas às famílias a serem realocadas que vivem em áreas de risco ou de preservação permanente localizadas na Macrozona de Proteção e Recuperação Ambiental.

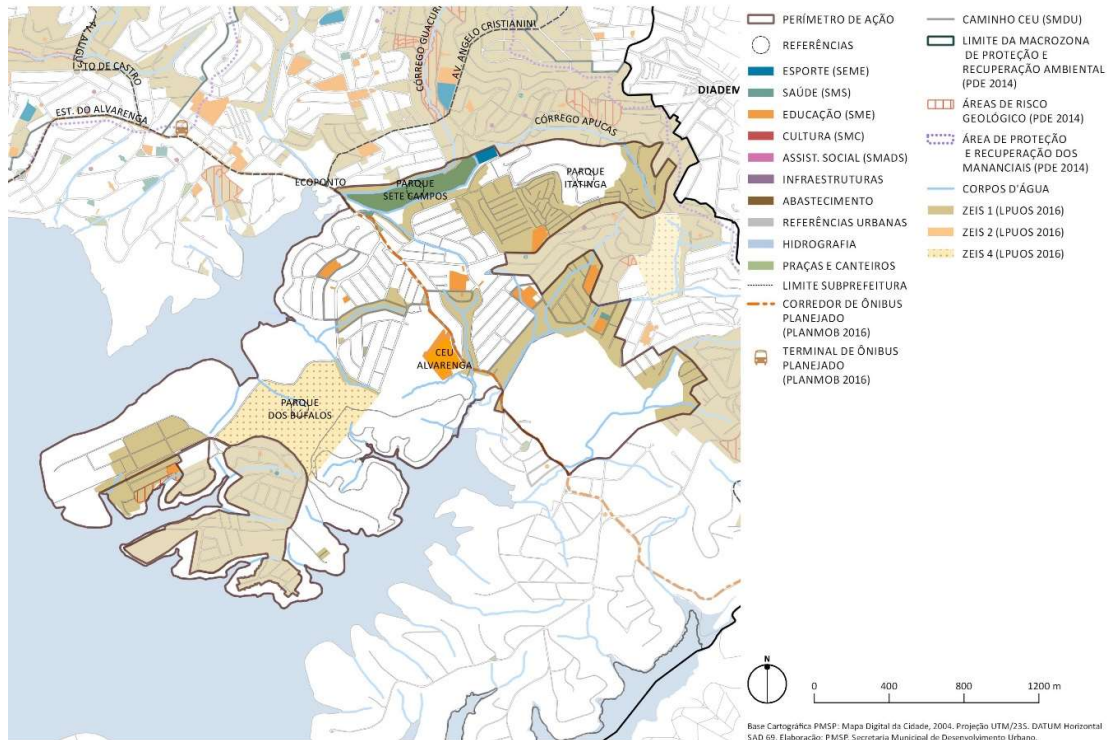
No Plano Regional da Subprefeitura de Cidade Ademar<sup>6</sup> (Figura 6), o Parque Jardim Apurá - Búfalos consta no Perímetro de Ação 204 – Parques da Billings e CEU Alvarenga. Note-se que a criação do parque consta na primeira diretriz criada deste Perímetro de Ação, e as relevantes para o parque e sua Área de Influência seguem abaixo:

- Criação dos parques Itatinga, Bandeirantes, Búfalos (beira da represa), Apurá e Pedreira;
- Criação de barreira à ocupação das margens da represa pela implantação de equipamentos públicos;
- Criação de corredores ecológicos interligando estas áreas públicas criadas e previstas, valorizando essas rotas de ligação, com melhoramento de calçadas, travessias e iluminação, implantação de ciclovias ou ciclorrotas e arborização com espécies nativas da região;
- Projeto de acalmamento de tráfego para evitar conflitos entre veículos motorizados, ciclistas e pedestres;
- Melhorar o acesso às bordas da represa;
- Considerar uma melhor conectividade da região do Parque Jardim Apurá - Búfalos, já insuficiente, devido ao incremento considerável de população;
- Abertura de via lindeira ao Residencial Espanha para garantir o acesso público ao Parque proposto e permitir a integração do mesmo com a malha urbana existente;
- Analisar a possibilidade de englobar a grande área verde do CEU Alvarenga às áreas verdes do Parque Jardim Apurá - Búfalos.

---

<sup>6</sup> Disponível em <<https://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/PA-AD.pdf>>

Figura 6 - Área do Parque Jardim Apurá - Búfalos incluída no Perímetro de Ação 204 – Parques da Billings e CEU Alvarenga, do Plano Regional da Cidade Ademar

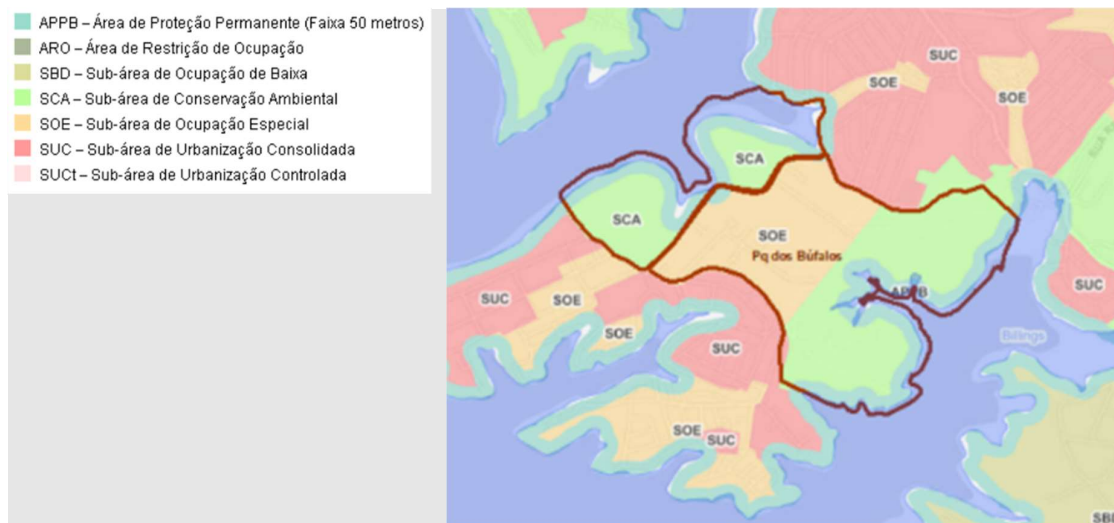


Fonte: Plano Regional da Cidade Ademar, 2016

Conforme apontado, por estar nas margens da Represa Billings, o Parque Jardim Apurá - Búfalos também está submetido às diretrizes e zonamento da Área de Proteção e Recuperação dos Mananciais da Bacia Hidrográfica do Reservatório Billings (APRM-B), instituída pela lei estadual 13.579/2009. (Figura 7). O Parque está na Área de Ocupação Dirigida (AOD), que “são áreas de interesse para a consolidação ou implantação de uso urbano ou rural, desde que atendidos os requisitos que assegurem a manutenção das condições ambientais necessárias à produção de água em quantidade e qualidade para o abastecimento público”. Quanto às subáreas, dentro do Parque temos Subárea de Conservação Ambiental (SCA) e Subárea de Ocupação Especial (SOE), além da Área de Preservação Permanente (APP) e, no seu entorno, manchas de Subárea de Ocupação Consolidada (SUC).



Figura 7 - Zoneamento da APRM – Billings incidente sobre a área do Parque Jardim Apurá - Búfalos



Fonte: Geosampa, 2024. Elaboração Adriana Quedas \ Projeto Viva o Verde - ONU- Habitat

## 5.2. Estrutura socioeconômica

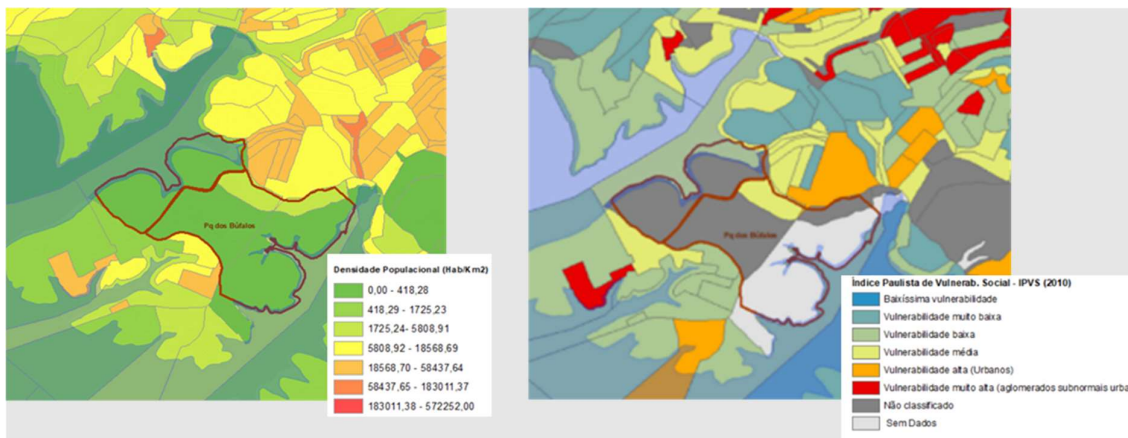
Para as análises das características socioeconômicas do entorno do Parque Jardim Apurá - Búfalos foram utilizados os dados de Densidade Demográfica do Censo 2010<sup>7</sup> e os dados do Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVS)<sup>8</sup>, também de 2010.

A região em que se localiza o parque apresenta densidade demográfica bastante heterogênea: setores com densidade demográfica muito baixa e baixa ao lado de setores com densidade média alta e alta (Figura 8). Com relação à vulnerabilidade Social (IPVS) acontece o mesmo: com exceção de áreas de baixíssima vulnerabilidade, no entorno do parque existem setores em todas as demais faixas de Vulnerabilidade Social.

<sup>7</sup> Até o momento da realização deste trabalho não foram obtidos dados mais recentes agregados por setores censitários e que permitam uma análise detalhada na escala local.

<sup>8</sup> Índice elaborado pela Fundação SEADE cuja finalidade é oferecer ao gestor público e a sociedade em geral uma visão mais detalhada das condições de vida no interior do município, com a identificação e a localização espacial das áreas que abrigam os segmentos populacionais mais vulneráveis à pobreza

Figura 8 - Densidade Demográfica e IPVS na região do Parque Jardim Apurá - Búfalos



Elaboração: Adriana Quedas / ONU-Habitat

### 5.3. Eixos viários e Mobilidade

Por se localizar no extremo sul do município de São Paulo, isolado em uma das penínsulas da Represa Billings, o sistema viário no entorno do Parque Jardim Apurá - Búfalos é constituído principalmente por vias locais e vias coletoras, com somente uma via arterial localizada a leste do Parque e que é o principal acesso: a Estrada do Alvarenga. Existe uma via que cruza no parque, no sentido nordeste-sudoeste (Figura 9).

Figura 9 - Sistema Viário no entorno do Parque Jardim Apurá - Búfalos, e a classificação viária segundo a Companhia de Engenharia de Tráfego – CET



Elaboração: Adriana Quedas / ONU-Habitat

A localização na extremidade da cidade também implica na pouca oferta de modais de transporte urbano que acessam o parque e seu entorno (Mapa 4). Não existem vias com corredores ou faixas exclusivas de ônibus, nem estações de trem metropolitano ou metrô. Os



terminais de ônibus mais próximo são o da Capela do Socorro, a 5 km, porém do outro lado da represa, e o Santo Amaro, a 8,8 km. Há vários pontos de ônibus no limite sudoeste do Parque, e somente um no limite nordeste. O principal acesso ao parque é pela Avenida das Garoupas, que nasce na Estrada do Alvarenga e atravessa a península pelo lado leste do conjunto habitacional Espanha (Figuras 10 e 11).

Figura 10 – Vista aérea de Jardim Apurá e o Parqué Búfalos



Fonte: Veja São Paulo / Agência Substancial / Secretaria Municipal de Habitação, 2024

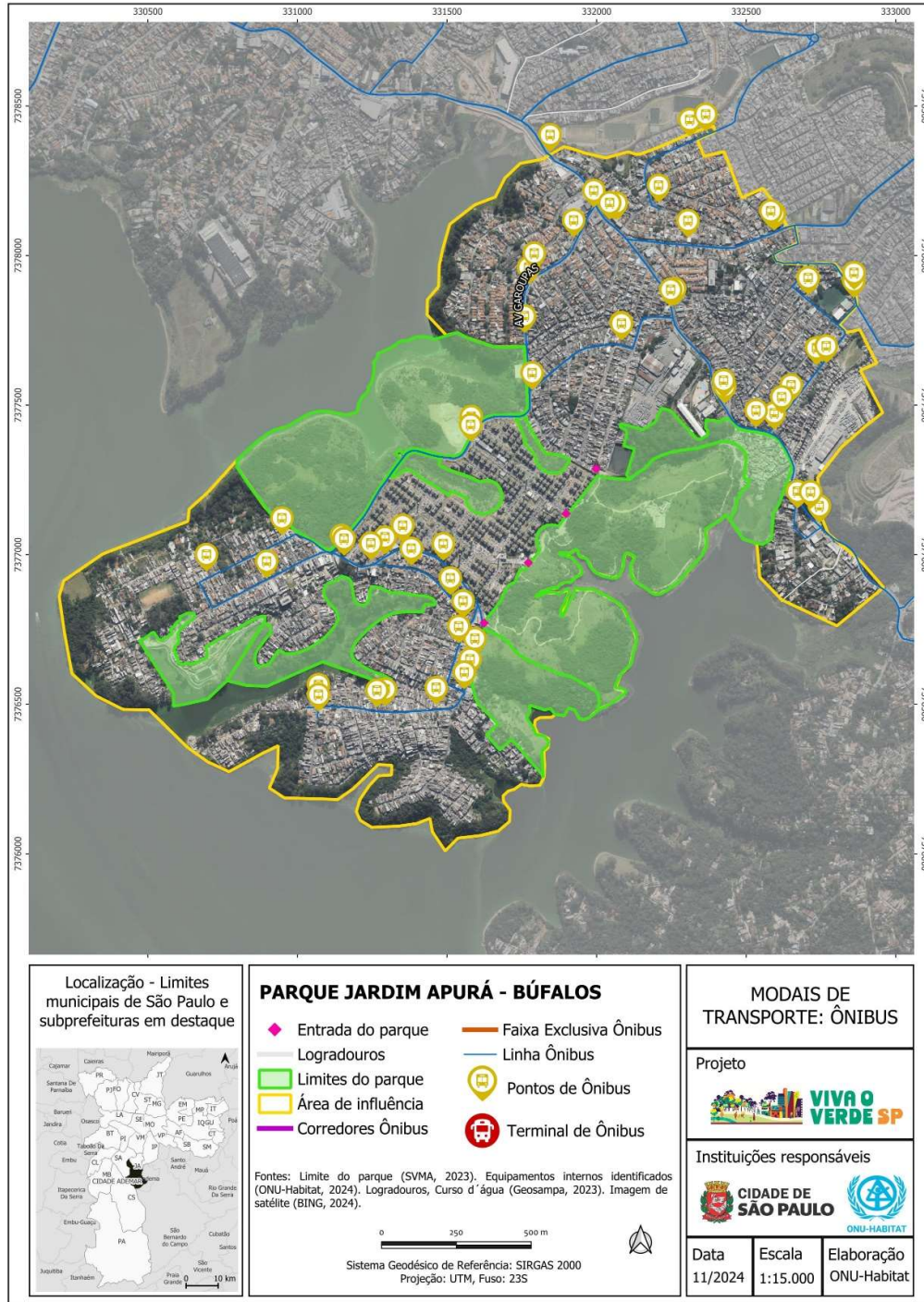
Figura 11 - A Estrada do Alvarenga (esquerda) e a Avenida das Garoupas (direita)



Fonte: Google Earth, 2024



Mapa 4 – Sistema viário no entorno do parque e identificação das linhas e pontos de ônibus



Fonte: Elaborado por ONU-Habitat



## 6. Território-Parque

O Território-Parque é uma unidade de cogestão e planejamento territorial em escala local delimitada pela área de influência<sup>9</sup> do Parque Jardim Apurá – Búfalos que estabelece um perímetro de atuação e priorização de uma agenda comum de parcerias, atividades, ações e intervenções entre comunidades, conselhos, agentes e equipamentos públicos próximos ao parque, articulados por meio de uma rede socioambiental<sup>10</sup>.

Com isso, busca-se promover uma esfera de articulação pública, entre diferentes instâncias da sociedade, que possa, ao mesmo tempo, promover ações de prevenção aos principais desafios relacionados aos territórios de entorno imediato e próximo do parque e, também, potencializar oportunidades vinculadas ao seu espaço urbano ampliado, com o qual ele se correlaciona diretamente ou indiretamente.

### 6.1. Caracterização

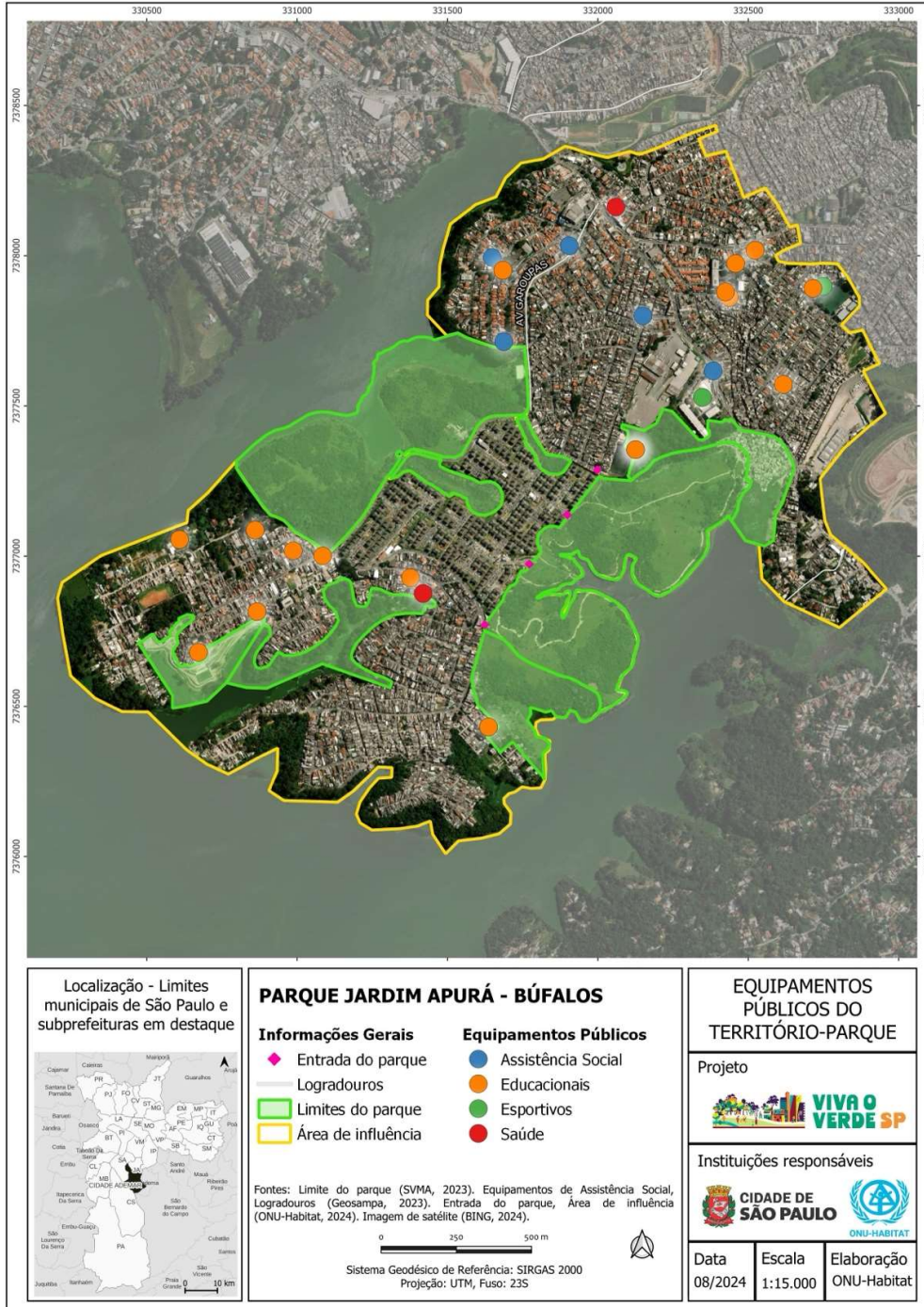
O perímetro de atuação do Território-Parque do Parque Jardim Apurá - Búfalos e os principais equipamentos públicos municipais ali relacionados, estão definidos, mapeados e destacados no Mapa 5. Na sequência, podem ser verificados separadamente o mapeamento dos diferentes equipamentos públicos deste território nos Mapas 6, 7, 8 e 9.

---

<sup>9</sup> As Áreas de Influência dos parques foram definidas com base na mobilidade ativa do pedestre e a partir de um critério temporal. Dessa forma, foi calculado um raio sobre a malha viária delimitando o território atendido em uma caminhada de até 15 minutos entre um acesso do parque e suas ruas adjacentes. A área resultante é entendida como adequada para que as pessoas se sintam estimuladas a frequentar o parque mais próximo, seja de sua residência ou trabalho. Para o cálculo, foi considerado o tempo de caminhada de, no máximo, 15 minutos para pessoas adultas sem restrições de mobilidade, considerando variações de velocidade conforme declividade do terreno. Adicionou-se a isso a abrangência territorial de 15 minutos de caminhada para crianças e idosos, bem como para pessoas com restrições de mobilidade, visto que são grupos com deslocamentos mais lentos.

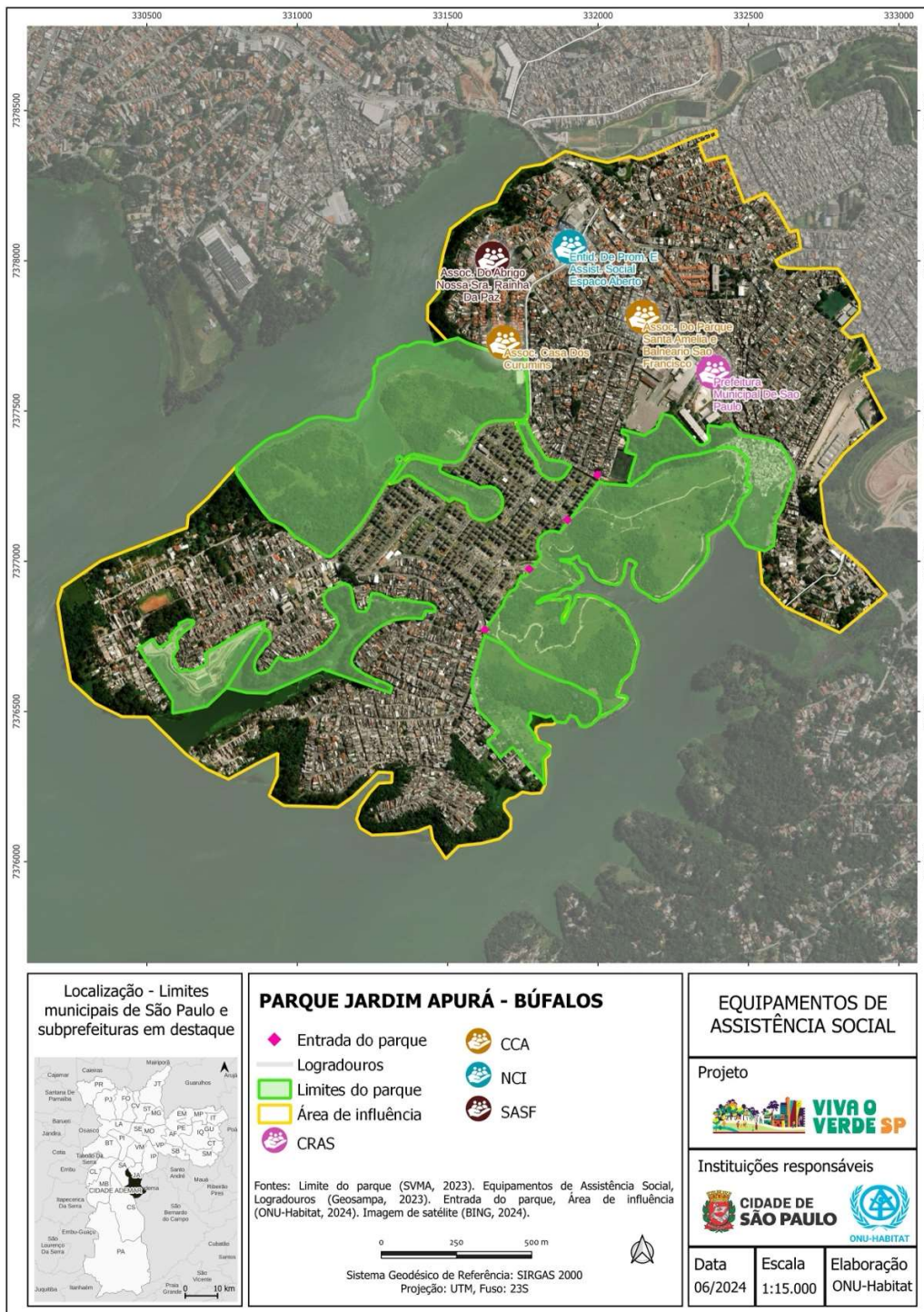
<sup>10</sup> Para a articulação de Rede Socioambiental vinculada ao Território-Parque, recomenda-se a criação de uma Portaria Intersecretarial, no âmbito da Prefeitura de São Paulo, que estabeleça a formalização desta instância de cogestão e planejamento entre os diferentes equipamentos delimitados pela área de influência do parque, articulando, assim, sob a participação direta da gestão e do conselho gestor do parque, diferentes secretarias municipais presentes em tal território.

Mapa 5 - Mapeamento dos equipamentos públicos do Território-Parque



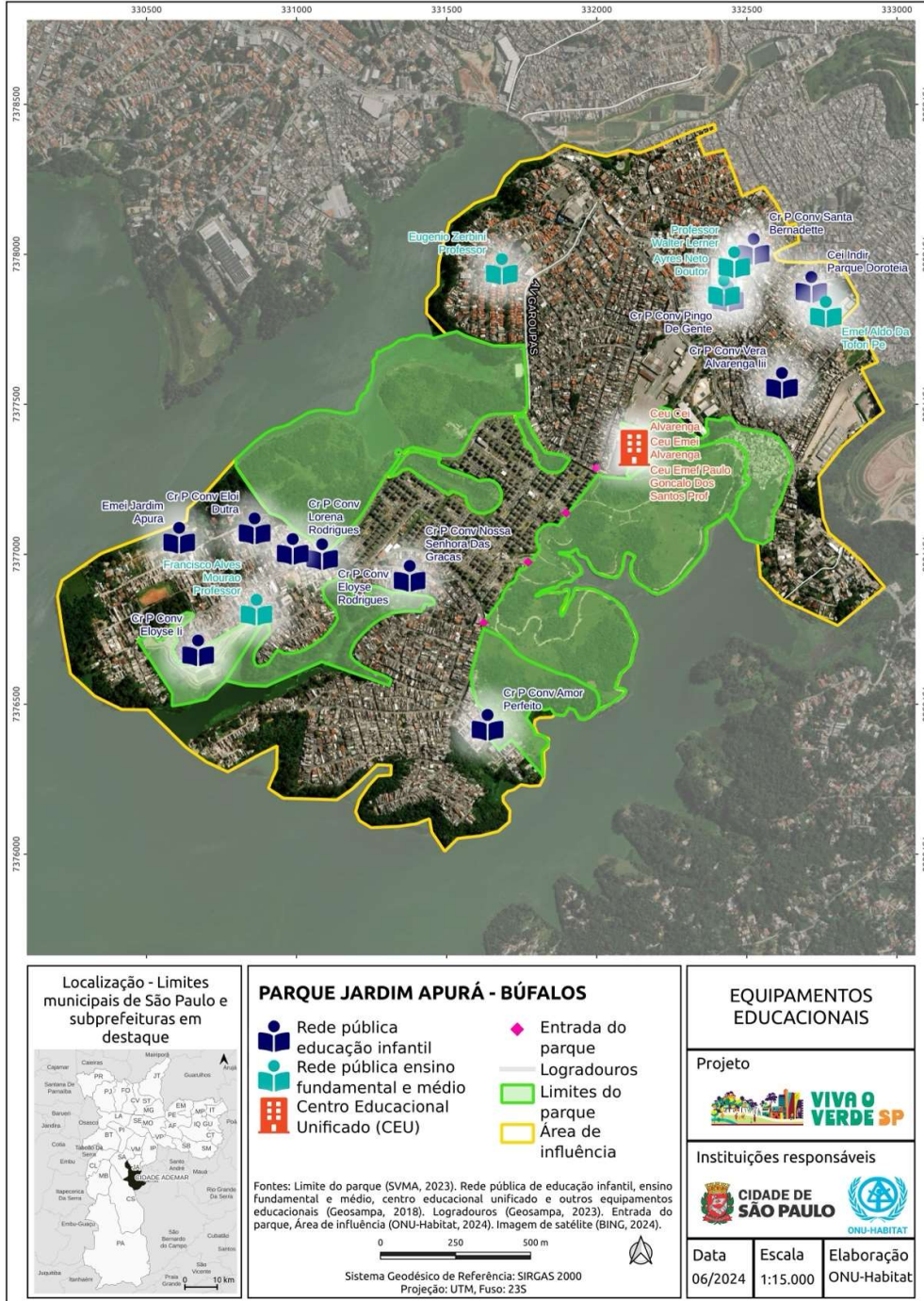
Fonte: Elaborado por ONU-Habitat

Mapa 6 - Equipamentos de Assistência Social do Território-Parque



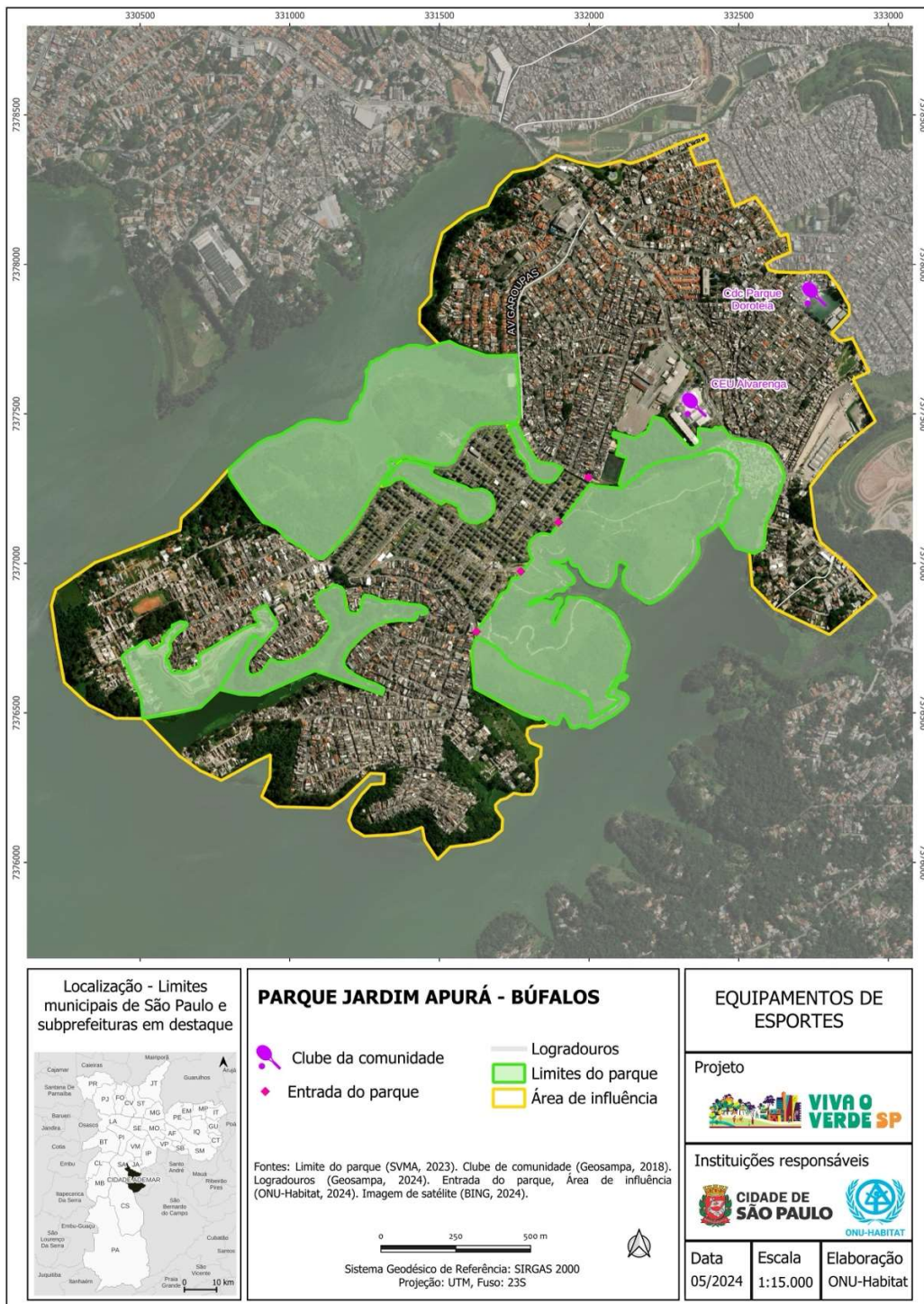
Fonte: Elaborado por ONU-Habitat

Mapa 7 – Equipamentos Educacionais do Território-Parque



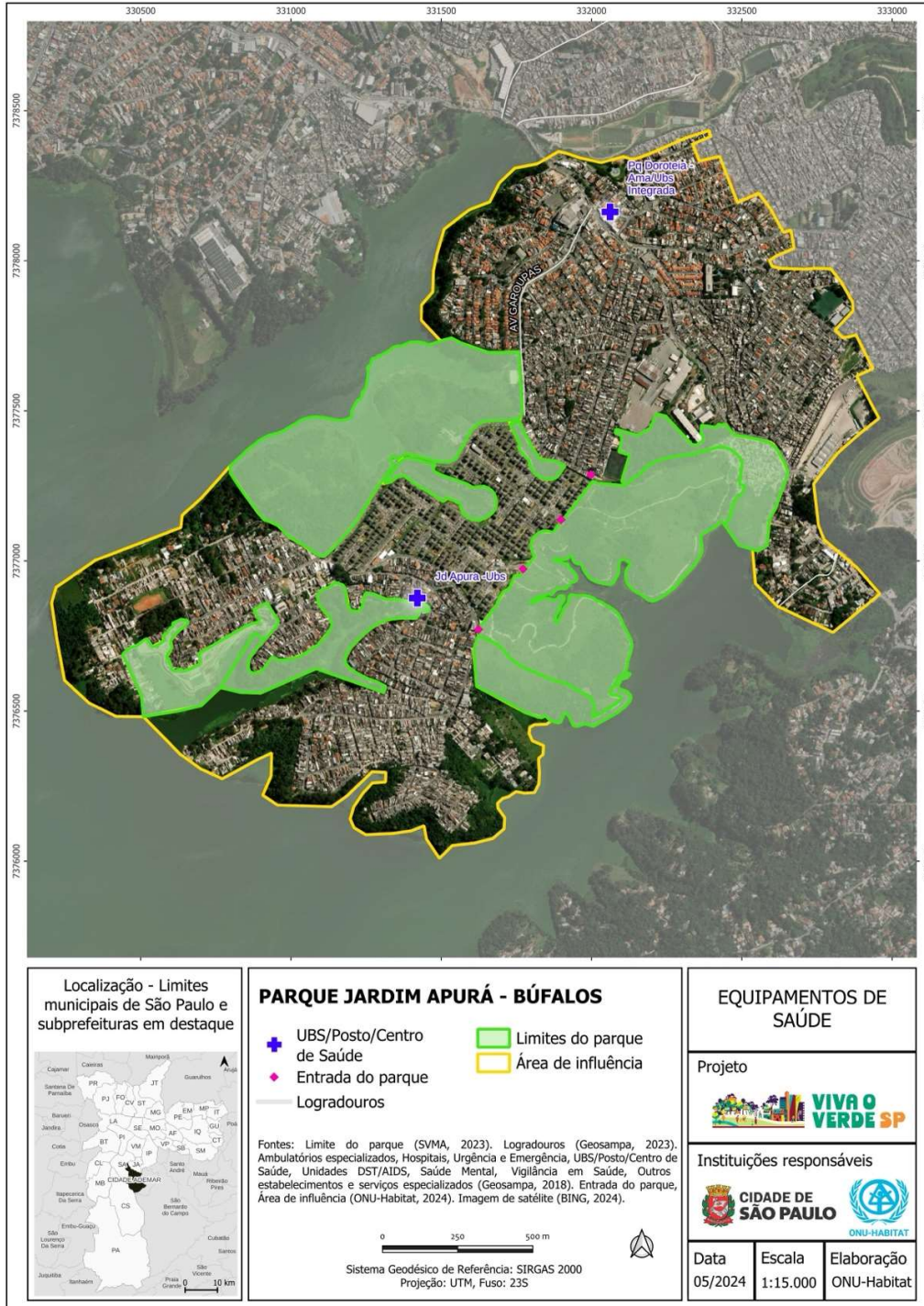
Fonte: Elaborado por ONU-Habitat

Mapa 8 - Equipamentos de Esportes do Território-Parque



Fonte: Elaborado por ONU-Habitat

Mapa 9 - Equipamentos de Saúde do Território-Parque



Fonte: Elaborado por ONU-Habitat



## 6.2. Desafios e Oportunidades

Entre os desafios vinculados ao Território-Parque do Parque Jardim Apurá - Búfalos, destaca-se:

- A ausência de equipamentos de segurança reforça a necessidade de atividades visando a segurança comunitária;
- Apesar da proximidade do Parque com equipamentos de Saúde e Cultura, devido à grande extensão de sua área, é possível pensar na vocação deste Parque para receber novos equipamentos, como casa de cultura ou Centro de Convivência e Cooperativa (CECCO).

Entre as oportunidades vinculadas ao Território-Parque do Parque Jardim Apurá - Búfalos, destaca-se:

- A oferta de equipamentos de Saúde, Educação e Assistência Social, na área próxima analisada, indica a possibilidade de ações estendidas dessas áreas no Parque, como a sua inclusão no currículo escolar e atividades em parceria com o Programa Ambientes Verdes Saudáveis (PAVS), por exemplo;
- Reforça-se a importância do Parque como elemento agregador em atividades que vinculem as temáticas de meio ambiente e educação ambiental aos equipamentos de Esporte e Cultura já existentes, como o Centro Educacional Unificado (CEU).

## 7. Caracterização do Parque Jardim Apurá - Búfalos

Na sequência da avaliação do contexto urbano e da consolidação do plano de ação do Território-Parque, este capítulo concentra-se na caracterização do Jardim Apurá – Búfalos e visa proporcionar uma visão abrangente e sistemática dos atributos naturais e das dinâmicas de uso do parque, de forma a complementar a compreensão geral decorrente da análise do entorno.

### 7.1. Atributos naturais

Este item abordará os atributos naturais do parque, apresentando uma visão sobre o relevo, solo, recursos hídricos, vegetação e fauna presentes no território. Além disso, a análise desses atributos permitirá a compreensão do papel do parque para a manutenção dos serviços ecossistêmicos, como a regulação do clima e a preservação da biodiversidade.

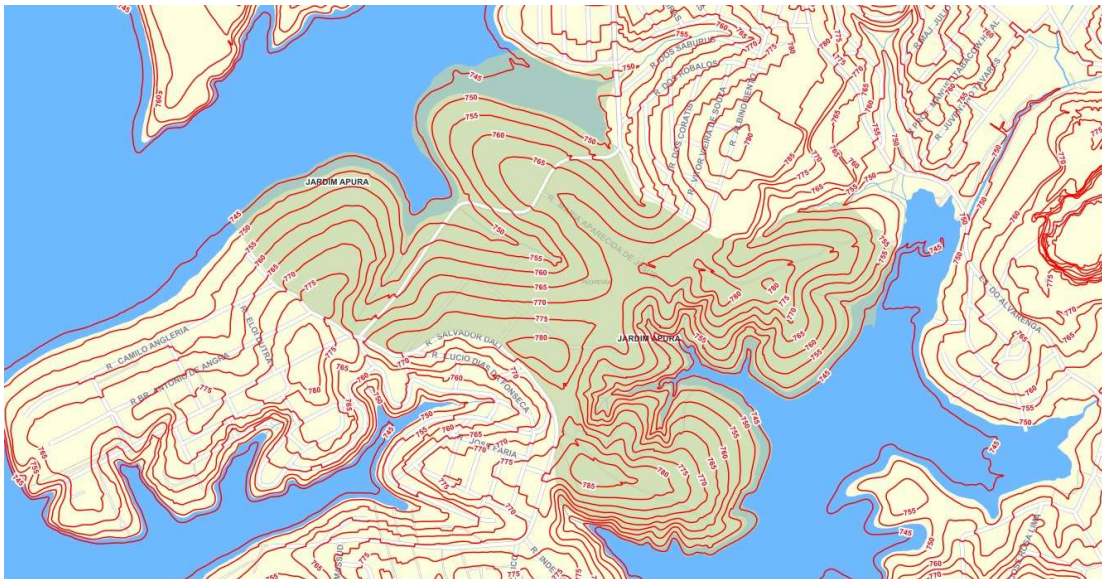


### 7.1.1. Relevo

Segundo a Carta Geotécnica do Município de São Paulo do Instituto de Pesquisas Tecnológicas – IPT<sup>11</sup> (GEOSAMPA, 2024), boa parte do parque encontra-se sobre uma área de granitóides, com uma mancha de xisto micáceo a oeste. Há também duas cabeceiras de drenagem na borda norte, e uma na borda oeste, que dão origem córregos que seguem em direção à represa.

A Figura 12 apresenta a hipsometria da área do Parque e seu entorno<sup>12</sup>. Observa-se a cota máxima de 780 e 785 metros nos quatro interflúvios, que decai abruptamente no lado sudeste, nos talwegues dos contribuintes do Rio Guacuri, e mais suavemente do lado oposto do interflúvio, até atingir a represa na cota de 745m.

Figura 12 - Hipsometria do Parque Jardim Apurá - Búfalos e seu entorno.

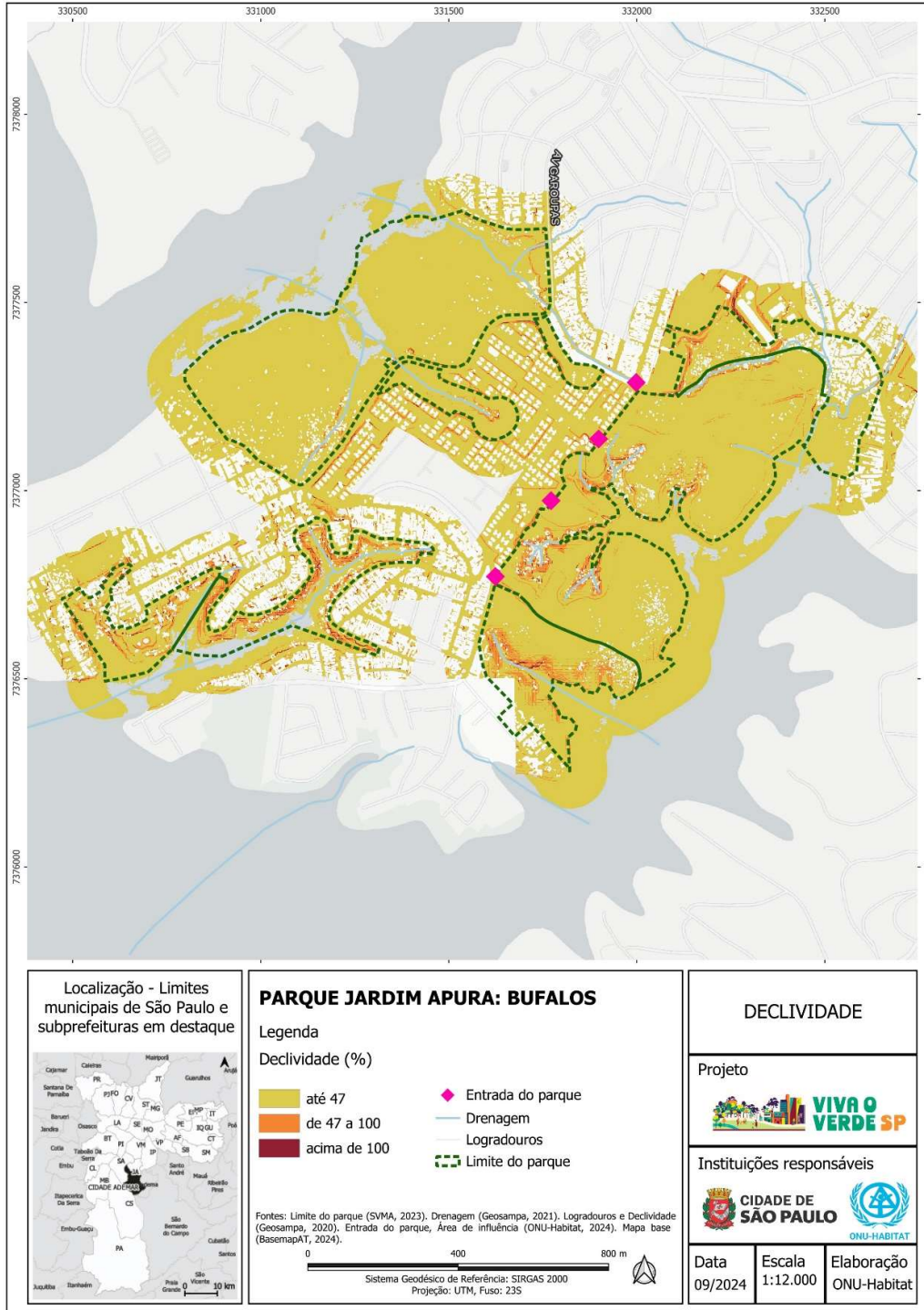


Fonte: Geosampa, 2024.

<sup>11</sup> Relatório da Carta Geotécnica do Município de São Paulo, 1992 ([https://metadados.geosampa.prefeitura.sp.gov.br/geonetwork/intranet/api/records/a14e407e-b0d9-4f4c-a1ae-805e83f99382/attachments/relatório%20CG\\_1993.pdf](https://metadados.geosampa.prefeitura.sp.gov.br/geonetwork/intranet/api/records/a14e407e-b0d9-4f4c-a1ae-805e83f99382/attachments/relatório%20CG_1993.pdf))

<sup>12</sup> Nota-se que há uma diferença entre os intervalos das curvas mestras no Geosampa. As curvas têm intervalos de 5m até um trecho, porém, mais ao norte, o intervalo passa a ser de 25m.

Mapa 10 – Declividades no Parque Jardim Apurá – Búfalos e entorno



Fonte: Elaborado por ONU-Habitat



### 7.1.2. Solo

O parque possui história de longa ocupação por gado, búfalos e cavalos, espécies de grande porte que acabam causando compactação do solo ao longo de trilhas pré-determinadas, além de processos erosivos junto às margens dos cursos d'água, onde se concentram para beber água. Nascentes e córregos de menor diâmetro podem sofrer também assoreamento e ter seu curso interrompido. As observações apresentadas a seguir foram realizadas em visitas de campo entre os meses de novembro de 2023 e junho de 2024.

Há trilhas de circulação bem estabelecidas, com quase 5km de extensão, onde a prática de caminhada, passeios de bicicleta e treinos oficiais de corrida acabam por causar compactação do solo, do tipo terra batida. Nesses locais a infiltração da água fica prejudicada, além de haver sinais de erosão ao longo das margens (onde a trilha foi aberta causando corte na inclinação natural do terreno).

Outros pontos erosivos referem-se às obras a sul do conjunto habitacional Residencial Espanha, onde foram observadas algumas voçorocas de grande diâmetro, que requerem atenção. Dado que o conjunto habitacional está localizado na região central do parque, será necessário um trabalho constante de acompanhamento de processos erosivos, emissão de efluentes e águas pluviais, visando garantir a estabilidade do solo e qualidade da água das nascentes.

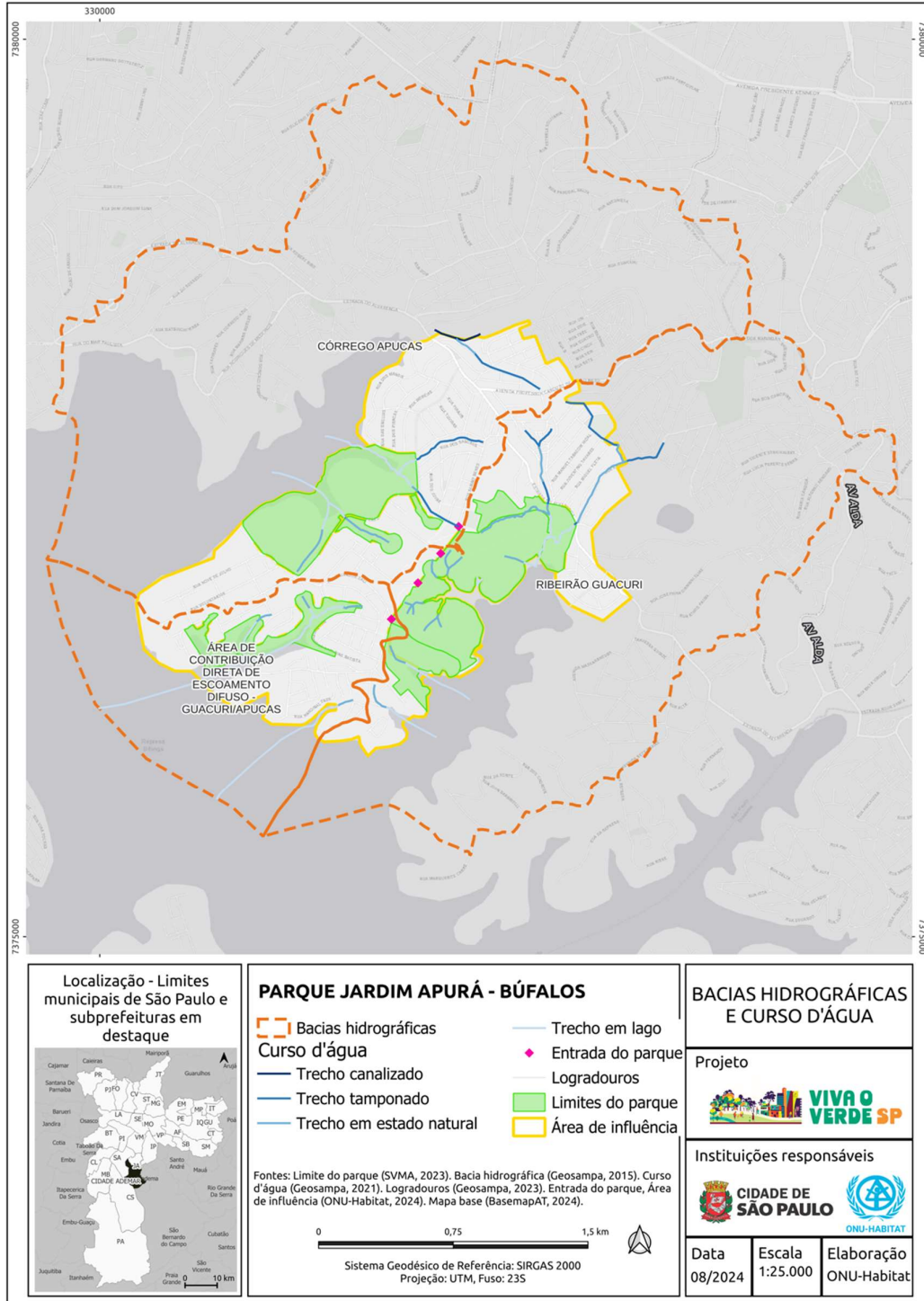
### 7.1.3. Água

O Parque Jardim Apurá - Búfalos situa-se na Bacia da Billings e é cortado pelo divisor de águas de duas microbacias: o interflúvio que separa a Microbacia do Ribeirão Guacuri, ao sul, e a Microbacia do Córrego Apucas, ao norte – as duas drenagens mais importantes da região, cujos contribuintes nascem no interior do Parque. Há uma pequena área do Parque que está inserida na Área de Contribuição Direta de Escoamento Difuso Guacuri/Apucas<sup>13</sup> (Mapa 11).

---

<sup>13</sup> Superfície do terreno que contribui com o escoamento de água em determinado ponto.

Mapa 11 - Microbacias do Ribeirão Guacuri e do Córrego Apucas



Fonte: Elaborado por ONU-Habitat

#### 7.1.4. Vegetação

Para o desenvolvimento do Plano de Gestão, a análise da vegetação existente na região que cerca o parque também é importante, pois assim é possível identificar a existência de possíveis corredores urbanos de fauna e flora, ou se o Parque se comporta como uma área isolada de verde urbano. Para isso, analisou-se dois dados disponíveis na plataforma Geosampa: o Mapeamento de Remanescentes da Mata Atlântica<sup>14</sup> e o Mapeamento da Cobertura Vegetal 2020<sup>15</sup>. Os mapas 12 e 13 mostram, respectivamente, os Remanescentes de Mata Atlântica e o Mapeamento da Cobertura Vegetal no entorno do Parque Jardim Apurá - Búfalos.

Observa-se que a Mata Atlântica (Floresta Ombrófila Densa em estágios diversos) ocorre em manchas nas áreas nas bordas da represa, apresentando maciços florestais heterogêneos. Porém, nas regiões mais centrais do parque (cotas mais altas) predominam os campos gerais, com baixa cobertura arbórea.

Figura 13 – Imagem da margem da Represa Billings no Parque Jardim Apurá - Búfalos

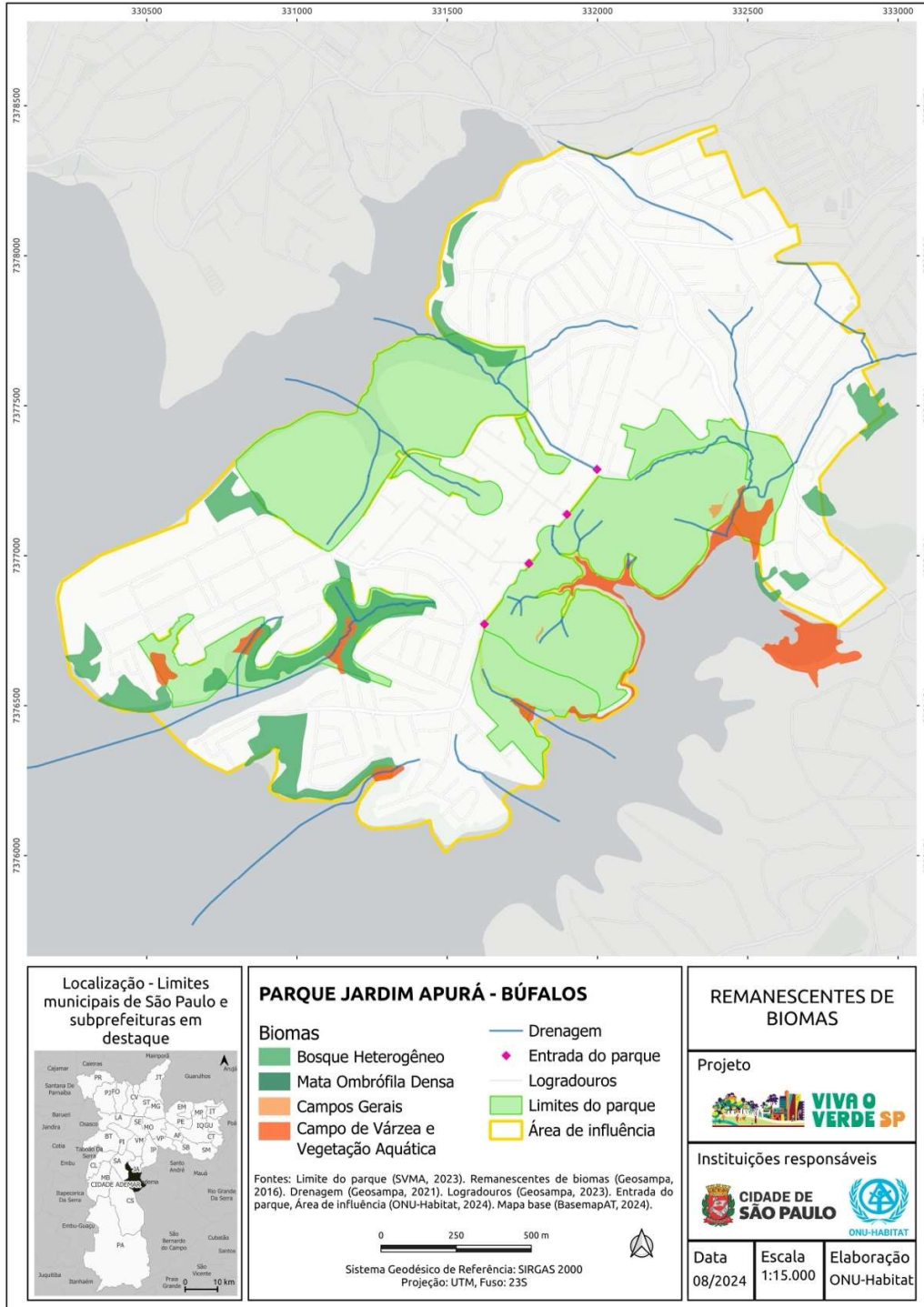


Fonte: Prefeitura de São Paulo, 2022

<sup>14</sup> O Mapeamento dos Remanescentes de Mata Atlântica no Município de São Paulo é um dos produtos do Plano Municipal da Mata Atlântica – PMMA São Paulo. Integrante do Diagnóstico da situação atual da Mata Atlântica, no município, configura-se como elemento obrigatório do Plano conforme Art. 43 do Decreto Federal 6.660/2008

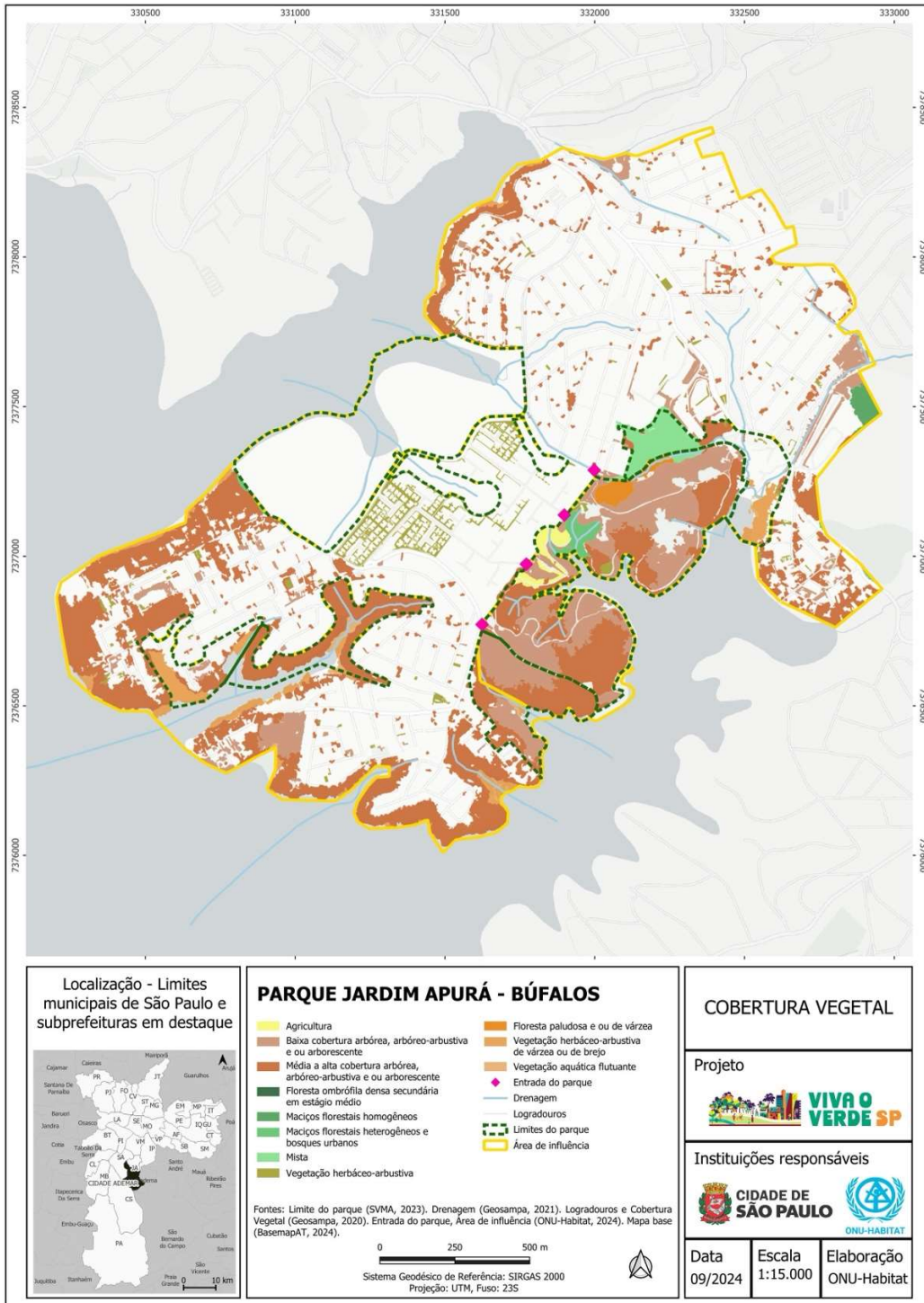
<sup>15</sup> O mapeamento da cobertura vegetal compreendeu a vetorização de 15 categorias classificadas por meio de fotointerpretação de imagens aéreas ortorretificadas do ano de 2017/2018, apoiada por dados LIDAR, constituindo conjuntos de informações com geometrias e topologias geradas para utilização em Sistemas de Informações Geográficas (SIG), abrangendo a totalidade da superfície do Município de São Paulo – SP, com 1.168 km<sup>2</sup> na escala 1:1.000 e 359 km<sup>2</sup> na escala 1:5.000.

Mapa 12 - Remanescentes de biomas no entorno do Parque Jardim Apurá - Búfalos



Fonte: Elaborado por ONU-Habitat

Mapa 13 - Mapeamento da cobertura vegetal no entorno do Parque Jardim Apurá - Búfalos

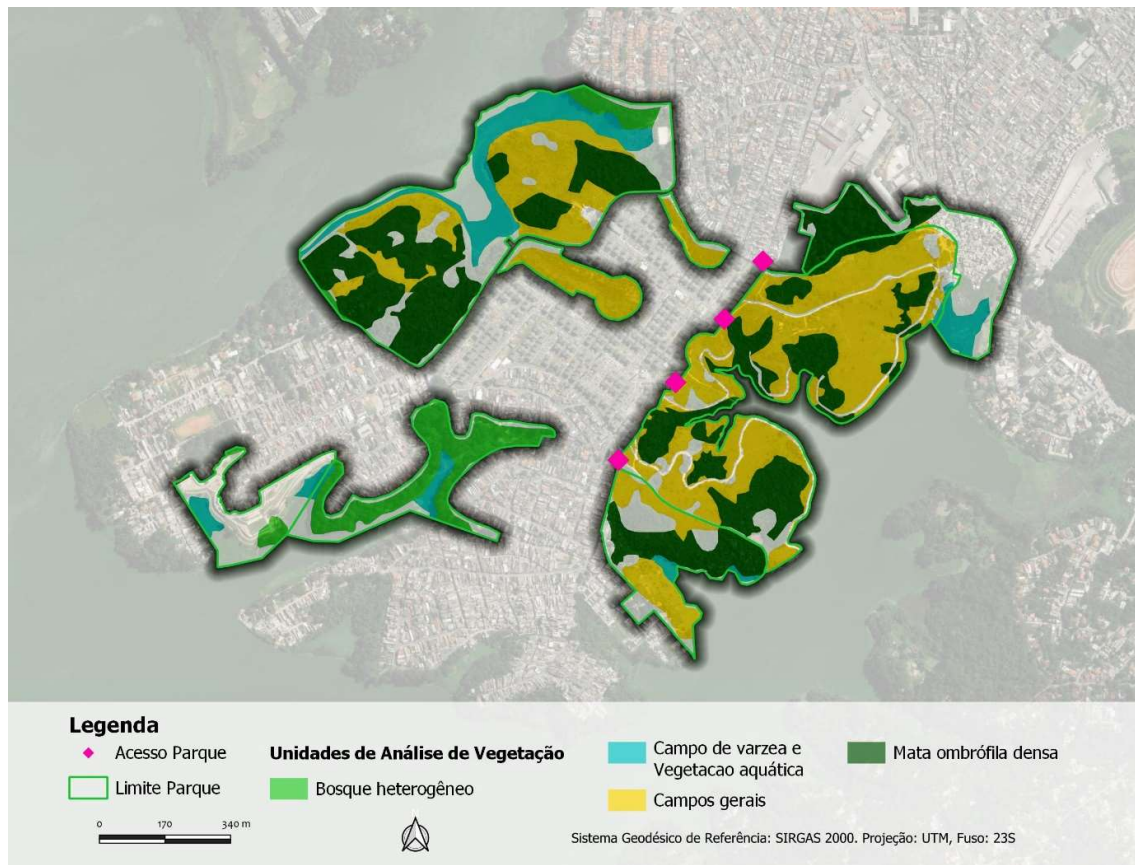


Fonte: Elaborado por ONU-Habitat

Localizado no extremo sul do Município de São Paulo, o parque está inserido na Área de Proteção e Recuperação de Mananciais da Represa Billings (SÃO PAULO, 2009). As áreas de preservação permanente – APPs – localizadas no entorno das nascentes e cursos d’água totalizam aproximados 270.000 m<sup>2</sup>, cerca de 50,75% do total da área do parque (SVMA, 2007).

De acordo com o Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica (PMMA, 2017), a vegetação existente no parque é composta por um mosaico de floresta ombrófila densa, campos gerais e campos de várzea e vegetação aquática. Todo o conjunto compõe um efeito paisagístico significativo, seja pela variedade de formações (alternância de ambientes ao longo das trilhas, trechos ensolarados alternados com trechos sombreados), seja pelos pontos de mirante da represa e bairros adjacentes.

Figura 14 - Imagem aérea com delimitação das unidades de análise da vegetação do Parque Jardim Apurá - Búfalos



Fonte: PMMA, 2017, elaborado por ONU-Habitat





Os campos gerais, que dominam a maior extensão da área, são definidos como uma

“tipologia heterogênea com predomínio de cobertura herbácea. Possível presença de arbustos, fetos arborescentes, epífitas e trepadeiras, incluindo formações campestres naturais e antropizadas (como áreas de pastagem e vegetação ruderal de terrenos urbanos abandonados)” (SÃO PAULO - PMMA, 2017).

Nesses locais predomina a espécie exótica invasora capim-braquiária (*Urochloa decumbens*), além de árvores isoladas, por vezes formando pequenos agrupamentos. Destaca-se pela frequência o cambará (*Moquiniastrum polymorphum*), árvore pioneira de característico tronco tortuoso, e pela raridade o ipê-felpudo (*Zeyheria tuberculosa*), espécie constante na lista de espécies ameaçadas do estado de São Paulo (SÃO PAULO, 2016). Estão também presentes arbustivas e herbáceas nativas como o capim-colchão (*Andropogon leucostachyus*), língua-de-tucano (*Eryngium horridum*), batata-de-perdiz (*Sinningia allagophylla*), murici (*Byrsonima intermedia*), flor-de-mariposa (*Heteropterys umbellata*) e araquá-do-campo (*Psidium guineense*), espécies típicas do Cerrado (SVMA, 2023). Destacam-se ainda na paisagem os matacões, grandes blocos rochosos arredondados, cada vez mais raros nos parques paulistanos, que se constituem em ambientes diferenciados para instalação de plantas rupícolas (SÃO PAULO, 2018).

Os campos de várzea e vegetação aquática são definidos como uma

“tipologia heterogênea de vegetação herbáceo-arbustiva associada a áreas predominantemente planas junto a corpos d’água, podendo incluir formações de brejo (com solo permanentemente encharcado), várzea (solo sazonalmente inundável) e vegetação aquática flutuante” (SÃO PAULO - PMMA, 2017).

No parque estão presentes nas áreas sujeitas à inundação conforme a variação de nível da represa Billings, possuem baixa diversidade de espécies vegetais, que ocupam grandes extensões de forma mais ou menos homogênea (SÃO PAULO, 2018). Destacam-se o alface-d’água (*Pistia stratiotes*), aguapé (*Eichhornia azurea*), grama-do-banhado (*Panicum aquaticum*), voadeira-do-brejo (*Lobelia camporum*), tiririca (*Cyperus mundtii*) e cruz-de-malta (*Ludwigia leptocarpa*) (SVMA, 2023).

Além das áreas abertas mencionadas, o parque conta também com fragmentos florestais de mata ombrófila densa em seu interior. Esses fragmentos podem ser ainda subdivididos, de acordo com o estágio sucessional, em fragmentos em 1) estágio inicial e 2) estágio médio de regeneração.

Os fragmentos em estágio inicial se encontram dispersos em vários pontos do terreno, ora como maciços isolados, nas áreas mais altas (onde o terreno é menos declivoso), ou próximos e conectados aos fragmentos em estágio médio de regeneração. São locais onde a floresta apenas começa seu processo de regeneração, seja após eventos de desmatamento, queimada ou uso para agricultura/pastagem. A vegetação apresenta altura média de 6 metros e o dossel se encontra aberto em diversos pontos, o que permite o



crescimento de gramíneas no sub-bosque, principalmente o capim-braquiária (*Urochloa decumbens*) e outras espécies ruderais. Há grande quantidade de trepadeiras não lenhosas, agravando o efeito de borda em alguns pontos. Não foram observadas epífitas e a camada de serrapilheira é pouco espessa, quase inexistente. Dentre as espécies arbóreas destacam-se o tapiá-guaçu (*Alchornea sidifolia*), capixingui (*Croton floribundus*), embaúba-vermelha (*Cecropia glaziovii*), quaresmeira-aleluia (*Pleroma sellowianum*), louro-mole (*Cordia sellowiana*), cambará (*Moquiniastrum polymorphum*) e guaçatonga (*Casearia sylvestris*) (SVMA, 2023).

Os fragmentos em estágio médio de regeneração se encontram principalmente ao longo das APPs das nascentes e cursos d'água, mais especificamente nas drenagens encaixadas nos fundos de vale, em terrenos inclinados e de difícil acesso. A vegetação apresenta altura média de 10 metros e o dossel se encontra fechado em praticamente toda extensão. Há grande quantidade de trepadeiras não lenhosas no interior do fragmento e algumas lenhosas de pequeno diâmetro. Estão presentes samambaias epífitas dos gêneros *Serpocaulon*, *Pleopeltis* e *Micrograma*, além de algumas orquídeas nos fragmentos mais bem preservados, onde a camada de serrapilheira é mais expressiva. O sub-bosque é bem consolidado, havendo indivíduos regenerantes de espécies do dossel, além de bambus nativos (*Chusquea* spp.), brejaúva (*Astrocaryum aculeatissimum*) e samambaiacú (*Cyathea* sp.). Dentre as espécies arbóreas destacam-se a espinheira-santa (*Mollinedia schottiana*), caá-açu (*Bathysa australis*), tucaneiro (*Vochysia tucanorum*), jacarandá-bico-de-pato (*Machaerium hirtum*), bico-de-pato (*Machaerium nyctitans*), jacarandá-paulista (*Machaerium villosum*), tarumã (*Vitex polygama*), angico-branco (*Anadenanthera peregrina* var. *peregrina*), angelim-doce (*Andira fraxinifolia*), cedro (*Cedrela fissilis*), açoita-cavalo-graúdo (*Luehea grandiflora*), leiteiro (*Sapium glandulosum*), tobocuva (*Pera glabrata*), tamanqueiro (*Aegiphila sellowiana*), camboatã (*Cupania vernalis*), ingá (*Inga vera*), goiaba-brava (*Myrcia tomentosa*), pau-jacaré (*Piptadenia gonoacantha*), cuvantã (*Matayba elaeagnoides*), araticum-cagão (*Annona cacans*), cabuçú (*Miconia formosa*), racha-ligeiro (*Coccoloba warmingii*) e canela-ferrugem (*Nectandra oppositifolia*), além daquelas observadas nos fragmentos em estágio inicial.

Até o momento foram registradas 165 espécies de plantas vasculares no parque, sendo 142 nativas do município de São Paulo e 23 exóticas. Considerando-se o total de espécies já registradas para a cidade de São Paulo (SÃO PAULO, 2021), o parque abriga aproximadamente 3,2% da diversidade vegetal do município.

Quanto ao estado de conservação, merecem destaque o cedro (*Cedrela fissilis*), ipê-felpudo (*Zeyheria tuberculosa*), papo-de-peru (*Aristolochia cymbifera*), canela-amarela (*Nectandra barbellata*) e pinheiro-do-paraná (*Araucaria angustifolia*), todos presentes nas listas oficiais de espécies ameaçadas de extinção do Estado de São Paulo e do Brasil (SÃO PAULO, 2016; BRASIL, 2022). *Pleroma riedelianum*, em perigo no Brasil, foi considerada extinta no estado de São Paulo, tendo sido pela primeira vez registrada nesse levantamento. Outras espécies que constituem no primeiro registro para o município após 1950 incluem a *Rhynchospora gigantea* e o caraguatá (*Ananas fritzmuelleri*) (SÃO PAULO, 2018).

Em decorrência da implantação do conjunto residencial Espanha, entre março de 2016 e junho 2017, foi realizado plantio compensatório de mudas arbóreas nativas da Mata Atlântica



na área interna do parque, totalizando 28.866 mudas pertencentes a 135 espécies (SVMA). Outras ações de plantio continuam a ser realizadas até a presente data por livre iniciativa da comunidade do entorno, embora haja apoio da equipe técnica da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente - SVMA.

A presença de espécies raras, nunca antes registradas para o estado de São Paulo, além daquelas ameaçadas de extinção, demonstra que é urgente e necessária a preservação das formações vegetais existentes no parque.

Como principal ameaça à conservação dessa importante área verde está a forte ocupação urbana do entorno, que pressiona os limites do parque, além dos impactos causados por queimadas, desmatamento, deposição de lixo, entulho e resíduos diversos, como aqueles decorrentes de manifestações religiosas, bastante comuns na área interna do parque.

Nos campos de várzea e vegetação aquática, toda a área de inundação apresenta grande quantidade de resíduos trazidos pela água e a própria qualidade da água é comprometida, o que favorece a eutrofização (SÃO PAULO, 2018).

Nos campos gerais, formação de maior área no parque, nota-se predominância da espécie invasora capim-braquiária (*Urochloa brizantha*), provavelmente associada ao histórico da área como pastagem de gado e búfalos.

Em algumas áreas de fragmento florestal foi possível notar uma forte invasão de bambu-de-jardim (*Phyllostachys aurea*), formando maciços homogêneos em pontos específicos. As exóticas pau-incenso (*Pittosporum undulatum*), amoreira (*Morus nigra*), maria-sem-vergonha (*Impatiens walleriana*), jaqueira (*Artocarpus heterophyllus*) e uva-japonesa (*Hovenia dulcis*), apesar de terem sido registradas em menor quantidade, merecem atenção também pelo seu potencial invasor. Essas espécies, sem o devido manejo, podem acabar dominando as formações florestais do parque, dificultando a germinação e estabelecimento de espécies nativas, a ampliação da biodiversidade e, por fim, a regeneração da fisionomia de floresta Atlântica original.

#### **7.1.5. Fauna**

Até o momento foram identificadas 166 espécies animais no parque (SÃO PAULO, 2022), sendo 138 espécies de aves, 11 anfíbios, 8 mamíferos, 7 répteis e 2 borboletas. Considerando-se o total de espécies já registradas para a cidade de São Paulo, o parque abriga aproximadamente 13% da diversidade animal do município (SÃO PAULO, 2021).

Desse total, 17 espécies (aprox. 10%) são endêmicas da Mata Atlântica, ou seja, sua ocorrência é limitada ao bioma, entre elas a saracura-do-mato (*Aramides saracura*), araponga (*Procnias nudicollis*), tucano-de-bico-verde (*Ramphastos dicolorus*), arredio-pálido (*Cranioleuca pallida*) e pichororé (*Synallaxis ruficapilla*). Dentre aquelas que possuem algum grau de ameaça, destacam-se 22 espécies que podem ser extintas num futuro próximo caso o comércio não seja regulado, entre elas o cachorro-do-mato (*Cerdocyon thous*), e as aves periquitão (*Psittacara leucophthalmus*), tiriba-de-testa-vermelha (*Pyrrhura frontalis*), tuim

(*Forpus xanthopterygius*), maitaca-verde (*Pionus maximiliani melanoblepharus*), periquito-rico (*Brotogeris tirica*) e beija-flor-de-fronte-violeta (*Thalurania glaucopis*) (CITES II, 2022). Observa-se também uma espécie globalmente ameaçada, cujo comércio internacional é proibido (CITES I, 2022), que é o falcão-peregrino (*Falco peregrinus tundrius*), espécie migratória que procria na América do Norte e passa o inverno na América do Sul (SÃO PAULO, 2022).

Dentre os anfíbios, destacam-se a rãzinha-marmoreada (*Adenomera marmorata*), perereca (*Scinax tymbamirim*), perereca-da-mata (*Bokermannohyla circumdata*), rãzinha-do-folhiço (*Haddadus binotatus*), sapo-cururu (*Rhinella icterica*) e sapo-cururuzinho (*Rhinella ornata*), todos endêmicos da Mata Atlântica. Em relação aos répteis, a cobra-espada (*Tomodon dorsatus*) e o camaleãozinho (*Enyalius perditus*) são considerados também endêmicos da Mata Atlântica (KRAV, 2014).

Figura 15 - Sapo-cururuzinho (*Rhinella ornata*) e cachorro-do-mato (*Cerdocyon thous*), em fotografias registradas no Parque Jardim Apurá - Búfalos



Fonte: Sylvia Hiromi, da Divisão de Fauna Silvestre - SVMA.

A presença de mamíferos de grande e médio porte é um excelente indicativo de preservação dos ecossistemas, uma vez que esses animais são ecologicamente exigentes, necessitando de uma cadeia alimentar diversificada, além de grandes extensões de áreas protegidas (SÃO PAULO, 2018). No Parque Jardim Apurá - Búfalos estão presentes o tatu-galinha (*Dasypus novemcinctus*), cachorro-do-mato (*Cerdocyon thous*) e mão-pelada (*Procyon cancrivorus*) (SÃO PAULO, 2022), além de espécies semi-aquáticas/aquáticas, como a capivara (*Hydrochoerus hydrochaeris*) e o rato-do-banhado (*Myocastor coypus*) (KRAV, 2014).

Do grupo das aves, aproximadamente 34% das espécies possuem hábito tipicamente florestal, 25% podem ser encontradas com mais facilidade junto aos corpos d'água ou áreas brejosas e 24% preferem os ambientes abertos/campestres, além daquelas que podem passear por mais de um tipo de ambiente (SÃO PAULO, 2022).

Algumas espécies, por serem altamente sensíveis às variações no ambiente, principalmente aquele urbano, costumam ser boas indicadoras da qualidade ambiental, como é o caso das aquáticas talha-mar (*Rynchops niger*) e fragata (*Fregata magnificens*), raramente avistadas

nas cidades (Ibidem). No Brasil, a fragata costuma ocorrer apenas na faixa litorânea, sendo este registro inédito para a cidade de São Paulo (KRAV, 2014).

De fato, a região é de grande importância para a avifauna aquática. Sua formação riparia é amplamente utilizada por espécies como o biguá (*Nannopterum brasilianum brasilianum*), irerê (*Dendrocygna viduata*), garça-moura (*Ardea cocoi*), galinha-d'água (*Gallinula galeata galeata*), marreca-pardinha (*Anas flavirostris flavirostris*), mergulhão-grande (*Podiceps major major*), carão (*Aramus guarauna guarauna*), saracura-anã (*Pardirallus nigricans nigricans*), martim-pescador-verde (*Chloroceryle amazona*), entre outras (SÃO PAULO, 2015; 2022).

Figura 16 - Biguá (*Nannopterum brasilianum brasilianum*) e garça-moura (*Ardea cocoi*), em fotografias registradas no Parque Jardim Apurá - Búfalos



Fonte: Sylvia Hiromi, da Divisão de Fauna Silvestre - SVMA.

Além disso, a área possui extrema importância para pássaros em migração, como área de descanso, abrigo, alimentação, e até mesmo reprodução. Funciona como trampolim ecológico, principalmente se consideramos sua localização estratégica entre o Parque Estadual Fontes do Ipiranga e as porções mais conservadas ao sul da represa e do município. Dentre as 21 espécies migratórias presentes no parque, destacam-se o suiriri (*Tyrannus melancholicus*), tesourinha (*Tyrannus savana*), juruviara (*Vireo chivi*), andorinhão-do-temporal (*Chaetura meridionalis*), águia-pescadora (*Pandion haliaetus carolinensis*) e caneleiro-de-chapéu-preto (*Pachyrhamphus validus validus*) (KRAV, 2014).

Parques com ambientes diversificados, como cursos d'água, brejos, áreas abertas e áreas florestadas, funcionam como importantes abrigos da fauna silvestre, oferecendo recursos para animais com diferentes hábitos. Apesar da degradação ambiental de cunho histórico sobre o reservatório Billings, a cidade de São Paulo carece de ambientes como este, o que ocasiona concentração de aves aquáticas neste reservatório e no reservatório Guarapiranga. O registro de espécies endêmicas da Mata Atlântica, ou seja, que são encontradas somente no bioma Mata Atlântica, de espécies ameaçadas e de espécies migratórias, evidencia a importância ecológica e de preservação do Parque Jardim Apurá - Búfalos.



Como principais ameaças à conservação da fauna silvestre do parque estão a pesca e a caça ilegais realizada por moradores da comunidade do entorno. A captura de aves silvestres foi observada de forma direta através do uso de estilingue e bolas de vidro, e também por meio da atração com animal engaiolado (fêmea de *Sporophila* sp.). Não é possível afirmar se a captura observada no parque objetiva a detenção dessas aves, como ornamentais/canoras, ou se o objetivo é o comércio ilegal. De qualquer forma, foi observado número considerável de moradores do entorno que mantêm aves silvestres em gaiolas, sendo mais comuns as espécies trinca-ferro (*Saltator similis*), graúna (*Gnorimopsar chopi*), curió (*Sporophila angolensis*) e canário-da-terra (*Sicalis flaveola*) (KRAV, 2014).

O Brasil é um dos países onde mais se identifica o tráfico de animais silvestres - estima-se que essa atividade ilegal retire cerca de 38 milhões de espécimes da natureza e movimento de 5 a 15 bilhões de reais por ano no país. As aves são as mais procuradas devido à sua beleza, canto e comportamento dócil. De fato, o povo brasileiro sempre manteve especial predileção por aves de gaiola, sendo os pássaros canoros e psitacídeos as espécies mais encontradas em cativeiro no Brasil. Por isso, para além de controlar a captura e comércio desses animais, fazendo-se valer os dispositivos legais de proteção, é necessário desenvolver também trabalhos de educação ambiental, que sensibilizem e engajem a população em diversas questões relativas à conservação da fauna silvestre no meio urbano (RENTAS, 2001).

Pelas suas características topográficas, o parque é bastante utilizado também para a prática de parapente e soltura de pipa. A soltura de pipas, com suas linhas cortantes de cerol ou Chilena, causa graves ferimentos à fauna, principalmente nas aves, que podem ter suas asas cortadas, amputadas ou até morrerem em decorrência dos ferimentos. Espécies que constroem seus ninhos com qualquer material que encontrem no ambiente, como é o caso dos psitacídeos (araras, papagaios e periquitos, por exemplo) também são impactados, uma vez que os filhotes crescem emaranhados nesses materiais altamente cortantes (PENSAMENTO VERDE, 2019).

A presença de espécies domesticadas como o gato (*Felis catus*), cachorro (*Canis lupus familiaris*), gado (*Bos taurus*) e cavalo (*Equus caballus*), verificada no parque, traz inúmeros impactos à fauna silvestre. Impactos diretos como predação, afugentamento, transmissão de doenças e parasitas, além daqueles indiretos, como compactação do solo, assoreamento dos cursos d'água e redução da vegetação nativa (KRAV, 2014).

O acúmulo de lixo decorrente das atividades humanas pode facilitar a proliferação de animais sinantrópicos, como roedores e mosquito-da-dengue por exemplo, espécies associadas à transmissão de diversas doenças. Além disso, resíduos sólidos como garrafas, sacos plásticos, embalagens, baterias, pilhas e até restos de comida, além de poluírem o ambiente, colocam os animais em risco, já que eles podem se ferir em materiais cortantes, sofrer sufocamento/estrangulamento ou mesmo ingerir os materiais descartados de forma indevida.

Adicionalmente, durante o processo participativo, a população levantou outros tópicos que consideram problemáticos no parque, como conflitos envolvendo os visitantes e a fauna



silvestre (risco de ataque de animais) e abandono de animais domésticos. Tais tópicos seguem contemplados também nas diretrizes, dentro do Plano de Ação (ver item 10).

#### **7.1.6. Serviços ecossistêmicos**

Áreas verdes, como o Parque Jardim Apurá - Búfalos, são prestadoras de inúmeros serviços ecossistêmicos, que muitas vezes são desconhecidos ou mesmo subvalorizados, especialmente no contexto urbano.

De acordo com a Avaliação Ecossistêmica do Milênio (MEA), estudo patrocinado pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), os serviços ecossistêmicos podem ser definidos como “os benefícios que as pessoas obtêm dos ecossistemas”, podendo ser subdivididos em quatro categorias, a saber: provisão, regulação, suporte e cultural (MEA, 2005).

Os serviços de provisão são os bens que os ecossistemas fornecem diretamente, como os alimentos, matéria-prima para a geração de energia, fibras, plantas ornamentais e água. Os serviços reguladores são obtidos a partir dos processos naturais que regulam as condições ambientais, como a purificação do ar, a regulação do clima e o controle de erosão. Os serviços culturais estão relacionados com os benefícios recreacionais e educacionais e, por fim, os serviços de suporte são os processos naturais necessários para que os outros serviços existam, como a ciclagem de nutrientes, a formação de solos, a polinização e a dispersão de sementes (MEA, 2005).

Esses serviços têm sido considerados fundamentais para o enfrentamento do impacto das mudanças climáticas, na medida em que minimizam eventos extremos, como chuvas intensas e concentradas, alagamentos, enchentes, inundações e deslizamentos de terra, eventos que geram perdas materiais e ameaçam a integridade física da população (PBMC, 2016).

Assim, considerando o estágio de emergência climática em que se encontra o planeta, é fundamental enxergar os parques enquanto provedores de serviços de regulação climática. Todos os parques oferecem, em maior ou menor grau, os serviços de regulação citados no e na atenuação das ameaças indicadas no Plano de Ação Climática do Município de São Paulo (PLANCLIMA SP) 2020-2050, que são: inundações, ondas de calor, secas meteorológicas. Abaixo seguem as informações que o PlanClimaSP dá sobre a importância das áreas verdes urbanas para remediação ou atenuação dos impactos das ameaças climáticas na cidade de São Paulo e sua população.

#### **Inundações**

As áreas verdes urbanas, incluindo as áreas de amortecimento, parques lineares, maciços florestais e remanescentes urbanos funcionam como “esponjas” que absorvem a água da chuva, conduzindo-a para os lençóis freáticos ou mesmo a armazenando no solo. Quanto maior a área permeável, a quantidade de árvores e vegetação e a capacidade de absorção de água (por m<sup>3</sup>), maior será o serviço fornecido por aquela área verde quanto ao controle e



diminuição de inundações. Assim, áreas menores, mas com boa cobertura arbórea e arbustiva por vezes absorvem mais água da chuva e prestam melhores serviços ecossistêmicos que áreas maiores, mas com solo argiloso exposto, ressecado e pouco permeável.

As Áreas de Preservação Permanente (APPs) também devem estar preservadas para conter as enchentes existentes nos períodos de chuvas intensas que, de acordo com o PlanClimaSP, devem ser cada vez mais RECOR-RENTES. Com a revegetação das margens dos córregos, as APPs contribuem para a biodiversidade, para a melhoria da qualidade da água, além de controlar as cheias dos rios e córregos.

### **Secas Meteorológicas**

As áreas verdes urbanas reduzem os efeitos das secas meteorológicas, já que contribuem para que as redes de abastecimento e aquíferos mantenham-se em níveis adequados, agem diretamente na redução da temperatura e na velocidade dos ventos e influenciam no balanço hídrico por meio da evapotranspiração, aumentando a umidade do ar. O Plano de Ação Climática do Município de São Paulo (PlanClimaSP) afirma:

As áreas verdes presentes no Município, por sua vez, são relevantes para a biodiversidade, promovem o aumento da permeabilidade facultando a recarga dos aquíferos e reduzindo os alagamentos e enchentes, contribuem para a manutenção das temperaturas mais amenas, protegem as nascentes e cursos d'água, o que permite o armazenamento nos reservatórios para abastecimento. (PlanClimaSP, p. 24).

### **Altas Temperaturas e Ondas de Calor**

Um dos problemas climáticos das grandes cidades e regiões metropolitanas é o microclima adverso gerado pelas chamadas ilhas de calor. Áreas com predomínio de alvenaria, asfalto e concreto produzem áreas com temperaturas maiores que as circundantes, já que há concentração de materiais que absorvem mais calor e possuem baixa capacidade reflexiva. O adensamento de prédios, que bloqueiam o fluxo de ar e o vento de superfície, e as áreas com grande tráfego de veículos que emitem gases de efeito estufa também contribuem para o aumento de temperatura e para a formação das ilhas de calor.

Nesse sentido, as áreas verdes urbanas são fundamentais para redução das ilhas de calor e de seus efeitos, já que criam áreas sombreadas e de maior umidade que diminuem a temperatura da superfície e favorecem a circulação do ar e de brisas frescas e úmidas. Além disso, as áreas vegetadas absorvem os poluentes atmosféricos por meio do sequestro de carbono.

“Áreas verdes contribuem tanto para a manutenção da qualidade de vida dos residentes da cidade, ao diminuir efeitos como ilha de calor urbana e a poluição atmosférica, quanto para a diminuição de riscos de eventos extremos. Os fragmentos de Mata Atlântica presentes no território da cidade são responsáveis por manter as temperaturas mais amenas, protegem as





nascentes e permitem o armazenamento nos reservatórios para consumo, geração de energia, irrigação agrícola e pesca, entre outras atividades" (JOLY, 2019, *apud* PlanClimaSP, p. 77)

Estudo recente revela que, se um fragmento de Mata Atlântica de aproximadamente 1ha (10.000 m<sup>2</sup>) tiver 25% de sua área desmatada, a temperatura local aumenta 1 °C. Se todo o pequeno remanescente for desflorestado, o impacto na temperatura máxima local pode chegar a 4°C (ALISSON, 2020), evidenciando que o desmatamento promove o aquecimento do ar em escala local. Como forma de minimizar e evitar a formação de ilhas de calor, recomenda-se o aumento das áreas verdes na cidade, aumentando o conforto térmico humano nas áreas urbanizadas.

A presença de áreas verdes, embora não elimine as ondas de calor em grandes centros urbanos, pode minimizar seu impacto e agir como medida de adaptação, se aplicada em larga escala, além de apoiar a diminuição de emissões de Gases Efeito Estufa (GEE) decorrentes do consumo de energia elétrica para refrigeração.

"Na perspectiva da mudança do clima, a rede de áreas verdes e a rede hídrica, denominada infraestrutura verde-azul, é tão importante quanto a rede de água, energia, esgotamento sanitário e transporte" (DUARTE, 2015 *apud* PlanClimaSP, p. 77, 78).

Nos últimos anos, as políticas públicas vêm abordando o tema serviços ecossistêmicos, principalmente com o intuito de propor instrumentos para colaborar com a diminuição das taxas de perda desses serviços. Em São Paulo, o Plano Diretor Estratégico (SÃO PAULO, 2014), a Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo, e o Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica (PMMA, 2024) elencam um conjunto de áreas na cidade consideradas prioritárias para conservação e recuperação dos serviços ecossistêmicos. Mais recentemente, o Plano Municipal de Conservação e Recuperação de Áreas Prestadoras de Serviços Ambientais (PMSA, 2020) apresenta ainda áreas complementares, como Áreas de Preservação Permanente, áreas de risco com declividade acentuada, Áreas de soltura e monitoramento da fauna nativa, entre outras, como os parques existentes e previstos e suas áreas envoltórias.

O Parque Jardim Apurá - Búfalos está localizado em uma área considerada, de acordo com o Plano Municipal de Serviços Ambientais (PMSA, 2020), como de importância metropolitana, cujos benefícios têm escala regional, impactando positivamente não só a região onde se localizam, mas sim toda a metrópole. Essas áreas correspondem aos locais com os remanescentes florestais mais bem conservados de Mata Atlântica na cidade, dispersos principalmente na zona sul (incluindo o entorno das represas Billings e Guarapiranga), zona norte (onde se localiza a Serra da Cantareira) e zona leste (onde se encontra o Parque Natural Municipal Fazenda do Carmo, as cabeceiras do rio Aricanduva e o Morro do Cruzeiro).

Além disso, o parque localiza-se dentro dos limites da Macrozona de Proteção e Recuperação Ambiental, proposta pelo Plano Diretor Estratégico (PDE, 2016), e dentro da Área de Proteção e Recuperação de Mananciais da Bacia Hidrográfica do Reservatório Billings (SÃO PAULO, 2009), áreas consideradas prioritárias para conservação e recuperação ambiental.



As represas Guarapiranga e Billings, em especial, se destacam como regiões prestadoras de serviços ecossistêmicos devido à produção de água para abastecimento público, além de conterem importantes remanescentes florestais, áreas de várzea, nascentes de rios e alta biodiversidade (PMSA, 2020). Ainda que protegidas por ordenamento territorial específico desde a década de 1970 (Leis de proteção e recuperação dos mananciais), elas se encontram fortemente pressionadas por usos pouco compatíveis com a preservação.

A vegetação presente no Parque presta importantíssimos serviços ambientais, tais como a proteção das nascentes e córregos existentes no interior da área, recarga de lençol freático, purificação do ar e da água, mitigação de enchentes e secas, geração e renovação do solo, translocação de nutrientes, manutenção da biodiversidade, estabilização parcial do clima, moderação de temperaturas extremas e da força dos ventos, entre outros. O parque funciona como um “Sistema Tampão”, sendo de suma importância para regular e filtrar o fluxo de água (superficial ou sub-superficial) e de sedimentos que levam consigo nutrientes entre as áreas mais altas da bacia hidrográfica e o reservatório Billings (SÃO PAULO, 2015).

Dentre os serviços ecossistêmicos prestados predominam os serviços de regulação, tais como a atenuação climática e das ilhas de calor, a contenção de processos erosivos e assoreamento dos cursos hídricos, aumento da permeabilidade e infiltração da água no solo, minimização de enchentes, controle da poluição sonora e melhoria da qualidade do ar.

Como serviços de suporte, destacam-se a manutenção do fluxo gênico, preservação da biodiversidade e das espécies de maior interesse para a conservação, fornecendo áreas de descanso, alimentação e reprodução para a fauna silvestre regional, incluindo aquelas espécies migratórias e de hábitos aquáticos.

Finalmente, mas não menos importante, o parque fornece também serviços culturais, contribuindo com as funções de lazer, recreação e educação ambiental, constituindo-se espaço importante para o convívio social e para a saúde física e mental da população. Serviços culturais relacionados à beleza cênica da paisagem do reservatório Billings, das extensas áreas campestres e de várzea ali existentes são pontos de destaque também para o Parque Jardim Apurá - Búfalos.

## **7.2. Usos Identificados**

A identificação de usos deverá acontecer em fase posterior à inauguração do Parque Jardim Apurá - Búfalos, durante fase de revisão deste Plano de Gestão, devendo incluir:

- Equipamentos e Espaços Internos;
- Regulamento;
- Avaliação de Usuários;
- Avaliação de Usos Atuais.



## 8. Setorização

Para a setorização do Parque Jardim Apurá - Búfalos foram definidos distintos setores e subsetores do parque considerando-se, com igual importância, o grau de conservação dos recursos naturais, ou seja, a quão preservada ou modificada se apresenta uma área, e as possibilidades de uso dos públicos visitantes, indo do uso mais intensivo até o mais restritivo.

Sendo assim, definem-se:

**Setor 1 – Uso público intensivo:** Interferência muito significativa no ambiente natural e uso intensivo dos públicos. Caracteriza-se por áreas em que se concentram os principais equipamentos, usos e atividades do parque, com grande circulação e presença de pessoas, em que há grande interferência no ambiente natural.

No Parque Jardim Apurá - Búfalos inclui as áreas de administração, playground, equipamentos de ginástica.

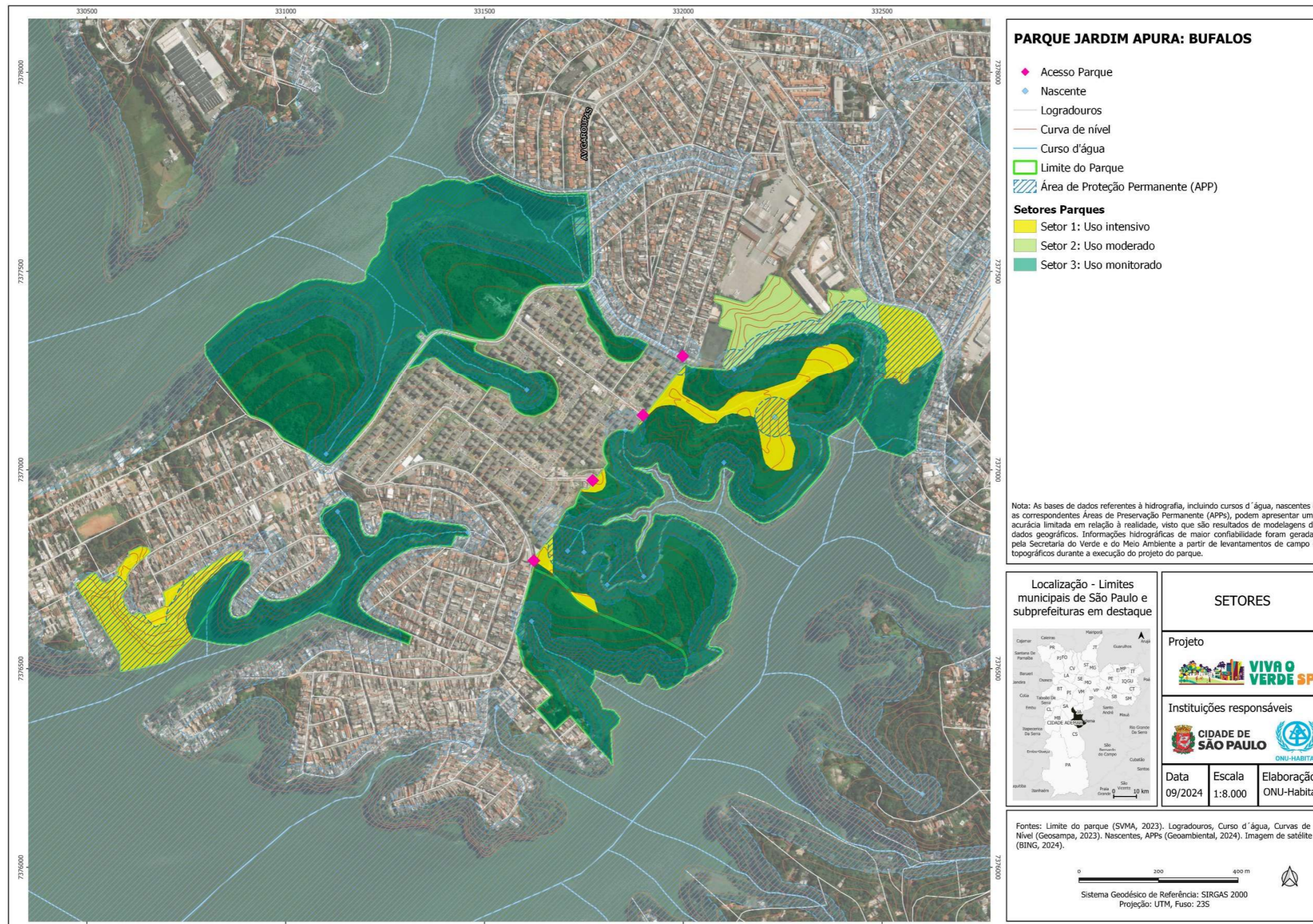
**Setor 2 – Uso moderado:** Interferência pouco significativa no ambiente natural e uso semi-intensivo (leia-se moderado) dos públicos. Caracteriza-se por áreas em que há equipamentos, usos e atividades de menor impacto no ambiente construído, com menor circulação e permanência de pessoas, sendo área de transição entre setor de uso mais intensivo (Setor 1) e aquele mais restritivo (Setor 3).

No Parque Jardim Apurá - Búfalos inclui as áreas de trilhas, passarelas e áreas campestres adjacentes.

**Setor 3 – Uso monitorado:** Pouca ou nenhuma interferência no ambiente natural, com uso público monitorado. Caracteriza-se por áreas em que há poucos ou nenhum equipamento, uso e atividades públicas, com restrição de circulação e permanência de pessoas. Permitidas atividades de baixíssimo impacto e acesso limitado, com monitoramento e privilegiando a conservação ambiental.

No Parque Jardim Apurá - Búfalos inclui as áreas de mata mais preservada, nascentes e córregos, borda junto à represa.

Mapa 14- Setorização do Parque Jardim Apurá - Búfalos



Fonte: Elaborado por ONU-Habitat



## 9. Gestão

A gestão pública é orientada por uma série de preceitos que visam garantir que os recursos públicos sejam administrados de forma eficiente, transparente e em benefício do bem comum e interesse público.

Dado que as pessoas “interessadas e impactadas” (em inglês, *stakeholders*) na e pela gestão pública são os habitantes da cidade e a própria sociedade civil em geral, os instrumentos que facilitam a participação social na concepção, construção e avaliação de políticas públicas contribui diretamente para que a gestão cumpra com a sua função social de maneira qualificada.

Tal forma de interagir nos seus processos internos em comunicação com partes externas à instituição pode também dar corpo ao que conhecemos como governança: à governança confere-se um conjunto de processos, políticas, leis e instituições que asseguram a direção, controle e prestação de contas de uma organização (ARAGÃO, 2006).

Durante a elaboração deste plano de gestão, apareceu em destaque a necessidade de detalhar o fluxograma entre as demandas dos conselhos gestores dos parques bem como dos meios de comunicação institucionais para informar, registrar e armazenar informações dos parques em questão.

### 9.1. Os Conselhos de Meio Ambiente

Os Conselhos de Desenvolvimento Sustentável e Cultura de Paz (CADES) Municipais e Regionais e os Conselhos Gestores de Parques são instâncias importantes de participação social e democrática na gestão ambiental e no desenvolvimento sustentável na cidade de São Paulo. Ambos estão vinculados à Secretaria do Verde e do Meio Ambiente (SVMA), embora o primeiro se reúna na Subprefeitura e tenha como presidente o subprefeito do respectivo território onde atua o conselho.

A atuação dos Conselhos Gestores nos Parques Municipais está prevista na Lei Municipal nº 15.910/2023. São compostos por representantes da comunidade, dos trabalhadores locais e de instituições públicas e privadas, e são responsáveis pela instância participativa mais próxima da população. Na ausência de quórum para a implantação do Conselho Gestor de Parque, o CADES Regional é a instância adequada para assumir a pauta relativa às questões que tangem os parques urbanos.

Em ambos os conselhos, os conselheiros são eleitos para um mandato de dois anos e contribuem de forma consultiva com as políticas públicas da SVMA. A Coordenação de Gestão de Parques e Biodiversidade Municipal (CGPABI), da Divisão de Gestão de Parques Urbanos (DGPU), é aliada à Coordenação de Gestão dos Colegiados (CGC), da Divisão de Planejamento e Apoio aos Colegiados (DPAC) na condução dos conselhos gestores de parques.



### Processo de Eleição dos CADES Regionais

Os Conselhos de Desenvolvimento Sustentável e Cultura de Paz (CADES) Regionais são conselhos consultivos, que atuam nas subprefeituras de São Paulo, com o objetivo de promover a participação da sociedade na gestão ambiental e no desenvolvimento sustentável (PMSP, 2024). Cada subprefeitura possui um CADES, e os conselheiros são eleitos por um processo que inclui:

- **Publicação de Edital:** a SVMA publica um edital convocando a eleição para o CADES em cada subprefeitura. O edital contém informações sobre as vagas, cronograma, requisitos para candidatura e local da votação;
- **Candidatura:** as pessoas interessadas em participar como conselheiros devem se inscrever como candidatos. Normalmente, é necessário ser residente ou ter vínculo com a subprefeitura onde se deseja candidatar;
- **Requisitos:** as pessoas candidatas devem atender a requisitos específicos, como ter mais de 18 anos e ser eleitora no município de São Paulo. Além disso, precisam apresentar um plano de trabalho ou proposta que justifique sua candidatura;
- **Votação:** a eleição é aberta à participação popular. As pessoas moradoras da região da subprefeitura podem votar nas candidatas, geralmente em um local indicado pelo edital. A votação é direta e secreta;
- **Apuração e Resultado:** após a votação, os votos são apurados, e as pessoas mais votadas são eleitas como conselheiros titulares e suplentes. Os mandatos geralmente têm a duração de dois anos;
- **Posse:** as pessoas eleitas são empossadas em cerimônia oficial e passam a compor o conselho, participando de reuniões periódicas e contribuindo com sugestões, análises e propostas para o meio ambiente mais equilibrado a partir da realidade local, do que se apresenta de desafios e oportunidades em cada território da subprefeitura.

### Processo de Eleição dos Conselhos Gestores de Parques

Os Conselhos Gestores de Parques são formados por representantes da sociedade civil e do poder público, com o objetivo de discutir e decidir sobre questões relacionadas à gestão e manutenção dos parques municipais de São Paulo.

- **Convocação:** a eleição dos Conselhos Gestores de Parques é convocada pela SVMA, que publica um edital especificando as vagas disponíveis, o cronograma, e os procedimentos para a eleição.;
- **Candidatura:** as pessoas interessadas em ser membros do conselho devem se candidatar, atendendo aos critérios estabelecidos no edital. Normalmente, precisam ser frequentadoras do parque ou representantes de organizações relacionadas ao meio ambiente e lazer;
- **Votação:** a eleição das pessoas conselheiras é realizada em um evento aberto à comunidade para votação;
- **Apuração e Resultado:** as pessoas candidatas mais votadas se tornam conselheiros titulares ou suplentes, conforme o número de vagas. A apuração dos votos é feita no próprio evento eleitoral;



- **Posse e Atuação:** as pessoas eleitas são empossadas e começam a participar das reuniões do conselho, onde discutem questões como a conservação do parque, a promoção de atividades culturais e educativas, e a fiscalização de serviços prestados no local.

Tanto os CADES quanto os Conselhos Gestores de Parques funcionam como espaços de participação democrática, onde representantes da sociedade civil e do poder público discutem e colaboram na gestão das políticas ambientais, a conservação e a melhoria dos espaços públicos.

Esses conselhos são fundamentais para a promoção de uma gestão participativa e para o fortalecimento da democracia no âmbito local, permitindo que os cidadãos tenham voz ativa nas questões que afetam as suas dinâmicas territoriais e o seu cotidiano em relação à cidade como um todo.

Os fluxogramas de comunicação entre a gestão e as partes interessadas foram redefinidos pela SVMA, paralelamente à elaboração deste documento. Essa reformulação visa fortalecer a transparência, garantir a impessoalidade – por meio de um procedimento que trate todos de maneira equitativa – e assegurar a responsabilidade do poder público em relação às demandas, respostas e contribuições provenientes das instâncias de participação.

Nesse sentido, foi criada uma Portaria nº 114/SVMA/2024 cujo Art. 7º aborda sobre os requerimentos de informação do conselho gestor sobre assuntos que não compete à pessoa coordenadora do conselho responder instantaneamente, mas uma divisão técnica específica da gestão da SVMA ou de outra Secretaria.

Esta portaria estabelece que:

Art. 7º. Requerimentos de Informação: Processo que deverá ser vinculado ao processo-mãe.

§ 1º Para cada Requerimento de Informação deverá ser autuado um processo próprio em até 5 (cinco) dias após a reunião.

§ 2º A denominação do processo deve conter a seguinte inscrição: "Parque XXXXX - Conselho Gestor - Requerimento nº XX/20XX".

§ 3º Quando do encaminhamento do processo, o prazo de 30 dias deverá ser informado, conforme previsto no artigo 7º, §6º da Lei Municipal nº 15.910/2013;

§ 4º O processo deverá seguir o seguinte fluxo:

I - O Gestor autua e instrui processo próprio do requerimento, informando o prazo de 30 dias para resposta, a partir do encaminhamento;

II - O Gestor encaminha o processo para SVMA/CGPABI/DGPU;

III - SVMA/CGPABI/DGPU encaminha o processo à SVMA/CGPABI solicitando envio às unidades competentes;

IV - SVMA/CGPABI encaminha o processo às unidades competentes;

V - As Unidades devem responder o processo e devolver à SVMA/CGPABI, dentro do prazo de 30 dias, que devolverá à SVMA/CGPABI/DGPU, retornando-o ao respectivo parque com as informações;



VI - Quando do retorno com as informações, o Gestor deve apresentar as respostas ao conselho.

No caso da difusão de informações e comunicação da gestão da SVMA, perante a população, atualmente essa acontece de maneira acordada com o Conselho Gestor sobre os melhores veículos de comunicação, sendo o WhatsApp o mais utilizado.

As atas que desdobram das reuniões do conselho são publicadas no site da própria Secretaria. Contudo, a gestão possui a plataforma WebParques (2024) pensada para que seja um fórum contendo informações e recursos sistematizados para potencializar e aprimorar a administração desses equipamentos.

## 9.2. Custos de manutenção

Este item apresenta a distribuição dos custos associados à manutenção e operação do parque, ao longo do ano de 2023. O objetivo é fornecer uma referência inicial que permita o planejamento estratégico para alocação dos recursos e investimentos de maneira eficiente e alinhada às necessidades do parque. A distribuição dos custos está categorizada da seguinte forma:

1. Contratos de vigilância patrimonial desarmada: despesas relacionadas aos serviços de segurança e atendimento ao público, orientação e informações às pessoas frequentadoras, bem como rondas regulares visando a manutenção e conservação da infraestrutura, instalações, equipamentos e patrimônio;
2. Contratos de manejo e conservação de áreas verdes: investimentos destinados à limpeza, conservação e zeladoria predial, englobando atividades como jardinagem dos canteiros e gramados, conservação do patrimônio arbóreo, e conservação geral da vegetação e das áreas do parque. Além disso, abrange varrição, limpeza de instalações e zeladoria de sanitários;
3. Contratos de manutenção civil: despesas associadas à conservação e reparo das infraestruturas e edificações, abrangendo serviços de pintura, hidráulica, serralheria e alvenaria, conforme as necessidades identificadas;
4. Custos administrativos: incluem os salários da equipe administrativa;
5. Custos de água e energia: gastos contínuos com serviços essenciais.

A Tabela 3 fornece os custos mensais referentes à cada categoria indicada acima. As informações foram obtidas junto à Divisão de Gestão de Parques Urbanos (DGPU), da Coordenação de Gestão de Parques e Biodiversidade Municipal (CGPABI), e à Coordenação de Administração e Finanças (CAF). A ausência de alguns valores é atribuída à falta de dados disponíveis.

A partir dos dados apresentados, é possível verificar que o custo global de operação e manutenção do Parque Jardim Apurá – Búfalos no ano de 2023 foi de R\$ 4.598.037,50 (quatro milhões, quinhentos e noventa e oito mil, trinta e sete reais e cinquenta centavos).





Tabela 3 - Distribuição dos custos de manutenção e operação do Parque

Mês / Custo	Vigilância	Manejo e Conservação	Manutenção Civil	Administrativo	Água	Energia	Total Geral
Janeiro	R\$ 279.746,53	R\$ 88.239,58	R\$ 11.321,69	R\$ 3.862,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 383.169,80</b>
Fevereiro	R\$ 279.746,53	R\$ 88.239,58	R\$ 11.321,69	R\$ 3.862,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 383.169,80</b>
Março	R\$ 279.746,53	R\$ 88.239,58	R\$ 11.321,69	R\$ 3.862,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 383.169,80</b>
Abril	R\$ 279.746,53	R\$ 88.239,58	R\$ 11.321,69	R\$ 3.862,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 383.169,80</b>
Maió	R\$ 279.746,53	R\$ 88.239,58	R\$ 11.321,69	R\$ 3.862,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 383.169,80</b>
Junho	R\$ 279.746,53	R\$ 88.239,58	R\$ 11.321,69	R\$ 3.862,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 383.169,80</b>
Julho	R\$ 279.746,53	R\$ 88.239,58	R\$ 11.321,69	R\$ 3.862,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 383.169,80</b>
Agosto	R\$ 279.746,53	R\$ 88.239,58	R\$ 11.321,69	R\$ 3.862,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 383.169,80</b>
Setembro	R\$ 279.746,53	R\$ 88.239,58	R\$ 11.321,69	R\$ 3.862,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 383.169,80</b>
Outubro	R\$ 279.746,53	R\$ 88.239,58	R\$ 11.321,69	R\$ 3.862,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 383.169,80</b>
Novembro	R\$ 279.746,53	R\$ 88.239,58	R\$ 11.321,69	R\$ 3.862,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 383.169,80</b>
Dezembro	R\$ 279.746,53	R\$ 88.239,58	R\$ 11.321,69	R\$ 3.862,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 383.169,80</b>
<b>Custo Anual</b>	<b>R\$ 3.356.958,32</b>	<b>R\$ 1.058.874,90</b>	<b>R\$ 135.860,28</b>	<b>R\$ 46.344,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 4.598.037,50</b>

Fonte: Adaptado de DGPU e CAF / ONU-Habitat, 2023

## 10. Plano de Ação

O Plano de Ação está dividido em dois quadros, um referente às diretrizes e outro às ações. A origem das diretrizes e das ações pode ser de base técnica, introduzidas pelas equipes da SVMA e do ONU-Habitat, ou de base participativa, demandas levantadas nas oficinas realizadas com a população (Anexo I) e pelos Conselhos Gestores e CADES Regionais durante o processo de elaboração do Plano de Gestão. Os quadros apresentam diretrizes e ações para o parque e seu entorno (Território-Parque).

Esse conjunto de diretrizes e ações estão acompanhadas por uma estimativa de prazo e prioridade e, eventualmente ainda, de potencial parceria que a gestão da SVMA pode firmar para fortalecer ou viabilizar a sua execução. Observa-se que não foi estimado um prazo para as diretrizes e ações do Território-Parque, uma vez que sua realização dependerá da articulação da gestão do parque com outras instâncias da SVMA, entidades ou secretarias.

A definição dos responsáveis deve integrar o procedimento relatado acima: a pessoa coordenadora do Conselho Gestor do parque, ao formalizar a demanda ou requerimento de informação, deve solicitar o encaminhamento à unidade competente de acordo com a anuência da Coordenação de Gestão de Parques Urbano e Biodiversidade (CGPABI).



Com base nisso, a validade do presente Plano de Gestão é de cinco anos. Neste período estão contidas as diretrizes e ações de até dois anos, intituladas diretrizes de curto prazo, e as diretrizes e ações de até cinco anos intituladas de médio prazo.

Além disso, estão incluídos os “desejos de futuro” que não são necessariamente diretrizes ou ações de longo prazo, mas aquelas que podem acontecer no decorrer dos cinco anos a partir da articulação, relevância e vontade política envolvidas.

### **10.1. Definição de Prazo e Prioridade**

Para a execução eficiente das ações e diretrizes indicadas, foi estabelecida uma estrutura de prazos e prioridades que orientam a implementação do plano de ação, bem como asseguram que os recursos sejam alocados de maneira estratégica para atender às necessidades mais prementes.

Os prazos categorizam as atividades e ações conforme sua urgência e complexidade, visando garantir que os objetivos sejam atingidos em tempo hábil. Sua classificação em "curto", "médio" e "ações recorrentes" permite uma abordagem que distingue o que precisa de atenção imediata e o que pode ser abordado de maneira gradual.

A definição de prioridades na gestão pública envolve a identificação e classificação das necessidades e objetivos para garantir a melhor utilização dos recursos disponíveis.

Dessa forma, a definição dos prazos e prioridades está orientada pelos seguintes critérios:

#### **Prazo**

Curto Prazo: Ações que possuem prioridade alta e que são resolutivas em dois anos.

Médio Prazo: Refere-se a um período intermediário de cinco anos, quando será realizado um balanço das diretrizes e ações implementadas. Este prazo requer um estudo de viabilidade. Levam um tempo para ser planejadas antes de implementadas.

Ação recorrente: Ações de manutenção, que já ocorrem e que cotidianamente podem ser monitoradas.

Periodicidade ou vigência do Plano: dez anos e revisão intermediária (balanço) cada cinco anos.

#### **Prioridade**

A definição de prioridades na gestão pública envolve a identificação e classificação das necessidades e objetivos para garantir a melhor utilização dos recursos disponíveis. Os critérios geralmente incluem:



Prioridade zero: Diretrizes e ações que precisam ser realizadas imediatamente para evitar problemas maiores. Trata-se de diretrizes e ações que apresentam um risco alto para a população e que, no prazo de um ano, devem ser executadas ou encaminhadas antes das demais ações – inclusive de curto prazo.

Prioridade alta: Diretrizes e ações que devem priorizar áreas que comprometem o uso e função socioambiental do parque. Trata-se de diretrizes e ações que apresentam um impacto grande na percepção de uso da população.

Prioridade média: Diretrizes e ações que conferem benefícios à qualidade ambiental ou de uso para os frequentadores do parque. Deve-se considerar a viabilidade técnica, financeira e política das ações ou projetos.

Contudo, recomenda-se ainda que as ações e projetos sejam distribuídos de forma justa entre diferentes grupos da sociedade, especialmente os mais vulnerabilizados.

### **10.3. Desejos de futuro**

Referem-se a ações, propostas ou aspirações que demandam um estudo de viabilidade e não estão em concordância com o projeto atual, implicando, portanto, em mudanças significativas no planejamento existente. Essas questões são frequentemente complexas e envolvem a elaboração de novos projetos, a necessidade de orçamentos adicionais.

Ademais, incluem-se nessa categoria aspectos que envolvem a dimensão do “sonho”, ou seja, desejos não estritamente necessários para o correto funcionamento do parque, mas que são relevantes e requerem estudo de viabilidade.

Esse entendimento se alinha com a perspectiva de que o “desejo de futuro” aqui será entendido como algo que difere de uma ação recorrente ou de uma diretriz, dada a sua complexidade de articulação e execução.

#### 10.4. Quadro de diretrizes

SOLO (SO)				
Código	Origem	Diretrizes	Prioridade	Prazo
S02	Técnica	Evitar impermeabilizar o solo em área maior do que a prevista no projeto arquitetônico original; quando necessária instalação de pisos diversos, avaliar a possibilidade de priorizar materiais permeáveis e/ou drenantes, de acordo com a Lei Municipal nº 11.509 de 1994.	Alta	Recorrente
S04	Técnica	Manter camada de serrapilheira ou plantar forrações, evitando exposição do solo, para proteção contra erosão, compactação, diminuição da variabilidade térmica, evaporação e lixiviação de nutrientes.	Alta	Recorrente
S05	Técnica	Promover a drenagem onde ocorrer empocamento de água pluvial, através da melhoria dos aspectos físicos do solo (por exemplo, incorporação de areia), utilização de tubos drenantes ou outras técnicas que possibilitem a infiltração e/ou escoamento da água.	Média	Médio
RECURSOS HÍDRICOS (RH)				
Código	Origem	Diretrizes	Prioridade	Prazo
RH10	Técnica	Minimizar potenciais impactos e zelar pela integridade de áreas úmidas e brejosas, que merecem destaque pela sua importância na prestação de serviços ecossistêmicos, regulação climática, conservação da biodiversidade e dos recursos hídricos.	Alta	Recorrente
VEGETAÇÃO (VE)				
Código	Origem	Diretrizes	Prioridade	Prazo
FORMAÇÕES CAMPESTRES				
VE9	Técnica	Nessas áreas campestres, não admitir a realização de plantios de árvores (oriundas de TAC, TCA ou outro tipo de compensação), uma vez que essas áreas são consideradas como relictos do bioma Cerrado (ilhas dispersas no bioma Mata Atlântica), devendo ser protegidas e recuperadas na sua integridade.	Alta	Recorrente
VE10	Técnica	Na formação de campos de várzea, avaliar a possibilidade de retirada de uma estrada de terra (construída embaixo de uma via suspensa), que interferiu no fluxo natural da água na várzea, alterando a fisionomia local. Caso não seja possível removê-la, é preciso construir tubulações sob a estrada de terra e realizar monitoramento da vazão d'água, visando o reestabelecimento natural das espécies nativas da várzea.	Alta	Recorrente
FRAGMENTOS FLORESTAIS				
VE12	Técnica	Eliminar a prática do bosqueamento, ou seja, roçada do sub-bosque nas áreas florestais, de forma a proteger e permitir o desenvolvimento da vegetação arbóreo-arbustiva em processo de regeneração/sucessão ecológica.	Alta	Recorrente
VE15	Técnica	Novos plantios poderão seguir as proporções de espécies pioneiras, secundárias e climáticas indicadas na Resolução SMA 08/08, sempre com orientação da equipe técnica da SVMA.	Média	Recorrente

VE16	Técnica	No enriquecimento, incluir espécies vegetais nos mais variados estratos (herbáceo, arbustivo, arbóreo e epifítico), diversificando os recursos e nichos ecológicos possíveis para a fauna.	Média	Recorrente
VE17	Técnica	Considerar a possibilidade de substituição gradativa de espécies exóticas, que vierem a adoecer e/ou morrer, por espécies nativas do bioma regional.	Urgente	Recorrente
VE18	Técnica	Nas áreas em que se pretende o adensamento florestal, onde já houve plantio de mudas arbóreas, faz-se necessário o coroamento das mudas até que estas atinjam uma altura mínima de 2 metros, de modo a evitar danos ao colo das árvores quando da roçada do relvado.	Alta	Recorrente
<b>ÁREAS AJARDINADAS</b>				
VE20	Técnica	Limitar as áreas gramadas, que consomem muitos recursos e demandam manejo constante, àqueles locais onde ocorram atividades físicas, recreativas e esportivas que justifiquem sua existência.	Média	Médio
VE21	Técnica	Havendo gramado, reduzir a frequência das roçadas, de forma a possibilitar a produção e dispersão de sementes, maximizando a biodiversidade de fauna silvestre, especialmente de aves granívoras como o papa-capim, bico-de-lacre, coleirinha e canário-da-terra.	Alta	Recorrente
VE22	Técnica	Observar a altura de corte recomendada para cada espécie de grama, por exemplo grama bermudas (manter tamanho mínimo de folha de 3cm acima do nível do solo), esmeralda (4 a 5 cm) e são-carlos (5 a 7 cm), e a frequência diferencial de roçadas em cada estação do ano.	Média	Recorrente
VE23	Técnica	Não realizar cortes muito baixos e/ou frequentes que possam danificar o rizoma do gramado, gerar áreas falhas e ocasionar a exposição do solo.	Alta	Recorrente
VE24	Técnica	Em áreas de gramado úmidas, com presença de musgos superficiais, promover a aeração periódica através da escarificação, corte vertical e retirada de cama de palhada seca.	Alta	Recorrente
VE25	Técnica	Em áreas de gramado falho, com solo compactado, realizar cobertura fina de areia média lavada e composto orgânico na proporção 1:1, especialmente no começo da primavera.	Alta	Recorrente
VE26	Técnica	Manter período de repouso para recuperação de gramados com intenso pisoteio, através da delimitação, cercamento e sinalização da área para conhecimento da população.	Alta	Recorrente
VE27	Técnica	Estabelecer locais de menor intervenção, como por exemplo grandes áreas que raramente são roçadas/manejadas, ou mesmo realizar a retirada do gramado e plantio (direto ou por semeadura) de espécies herbáceas nativas, formando um relvado biodiverso atrativo à polinizadores, dispersores e herbívoros diversos. Esses locais devem ser sinalizados evidenciando a relevância de sua manutenção como forma de maximizar a biodiversidade do parque.	Alta	Médio
VE28	Técnica	Zelar pela integridade dos canteiros ajardinados, monitorando a presença de áreas falhas e necessidade de realizar adubação, replantios e podas de renovação periódicos.	Alta	Recorrente
VE29	Técnica	Realizar rega diferencial de acordo com as estações do ano, insolação (áreas ensolaradas/sombreadas) e necessidades hídricas de cada espécie, de modo a garantir sua sanidade e pleno desenvolvimento.	Alta	Recorrente

VE30	Técnica	Fiscalizar e coibir práticas como o pisoteamento dos canteiros, descarte de resíduos sólidos ou líquidos, assim como dejetos de animais domésticos, ou outras atividades que possam danificar as mudas existentes.	Alta	Recorrente
VE31	Técnica	Realizar delimitação dos canteiros herbáceos através da instalação de limitadores (plásticos ou de outros materiais) onde houver encontro com o gramado, evitando assim a invasão pela grama (competição e enfraquecimento das mudas herbáceas), facilitando a manutenção periódica e mantendo o desenho original do canteiro (proposto em projeto).	Média	Médio
VE32	Técnica	Incentivar o plantio de herbáceas e arbustivas nativas que sejam atrativas a borboletas, beija-flores, abelhas e outros polinizadores, como forma de perpetuar a presença destas espécies na malha urbana.	Alta	Recorrente
VE33	Técnica	Avaliar a possibilidade de substituir a vegetação exótica implantada no paisagismo por espécies nativas ornamentais, mantendo o layout do projeto original, mas ampliando a oferta de recursos para a fauna silvestre, reestabelecendo as interações ecológicas, e favorecendo o conhecimento e valorização da flora nativa pela população.	Média	Média
<b>ÁRVORES</b>				
VE36	Técnica	Contratar ou treinar profissionais para realização periódica de diagnóstico e análise de risco de queda das árvores, bem como para indicação de tratamentos fitossanitários quando pertinente, especialmente próximo às áreas de circulação e estar de pessoas, como trilhas, praças, playgrounds, estacionamentos e áreas esportivas.	Alta	Curto
VE37	Técnica	Realizar poda e supressão de árvores sempre com autorização do órgão ambiental competente, e somente em casos de risco de queda e risco de acidentes envolvendo pessoas e patrimônio. Para árvores com risco iminente, contatar Defesa Civil ou Corpo de Bombeiros.	Alta	Recorrente
VE38	Técnica	Realizar podas de equilíbrio, formação, condução e limpeza sempre respeitando a arquitetura e forma intrínseca de cada espécie. Evitar a qualquer custo poda de raízes, pelo seu potencial de desestabilizar a árvore, aumentando o risco de tombamentos. Seguir orientações contidas no Manual Técnica de Poda de Árvores da Prefeitura.	Alta	Recorrente
VE39	Técnica	Manter árvores mortas e galhos secos que não estejam oferecendo risco direto de acidentes, especialmente nas áreas florestais. Quando em pé, a madeira morta serve de local para construção de ninhos de besouros, abelhas solitárias e aves (como os pica-paus, corujas, tucanos, periquitos e papagaios); quando já caída, serve de esconderijo e local de vida ocasional para muitos animais, além de alimentar uma diversidade enorme de seres xilófagos e saprófitos, como cupins, besouros, traças, fungos e outros microrganismos, fundamentais para a saúde do solo.	Alta	Recorrente
VE40	Técnica	Em árvores isoladas, especialmente aquelas em áreas gramadas, manter coroaamento de 40 a 50cm de distância do colo ou aplicar outras técnicas/materiais que protejam o caule delas para evitar ferimentos por ocasião da roçada do gramado.	Alta	Recorrente



VE41	Técnica	Evitar a instalação de canteiros elevados ou adição de camadas de solo que encubram a base do tronco das árvores existentes, evitando assim o soterramento de colo, situação que pode levar ao definhamento e morte das mesmas.	Alta	Recorrente
VE42	Técnica	Evitar, a qualquer custo, a pintura dos troncos (inclusive caiação), fixação de pregos, placas, arames, cordas, balanços, tecidos ou bordados que possam causar ferimentos, estrangulamento ou trazer umidade excessiva que facilite a instalação pragas e doenças.	Alta	Recorrente
VE43	Técnica	Fiscalizar e coibir a prática de anelamento, seja por corte ou instalação de cordas/arames apertados, assim como a realização de quaisquer outros ferimentos na casca das árvores, como inscrições de nomes, por exemplo.	Alta	Recorrente
VE44	Técnica	Manter, na base das árvores, área permeável, na forma de canteiro ou faixa, que permita a infiltração de água e aeração do solo. As dimensões mínimas recomendadas para essas áreas não impermeabilizadas são de 2,0m <sup>2</sup> para árvores de copa pequena (diâmetro de até 4,0 m) e de 3,0 m <sup>2</sup> para árvores de copa média ou grande (diâmetro acima de 4,0 m).	Alta	Recorrente
<b>NOVOS PLANTIOS</b>				
VE45	Técnica	Novos plantios, de espécies arbóreas, arbustivas e ornamentais, devem ser realizados apenas pela equipe interna do parque ou por outras equipes desde que autorizadas pela Divisão de Gestão de Parques Urbanos (DGPU), não sendo permitido à população efetuar plantios de forma espontânea.	Alta	Recorrente
VE46	Técnica	Na realização de novos plantios, avaliar a possibilidade de plantar o pinheiro-do-paraná ( <i>Araucaria angustifolia</i> ) formando bosques homogêneos em alguns pontos.	Alta	Recorrente
VE47	Técnica	Incluir espécies nativas rupícolas nas formações rochosas do tipo matacão, presentes no parque, a fim de maximizar a biodiversidade/serviços ecossistêmicos, além de criar formações de grande efeito paisagístico.	Alta	Recorrente
VE49	Técnica	Realizar plantios e transplantes preferencialmente no período das chuvas (primavera e verão), para minimizar estresses, facilitar o pegamento e maximizar a taxa de sobrevivência das mudas.	Alta	Recorrente
VE50	Técnica	Quando do plantio de canteiros de forrações e arbustivas, cobrir sempre o solo ao redor das mudas com folhas secas, aparas de grama ou material particulado (resíduos vegetais triturados), protegendo o solo contra compactação, aquecimento e ressecamento, facilitando assim o pegamento das mudas.	Alta	Recorrente
VE51	Técnica	Para o plantio de árvores, seguir orientações contidas no Manual Técnico de Arborização Urbana da Prefeitura de São Paulo, quanto à abertura de berços, plantio e tutoramento das mudas.	Alta	Recorrente
VE52	Técnica	Empregar diversidade de plantas com épocas de floração e frutificação espalhadas ao longo do ano, garantido assim apelo visual/paisagístico constante, além de recursos alimentares para a fauna silvestre nas diferentes estações.	Alta	Recorrente
VE53	Participativa	Avaliar a possibilidade de plantio de árvores frutíferas, de espécies nativas, especialmente próximo às áreas de circulação e estar de pessoas, favorecendo assim maior interação, reconhecimento e valorização da flora nativa regional.	Alta	Recorrente

VE54	Técnica	Empregar preferencialmente espécies nativas regionais, que exigem menor manutenção, fornecem serviços ecossistêmicos e sustentam espécies da fauna nativa com hábitos especializados.	Alta	Recorrente
VE55	Técnica	Estudar o plantio de espécies que reconhecidamente façam parte da dieta dos animais ameaçados de extinção e/ou raros presentes no parque, como forma de perpetuar a presença destas espécies na malha urbana.	Média	Médio
VE56	Técnica	Utilizar espécies nativas do município de São Paulo baseando-se na Portaria SVMA 60/2011, que publica a Lista de Espécies Vegetais Vasculares Nativas do município de São Paulo, e Portaria SVMA 61/2011, que publica a Lista de espécies arbóreas nativas do município de São Paulo sugeridas para utilização em termos de ajustamento de conduta e projetos de recuperação florestal, de enriquecimento florístico, paisagístico, de compensação ambiental, de arborização urbana, entre outros	Alta	Recorrente
VE57	Técnica	Canalizar recursos de compensações ambientais no município, ou eventos de empresas que queiram/necessitem neutralizar emissões de Carbono, com ações de plantio e manutenção na área interna do parque e seu entorno.	Alta	Recorrente
<b>ESPÉCIES EXÓTICAS E INVASORAS</b>				
VE58	Técnica	Novos plantios, inclusive de ornamentais em áreas ajardinadas, devem evitar a utilização de espécies exóticas, principalmente aquelas com potencial invasor ou dominante, que possam alterar a dinâmica e equilíbrio do ecossistema, seja por abafamento, competição, alelopatia ou sombreamento excessivo.	Alta	Recorrente
VE59	Técnica	Evitar igualmente o plantio de espécies que possuam estruturas subterrâneas de propagação vegetativa (ex.: bambu, espada-de-são-jorge, curculigo) ou crescimento estolonífero (ex.: lambari, tostão), que se alastram com facilidade e tendem a formar populações dominantes, especialmente nas proximidades de áreas de preservação.	Alta	Recorrente
VE60	Técnica	Evitar o despejo de resíduos vegetais nas áreas de mata, especialmente aqueles contendo restos de poda de grama e espécies ornamentais exóticas (como lambari, agapanto, singônio), minimizando assim o risco de invasão biológica.	Alta	Recorrente
VE62	Técnica	Identificar focos de ocorrência de espécies exóticas invasoras no entorno do parque de forma a minimizar o risco de introdução e/ou reintrodução através de vetores bióticos e outras vias de dispersão.	Alta	Recorrente
VE64	Técnica	No caso de espécies invasoras já estabelecidas no interior do parque, orientar funcionários para identificar e realizar o monitoramento periódico de propágulos, retirada de sementes no solo e arranquio de plântulas (com sistema radicular), visando o controle da sua população.	Urgente	Curto
VE66	Técnica	Dentre as espécies exóticas com potencial invasor citadas no tópico de diagnóstico, dar prioridade ao manejo do bambu-de-jardim ( <i>Phyllostachys aurea</i> ), espécie que forma grandes maciços homogêneos nas áreas florestais do parque.	Alta	Recorrente
VE67	Técnica	Consultar a Base de Dados de Espécies Exóticas Invasoras ( <a href="https://institutohorus.org.br/">https://institutohorus.org.br/</a> ), para maiores informações sobre taxonomia, ecologia, introdução e dispersão, impactos, manejo e análise de risco.	Alta	Recorrente





TREPADEIRAS, EPIFITAS E PARASITAS				
VE68	Técnica	Aproveitar as epífitas de galhos caídos (ex.: orquídeas, bromélias, samambaias etc.), recolocando-as em outros troncos, preferencialmente através da utilização de barbantes de material biodegradável, sem apertar demasiado o caule da árvore, permitindo seu correto desenvolvimento.	Alta	Recorrente
VE69	Técnica	Monitorar o desenvolvimento de hemiepífitas lenhosas como figueiras mata-pau (gênero <i>Ficus</i> ) e brassaias (gênero <i>Schefflera</i> ), que podem causar estrangulamento mecânico ao não permitir a continuidade do crescimento da árvore hospedeira.	Alta	Recorrente
VE70	Técnica	Monitorar o desenvolvimento de epífitas do gênero <i>Tillandsia</i> , pela possibilidade de atuarem como parasitas estruturais, causando efeitos adversos na árvore hospedeira, como desfolha, redução da capacidade fotossintética e da movimentação de seiva, declínio e morte de galhos.	Alta	Recorrente
VE71	Técnica	Realizar controle de ervas-de-passarinho apenas quando detectado alto grau de infestação ou quando estiverem causando danos às árvores que possam estabelecer risco de acidentes, tendo em vista que as mesmas constituem importante fonte de néctar para beija-flores e outros polinizadores devido ao longo período de floração, além de fonte alimentar para diversas espécies de aves, inclusive durante o inverno.	Alta	Recorrente
VE72	Técnica	Realizar monitoramento de trepadeiras nas clareiras e bordas de fragmentos florestais, removendo-se somente o excesso para evitar sobrepeso e sufocamento dos exemplares arbóreos.	Alta	Recorrente
VE73	Técnica	Executar o manejo sempre sob orientação de profissional técnico que analisará a eventual necessidade de poda da árvore hospedeira visando o controle da infestação.	Alta	Recorrente
PRAGAS E DOENÇAS				
VE74	Participativa	Na manutenção das áreas verdes, aplicar princípios ecológicos que priorizem a proteção e regeneração da flora, fauna e recursos naturais (como solo e água), maximizando assim a potencialidade do parque de funcionar como refúgio urbano, inclusive climático, e sua prestação de serviços ecossistêmicos.	Alta	Recorrente
VE75	Técnica	Evitar a utilização de adubos minerais e outras substâncias químicas como pesticidas, inseticidas e herbicidas durante a manutenção das áreas verdes do parque, reduzindo impactos diretos e indiretos aos funcionários, visitantes e meio ambiente.	Alta	Recorrente
VE76	Participativa	Seguir o estabelecido na Nota Técnica 04/16 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), que presta esclarecimentos sobre capina química em ambiente urbano de intersecção com outros ambientes.	Alta	Recorrente
VE77	Técnica	Quando necessário controle de pragas e doenças, dar preferência à catação manual, utilização de armadilhas, repelentes, caldas e produtos orgânicos, e ao controle biológico por predadores naturais.	Alta	Recorrente
VE78	Técnica	Em caso de infestações permanentes e/ou massivas, buscar parceria com instituições de pesquisa, como universidades, através de Termo de Cooperação Técnica.	Alta	Médio

PREVENÇÃO DE ACIDENTES				
VE79	Técnica	Evitar o plantio de árvores com frutos grandes e/ou pesados, espécies dotadas de espinhos, princípios alergênicos ou tóxicos próximo às áreas de circulação e estar de pessoas, como trilhas, playgrounds, estacionamentos, praças e áreas esportivas.	Alta	Recorrente
VE80	Técnica	Árvores com frutos grandes e/ou pesados devem ter sua área de projeção de copa isolada e sinalizada durante o período de frutificação para evitar acidentes.	Alta	Recorrente
VE81	Técnica	Árvores que produzam flores e/ou frutos que possam estabelecer superfícies escorregadias quando da sua queda, devem ter sua área de projeção de copa isolada e sinalizada durante o período de floração/frutificação para evitar acidentes.	Alta	Recorrente
VE82	Técnica	Atentar-se para a presença de raízes superficiais que possam estabelecer obstáculos ao longo de trilhas ou vias de circulação preferencial de pessoas; nesse caso, deve-se avaliar a possibilidade de mudança de trajeto e/ou adequação das trilhas/caminhos, evitando-se ao máximo a realização de podas nas raízes.	Alta	Recorrente
PREVENÇÃO DE INCÊNDIOS				
VE84	Técnica	Avaliar a necessidade de instalação de aceiros, que são faixas onde o solo é mantido exposto, principalmente ao longo de divisas, cercas e áreas de vegetação nativa. Os aceiros devem ser estrategicamente planejados e mantidos livres de qualquer vegetação, galhos e folhas secas que possam funcionar como combustível para a propagação do fogo. Seguir as orientações contidas no Decreto Estadual 47.700/2003.	Alta	Médio
VE85	Técnica	Avaliar, em conjunto com o Corpo de Bombeiros, a necessidade de criação de uma brigada de incêndio, treinada periodicamente e munida com os equipamentos adequados, para lidar com incêndios, de origem natural ou antrópica, especialmente no período de seca (outono/inverno).	Alta	Curto
VE86	Participativa	Sempre realizar a retirada e destinação adequada de resíduos de poda e/ou roçagem do gramado, especialmente nas áreas limítrofes do parque, para evitar que possam funcionar como combustível para a propagação de incêndios.	Alta	Recorrente
VE87	Técnica	Conscientizar a população do entorno e visitantes do parque sobre os perigos de soltar balão, despejar bitucas de cigarro acesas, atear fogo a lixo ou outros resíduos e o risco decorrente de incêndios, assim como informar sobre a legislação ambiental incidente.	Alta	Curto
COLETA E PESQUISA				
VE88	Técnica	Coibir e fiscalizar a coleta de folhas, flores, mudas e sementes pela população.	Alta	Recorrente
VE89	Técnica	Permitir a coleta de amostras para pesquisa à equipe do Herbário Municipal; demais interessados devem apresentar projeto, de acordo com normas da Comissão de Avaliação técnico-científica da Coordenação de Gestão de Parques e Biodiversidade Municipal (CGPABI).	Alta	Recorrente

FAUNA (FA)				
Código	Origem	Diretrizes	Prioridade	Prazo
FAUNA SILVESTRE				
FA1	Técnica	Zelar pelo bem-estar, integridade e segurança dos animais silvestres existentes no parque.	Alta	Recorrente
FA6	Técnica	Evitar a fragmentação das áreas verdes existentes através da instalação de gradis, alambrados, passarelas, muros e/ou edificações que possam dificultar o livre trânsito da fauna silvestre, promover seu encurralamento, aprisionamento e/ou ferimentos de qualquer natureza.	Alta	Recorrente
FA7	Técnica	Quando da existência de fragmentos significativos, que estejam desconectados, avaliar a possibilidade de conexão através de plantio direto de mudas ou então avaliar a possibilidade de instalação de passagens de fauna ou outras estratégias que possibilitem a movimentação dos animais.	Alta	Recorrente
FA8	Técnica	Preservar locais para reprodução das espécies silvestres, como vegetação na margem de corpos hídricos, ocos de árvore e árvores mortas (que não ofereçam risco aos usuários) e maciços de vegetação arbustiva, arbórea e relvados.	Alta	Médio
FA9	Técnica	Interromper imediatamente toda e qualquer atividade que potencialmente perturbe ou destrua ninhos e demais criadouros de animais silvestres. Pela Lei de Crimes Ambientais (Lei Federal nº 9.605/98), a fauna silvestre e seus ninhos ou criadouros naturais estão protegidos e, portanto, não podem ser removidos.	Alta	Recorrente
FA10	Técnica	Caso constate-se a presença de ninhos de aves em árvores cuja supressão ou poda esteja autorizada, realizar o monitoramento do ninho e aguardar até que os filhotes voem e abandonem o ninho por conta própria, para então retomar as atividades.	Alta	Recorrente
FA11	Técnica	Caso constate-se a presença de ninhos no solo (gramados), o que é esperado para o quero-quero ( <i>Vanellus chilensis</i> ) por exemplo, isolar a área do ninho com sinalização visual (fita zebreada) considerando uma margem de segurança de aproximadamente 2,0 metros de raio a partir do centro do ninho, visando evitar o estresse dos animais e garantir seu sucesso reprodutivo.	Alta	Recorrente
FA12	Técnica	Caso constate-se a presença de criadouro natural de outras espécies silvestres, a exemplo do gambá-de-orelha-preta ( <i>Didelphis aurita</i> ), em ocos de árvores, arbustos densos ou em edificações, isolar a área do ninho com sinalização visual (fita zebreada, por exemplo), monitorar o criadouro e aguardar o animal abandonar o local por conta própria para proceder com qualquer intervenção.	Alta	Recorrente
FA13	Técnica	Autorizar a realização de estudos e pesquisas, incluindo a coleta de material biológico, aos Técnicos e pesquisadores da SVMA. Demais pesquisas no interior do Parque poderão ser realizadas mediante apresentação e aprovação de projeto, de acordo com normas da Comissão de Avaliação técnico-científica da Coordenação de Gestão de Parques e Biodiversidade Municipal (CGPABI).	Alta	Recorrente

PREVENÇÃO E MITIGAÇÃO DE IMPACTOS				
FA14	Técnica	Realizar o monitoramento ativo dos diversos tipos de impacto (ex.: atropelamento, caça e captura, pesca predatória, ferimentos causados por linhas de pipa, eletrocussões etc.) incidentes sobre os animais silvestres e promover o planejamento de medidas mitigadoras e preventivas para assegurar a proteção da biodiversidade do parque.	Alta	Recorrente
FA15	Participativa	Com relação à pesca, seguir o disposto na Lei Municipal nº 13.579/2009, que define a Área de Proteção e Recuperação dos Mananciais da Bacia Hidrográfica do Reservatório Billings - APRM-B, na Lei Estadual nº 11.165/2002, que institui o Código de Pesca e Aqüicultura do Estado de São Paulo, e na Lei Federal nº 9.065/1998 (Lei de crimes ambientais), que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente.	Alta	Recorrente
FA16	Técnica	Fiscalizar e coibir a prática de qualquer ato de perseguição, apanha, coleta, aprisionamento e abate de exemplares da fauna silvestre, bem como quaisquer atividades que venham a afetar a vida animal em seu meio natural.	Alta	Recorrente
FA17	Técnica	Articular a equipe de vigilância do parque e a Guarda Civil Metropolitana – GCM – visando a prevenção e coibição de atividades ilegais que a equipe de vigilância sozinha não tenha condições de resolver (por não ser sua atribuição ou por não dispor das condições para tal), a exemplo de crimes ambientais, como caça, pesca, depósito de resíduos, construção irregular, etc.	Média	Recorrente
FA18	Técnica	Fiscalizar e coibir a soltura de pipas que utilizem linhas cortantes na área interna do parque, em conformidade com a Lei Estadual nº 17.201 de 2019, e com a Portaria SVMA/CGPABI nº 14 de 2021.	Média	Recorrente
FA19	Participativa	Caso não esteja disposto no Regulamento de Uso do Parque, e com anuência do Conselho Gestor, poderão ser destinados locais e horários específicos à prática monitorada de soltura de pipa (sem linha cortante), desde que respeitadas as distâncias mínimas de segurança e assegurado que tal atividade não cause impactos à fauna, flora e recursos naturais do parque.	Alta	Recorrente
FA20	Técnica	Seguir o disposto na Portaria SVMA nº 49 de 2022, que estabelece os procedimentos para a realização de instalações, produções e eventos que importem em potenciais impactos à fauna silvestre e ornamental nos Parques Municipais, principalmente no tocante à iluminação artificial, emissão de som e/ou ruído, instalação de superfícies transparentes ou reflexivas, uso de drones, instalação de apetrechos em corpo hídrico, destinação de resíduos sólidos entre outros.	Alta	Recorrente
FA21	Técnica	Minimizar a poluição luminosa, especialmente deletéria à animais noturnos, aves migratórias e insetos, através da utilização de lâmpadas especiais, com foco direcionado ao solo, em altura mais baixa que a copa das árvores e com sensores de movimento, que deverão ser deixadas desligadas durante o período em que o parque estiver fechado, principalmente próximo aos fragmentos florestais.	Alta	Recorrente
FA24	Técnica	Fiscalizar e coibir a utilização de fogos de artifício sonoros, pelo seu reconhecido impacto à fauna; no caso de fogos de artifícios não sonoros, sua utilização fica condicionada à autorização da Divisão de Fauna Silvestre (DFS).	Alta	Recorrente

FA25	Técnica	Fiscalizar a utilização de drones, principalmente durante os períodos de reprodução e/ou migração, pelo risco de interferência por estímulos sonoros e visuais e colisão com aves, causando óbitos. A utilização de drones fica condicionada à autorização da Divisão de Fauna Silvestre (DFS), sendo proibido uso recreacional e particular.	Alta	Recorrente
FA26	Técnica	Minimizar o uso de vidraças, superfícies translúcidas ou reflexivas nas edificações, ou adequar as existentes, de modo a reduzir os riscos de colisão direta e mortalidade das aves.	Alta	Recorrente
FA27	Técnica	Comedouros, bebedouros e “banheiras” para aves, quando existentes, devem ser instalados longe de vidraças, superfícies translúcidas ou refletivas, pois ao disputarem alimento certas aves podem colidir com estas estruturas. Devem também ser higienizados diariamente para reduzir o risco de transmissão de doenças e parasitas entre os indivíduos visitantes.	Alta	Recorrente
FA28	Técnica	Monitorar locais que contenham painéis fotovoltaicos e solares, pela possibilidade de ocorrência do “efeito lago”, que é quando as aves pousam nas placas acreditando se tratar de um lago e podem sofrer lesões ou mesmo vir a óbito.	Alta	Recorrente
FA29	Técnica	Evitar a utilização de sopradores de folhas, principalmente aqueles movidos a gasolina, não só pela poluição sonora e atmosférica, e riscos associados à saúde humana, mas principalmente pelos danos causados aos insetos e outros artrópodes residentes na serrapilheira.	Alta	Recorrente
FA30	Técnica	Prevenir o contato físico entre a população e os animais silvestres, por meio de sinalização e fiscalização, devido ao risco de acidentes e transmissão de doenças.	Alta	Recorrente
FA31	Técnica	Explicitar em placas as proibições de introduzir animais nos parques e de alimentar animais silvestres e fazer parte do treinamento dos funcionários da vigilância para que possam coibi-las adequadamente.	Alta	Recorrente
<b>PREVENÇÃO DE ACIDENTES</b>				
FA35	Técnica	Os animais silvestres eventualmente encontrados na área do Parque devem ser capturados somente quando estiverem fora do seu ambiente natural, estiverem machucados ou de alguma forma presos (imobilizados ou contidos em determinado local) e oferecerem risco iminente às pessoas.	Alta	Recorrente
FA37	Técnica	Encaminhar animais silvestres feridos, doentes ou mortos, tão logo seja possível, para a Divisão da Fauna Silvestre (DFS) para identificação da espécie, necropsia ou tratamento adequado, reabilitação e soltura.	Alta	Recorrente
FA38	Técnica	Adotar as medidas necessárias para o manejo da fauna sinantrópica (ex.: abelha africanizada, aranha, barata, barbeiro, caramujo-africano, carrapato, escorpião, formigas, lacraias e centopeias, morcegos, ratos, moscas, mosquitos, percevejos, pernilongos, pombos, pulgas, taturanas e vespas) eventualmente ocorrente no Parque, tendo em vista a possibilidade de transmissão de doenças, agravos à saúde do homem e animais.	Alta	Recorrente
FA39	Técnica	Tanto para os casos de abrigos instalados (colmeias ou vespeiros), como para os casos de enxames viajantes de abelhas africanizadas ( <i>Apis mellifera</i> ), vespas ou marimbondos, recomenda-se o isolamento do local, de modo a não permitir a aproximação de	Alta	Recorrente

		<p>peças ou animais, e acionamento da Divisão de Vigilância em Zoonoses (DVZ).</p>		
FA40	Técnica	<p>No caso de abelhas sem ferrão e vespas nativas, que não oferecem riscos à saúde pública, as ações de manejo devem se pautar na legislação vigente.</p>	Alta	Recorrente
FA41	Técnica	<p>Evitar a retirada de lagartas de borboletas e mariposas, que embora possam causar danos pontuais à vegetação, constituem elemento-chave nas cadeias tróficas, pois transferem mais energia das plantas para outros animais do que todos os outros herbívoros combinados. No caso de lagartas venenosas, como aquelas do gênero <i>Lonomia</i> por exemplo, recomenda-se o isolamento do local, de modo a não permitir a aproximação de pessoas ou animais, e acionamento da Divisão de Vigilância em Zoonoses (DVZ).</p>	Alta	Recorrente
FA42	Técnica	<p>Em caso de emergência, contatar imediatamente o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) ou o Corpo de Bombeiros (193) e seguir o protocolo de emergências.</p>	Alta	Recorrente
<b>ESPÉCIES EXÓTICAS E INVASORAS</b>				
FA44	Técnica	<p>Monitorar a presença do sagui (<i>Callithrix</i> sp.), espécie considerada exótica e introduzida na região sudeste do Brasil, devido ao risco de invasão, competição e hibridização com as populações de saguis nativos, que enfrentam ameaça de extinção.</p>	Alta	Recorrente
FA45	Técnica	<p>Consultar a Deliberação nº 30/2011, que reconhece a lista de espécies exóticas com potencial de bioinvasão no Estado de São Paulo, e a Deliberação Normativa nº 2/2011, que dispõe sobre a elaboração e a atualização de lista de espécies exóticas com potencial de bioinvasão no Estado de São Paulo e dá outras providências.</p>	Alta	Recorrente
FA46	Técnica	<p>Consultar a Base de Dados de Espécies Exóticas Invasoras (<a href="https://institutohorus.org.br/">https://institutohorus.org.br/</a>), para maiores informações sobre taxonomia, ecologia, introdução e dispersão, impactos, manejo e análise de risco.</p>	Média	Médio
<b>FAUNA DOMÉSTICA</b>				
FA47	Gestão/ operação	<p>Orientar os funcionários para fiscalizar a entrada de cães acompanhados de seus tutores no Parque, garantindo seu livre acesso ao local, desde que sejam mantidos com os devidos equipamentos de segurança exigidos por lei (coleiras, guias e eventualmente focinheiras), de acordo com a Portaria SVMA nº 79 de 2023.</p>	Alta	Recorrente
FA48	Participativa	<p>Fiscalizar e orientar a população sobre a necessidade de recolher os dejetos dos animais domésticos, assim como avaliar a possibilidade de instalar dispensador de sacos higiênicos e lixeiras nos locais de maior concentração e passagem de animais.</p>	Alta	Recorrente
FA49	Participativa	<p>Monitorar a população de animais domésticos abandonados no parque, com vistas a promover a redução populacional e o acompanhamento da condição sanitária dos mesmos por meio da Divisão de Vigilância em Zoonoses (DVZ).</p>	Alta	Recorrente
FA50	Participativa	<p>Firmar, caso necessário, parcerias com entidades que promovam ações de adoção e castração de animais domésticos.</p>	Média	Médio

FA51	Técnica	Não realizar eventos de venda e adoção de animais no parque, visando não estimular o abandono de novos indivíduos, de acordo com a Portaria SVMA nº 73 de 2020.	Alta	Recorrente
FA52	Técnica	Articular e sensibilizar a população residente no entorno direto do parque para que animais domiciliados, em especial cães e gatos, sejam contidos para evitar sua entrada desacompanhada no parque e sejam castrados, marcados (coleira, chip etc.) e identificados, ficando sob posse responsável.	Alta	Recorrente
<b>CAMINHOS (CA)</b>				
Código	Origem	Diretrizes	Prioridade	Prazo
<b>PASSEIOS</b>				
CA3	Participativa	Garantir a acessibilidade universal na maior parte do parque de acesso e uso públicos.	Alta	Recorrente
<b>TRILHAS</b>				
CA9	Técnica	Quando da existência de trilhas, realizar o monitoramento ativo dos diversos tipos de impacto porventura incidentes (como erosão e compactação do solo, danos à vegetação e fauna) e promover o planejamento de medidas mitigadoras e preventivas para assegurar a proteção e o uso sustentável dos recursos naturais do parque.	Alta	Recorrente
CA10	Técnica	Planejar e manter as trilhas considerando o menor impacto possível ao meio ambiente, seguindo orientações das publicações “Fundamentos do Planejamento de Trilhas” e “Manual de Sinalização de Trilhas” do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMbio).	Alta	Recorrente
<b>ILUMINAÇÃO E REDE ELÉTRICA (IL)</b>				
Código	Origem	Diretrizes	Prioridade	Prazo
IL2	Técnica	Seguir o disposto na Portaria SVMA nº 49 de 2022, que estabelece os procedimentos para a realização de instalações, produções e eventos que importem em potenciais impactos à fauna silvestre e ornamental nos Parques Municipais, principalmente no tocante à iluminação artificial.	Alta	Recorrente
<b>ÁGUA E SANEAMENTO (AS)</b>				
Código	Origem	Diretrizes	Prioridade	Prazo
AS3	Técnica	Adotar equipamentos e instalações hidráulicas eficientes e economizadores.	Alta	Médio
AS4	Técnica	Garantir pontos de água, torneiras e mangueiras para a realização de rega periódica em todas as áreas ajardinadas do parque.	Urgente	Curto
AS5	Técnica	Minimizar a necessidade de água para irrigação através da utilização de espécies nativas no paisagismo, espécies rústicas e adaptadas ao regime hídrico da região, além da cobertura do solo com folhas secas ou outros materiais inertes, que protejam o mesmo contra aquecimento e evaporação.	Alta	Médio

RESÍDUOS (RE)				
Código	Origem	Diretrizes	Prioridade	Prazo
RE1	Técnica	Gerir os resíduos sólidos produzidos no parque segundo a Política Nacional de Resíduos Sólidos e sua expressão local, o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS).	Alta	Recorrente
RE3	Técnica	Gerir os resíduos sólidos de acordo com os seguintes objetivos, nesta ordem de prioridade: não-geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento e disposição final, ambientalmente adequada, apenas dos rejeitos.	Alta	Recorrente
RE5	Técnica	Destinar os resíduos secos à coleta seletiva.	Alta	Recorrente
RE6	Participativa	Destinar materiais recicláveis e reaproveitáveis para associações, cooperativas ou outras organizações que recebam o material para o tratamento adequado, se possível conjugando sua gestão à geração de renda para a comunidade do entorno.	Alta	Recorrente
RE7	Participativa	Destinar os resíduos vegetais (restos de poda e roçada, folhas e flores caídas) à compostagem in situ, atendendo ao disposto na Portaria SVMA nº 5 de 2024.	Alta	Recorrente
RE8	Técnica	Considerar a possibilidade de aproveitar a madeira proveniente de supressão arbórea, para uso qualificado (ex.: mobiliário, artesanato, utensílios etc.).	Alta	Recorrente
RE9	Técnica	Destinar, aos pontos de entrega específicos, os resíduos obrigados à logística reversa: agrotóxicos e embalagens, pilhas e baterias, óleos lubrificantes e embalagens, pneus, produtos eletrônicos, lâmpadas fluorescentes, de vapor de sódio, mercúrio e luz mista.	Alta	Recorrente
RE10	Técnica	Destinar, através da coleta pública, ao aterro sanitário, apenas os rejeitos.	Alta	Recorrente
RE11	Técnica	Manter registro quantitativo dos resíduos gerados no Parque, informando sua origem, tipo e destinação final, devendo atualizá-lo periodicamente para fins de monitoramento.	Alta	Recorrente
RE12	Técnica	Mapear as práticas religiosas desenvolvidas no interior do parque, identificando a origem dos usuários, áreas de maior incidência de práticas religiosas, tipo de resíduos gerados e possíveis impactos ao ecossistema, possibilitando a ampliação do diálogo com esses grupos, incluindo criação de oficinas e cartilhas educativas sobre o uso dos espaços naturais para atividades religiosas.	Alta	Recorrente
RE13	Participativa	Prever, caso necessário, aumento do número de lixeiras/coletores próximo aos corpos hídricos a fim de evitar que os resíduos sejam direcionados para o seu interior e margens.	Alta	Curto
RE14	Técnica	Realizar coleta periódica dos resíduos (que encaixam com as vazantes e vento) em toda a área de inundação da represa Billings adjacente ao parque.	Alta	Recorrente
RE17	Técnica	Instalar telas, grelhas e ralos do tipo “abre-fecha”, assim como vedar frestas ou vãos que possam servir de porta de entrada dos animais para o ambiente interno das edificações do parque.	Alta	Recorrente
RE18	Técnica	Quando da realização de instalações, produções e eventos seguir o disposto na Portaria SVMA nº 49 de 2022, no tocante ao manejo e destinação adequada dos resíduos sólidos gerados.	Alta	Curto
RE20	Técnica	Realizar limpeza e descarte correto de entulhos e lixo jogados nas áreas do parque que estão nas bordas da Represa.	Alta	Recorrente



RE21	Técnica	Desenvolver campanhas de conscientização ambiental sobre descarte de resíduos.	Alta	Recorrente
RE22	Participativa	Realizar parceria com Sabesp e Guarda Civil Ambiental para fiscalização e autuação de municipais e construções do entorno que façam descarte irregular de esgoto e resíduos dentro do parque.	Alta	Recorrente
RE24	Gestão/ operação	Fiscalizar e coibir a prática de utilização do parque como local para estocagem de material reciclável ou outros insumos para posterior venda.	Alta	Recorrente
<b>GESTÃO E OPERAÇÃO (GO)</b>				
Código	Origem	Diretrizes	Prioridade	Prazo
GO1	Técnica	Garantir formação periódica dos gestores e funcionários do parque em conhecimentos técnicos em educação e preservação ambiental.	Alta	Recorrente
GO2	Técnica	Garantir que funcionários tenham formações relativas às suas funções por meio de exigência contratual prevista no contrato das empresas terceirizadas.	Alta	Recorrente
GO3	Técnica	Envolver a comunidade no projeto e planejamento das estruturas, usos e atividades a serem implantados no parque.	Alta	Recorrente
GO5	Gestão/ operação	Oferecer vagas de estágio (na equipe administrativa) para o ensino superior (hoje só tem vaga para ensino médio).	Média	Recorrente
GO6	Gestão/ operação	Definir indicadores e estudos que avaliem a capacidade de carga e de uso do parque, de forma a adequar a estrutura necessária para atender as demandas existente e futura.	Alta	Curto
GO7	Gestão/ operação	Priorizar Soluções Baseadas na Natureza (SbN) e bioconstrução na resolução de demandas e instalação de equipamentos e construções no Parque	Alta	Recorrente
<b>EQUIPE DE ZELADORIA</b>				
GO12	Gestão/ operação	Além das atividades previstas ao longo do plano de ação, que eventualmente entrem no cronograma da equipe de zeladoria, são atividades básicas realizadas: limpeza de banheiros (diariamente), reposição de papel higiênico, sabonete e papel toalha (sob demanda), limpeza de lixeiras (2x por dia), limpeza de vestiários, cozinha, administração, guaritas e demais edificações (sob demanda).	Alta	Recorrente
<b>EQUIPE DE MANEJO E JARDINAGEM</b>				
GO13	Gestão/ operação	Além das atividades previstas ao longo do plano de ação, que eventualmente entrem no cronograma da equipe de jardinagem, são atividades básicas realizadas: manutenção dos canteiros (diariamente), despraguejamento, plantios (sob demanda), rega (diariamente), poda de herbáceas e arbustos (sob demanda), varrição de folhas (diariamente na área interna do parque, 1x por semana na calçada), retirada de lixo (2x por semana, na sexta e segunda-feira).	Alta	Recorrente
<b>EQUIPE DE VIGILÂNCIA</b>				
GO14	Participativa	Garantir equipe fixa de vigilantes nas portarias de acesso do parque.	Alta	Recorrente
GO15	Gestão/ operação	Além das atividades previstas ao longo do plano de ação, que eventualmente entrem no cronograma da equipe de vigilância, são atividades básicas realizadas: rondas (a cada 1h, com 12 pontos de checagem/bastão), orientação dos visitantes sobre as regras e	Alta	Recorrente

		proibições do parque, contagem de visitantes, organização de achados e perdidos, prestação de primeiros socorros.		
<b>COMUNICAÇÃO VISUAL (CV)</b>				
Código	Origem	Diretrizes	Prioridade	Prazo
CV6	Técnica	As placas de identificação das espécies vegetais devem ser submetidas ao Herbário Municipal, para conferência antes da sua produção. Forma, fixação e projeto devem atender aos padrões estabelecidos pela Coordenação de Gestão de Parques e Biodiversidade (CGPABI).	Alta	Médio
CV7	Técnica	Informar e sinalizar à população sobre as ações de manejo diferencial adotadas no Parque, como áreas isoladas para recuperação do gramado, áreas isoladas para reprodução dos animais, áreas isoladas devido ao risco de queda de frutos, entre outras.	Alta	Recorrente
<b>USO PÚBLICO (UP)</b>				
Código	Origem	Diretrizes	Prioridade	Prazo
<b>EVENTOS</b>				
UP9	Técnica	Por ocasião da realização de eventos, respeitar a configuração da vegetação existente, não se admitindo poda de galhos, fixação de placas, luminárias ou outros equipamentos temporários. As instalações não podem fazer demasiada sombra que prejudique o desenvolvimento natural da vegetação.	Alta	Recorrente
UP10	Técnica	Quando da realização de eventos culturais, educacionais, recreativos e outros, seguir o disposto na Portaria SVMA nº 69 de 2020, no tocante aos regulamentos, obrigações e condições necessários à sua autorização.	Alta	Recorrente
UP11	Técnica	Seguir o disposto na Portaria SVMA nº 49 de 2022, que estabelece os procedimentos para a realização de instalações, produções e eventos que importem em potenciais impactos e/ou distúrbios à fauna silvestre e ornamental dos Parques Municipais.	Alta	Recorrente
<b>EDUCAÇÃO AMBIENTAL</b>				
UP19	Técnica	As práticas de observação de vida silvestre devem seguir os procedimentos dispostos na Portaria SVMA nº 29 de 2019.	Alta	Recorrente
UP23	Técnica	Criar programas de uso que valorizem, mas também preservem, a diversidade vegetacional do parque, incluindo as áreas de cerrado e áreas de transição	Alta	Curto
<b>ENTORNO (EN)</b>				
Código	Origem	Diretrizes	Prioridade	Prazo
<b>CONECTIVIDADE</b>				
EN1	Técnica	Promover a conectividade entre parques, praças, unidades de conservação, demais áreas verdes públicas e particulares e a arborização urbana, considerando as diferentes escalas de paisagem, e observado o disposto no Plano Diretor Estratégico, nos Planos Regionais, nos Planos de Bairro e no Sistema Municipal de Áreas Protegidas, Áreas Verdes e Espaços Livres (SAPAVEL).	Alta	N/A



EN3	Participativa	Promover a conexão do parque, física e administrativamente, ao sistema de áreas verdes local, facilitando o trânsito da fauna silvestre e reduzindo assim os riscos de erosão genética das populações.	Alta	N/A
EN4	Participativa	Promover a conexão de fragmentos significativos que estejam desconectados através de plantio direto de mudas e de passagens de fauna, ou outras estratégias que possibilitem a movimentação da fauna.	Alta	N/A
INTEGRAÇÃO				
EN10	Técnica	Considerar uma melhor conectividade da região do Parque Jardim Apurá - Búfalos já insuficiente, devido ao incremento considerável de população.	Alta	N/A

*Legenda*

Desejos de Futuro

### 10.5. Quadro de ações e monitoramento

SOLO (SO)					
Código	Origem	Diretrizes	Prioridade	Prazo	S/N
S01	Técnica	Realizar levantamento diagnóstico de todas as áreas do parque apresentando solo exposto, compactado, com problemas de drenagem ou erosão.	Alta	Curto	
S03	Técnica	Executar o plantio de espécies arbóreas, arbustivas e herbáceas em áreas de topo de morro e áreas com inclinação significativa (aclives e declives), para garantir a estabilidade do solo nos taludes e encostas.	Alta	Curto	
S06	Técnica	Realizar plantio e manejo utilizando as espécies adequadas para cada bioma, criando estruturas de raízes que evitem a progressão dos processos erosivos nas áreas de solo exposto.	Alta	Recorrente	
S07	Técnica	Realizar análises hidrográficas, pedológicas e geomorfológicas que orientem o manejo correto das áreas com erosão.	Alta	Curto	
S08	Participativa	Mapeamento e manejo de áreas com erosão.	Alta	Curto	
RECURSOS HÍDRICOS (RH)					
Código	Origem	Diretrizes	Prioridade	Prazo	S/N
RH1	Técnica	Realizar levantamento diagnóstico dos corpos d'água existentes no Parque, identificando sua natureza e status de conservação, para fins de definição do manejo mais adequado.	Alta	Médio	
RH2	Participativa	Mapear a existência de empoçamentos de água que possam estabelecer criadouros para animais sinantrópicos, evitando assim a proliferação de mosquitos transmissores de doenças como a dengue, por exemplo.	Alta	Curto	
RH3	Participativa	Promover, quando necessário, a infiltração e fitorremediação das águas utilizando técnicas de Soluções Baseadas na Natureza (SBN) como biovaletas, canteiros pluviais, jardins de chuva, bacias de retenção etc.	Alta	Recorrente	
RH4	Técnica	Delimitar e sinalizar com placas indicativas as nascentes porventura localizadas em área interna do Parque.	Alta	Curto	
RH5	Participativa	Delimitar e sinalizar, com placas indicativas, as áreas de preservação permanente (APP) existentes nas nascentes e ao longo de cursos d'água.	Alta	Recorrente	
RH6	Técnica	Os corpos hídricos, incluso subterrâneos, deverão ser monitorados com relação à qualidade de suas águas, seja para aproveitamento, seja para indicação de medidas mitigatórias visando sua recuperação.	Alta	Recorrente	
RH7	Técnica	Realizar o monitoramento da qualidade das águas e implantar estratégias de manejo e controle da eutrofização, maximizando a biodiversidade dos campos de várzea e vegetação aquática, e potencializando a oferta e qualidade dos serviços ecossistêmicos prestados pelos mananciais.	Alta	Recorrente	

RH8	Técnica	Realizar plantio de enriquecimento com espécies nativas em áreas de nascente e cursos d'água para contenção das margens, redução dos riscos de erosão, deslizamento e assoreamento, visando a conservação dos recursos hídricos.	Alta	Recorrente	
RH9	Técnica	Realizar o monitoramento ativo dos diversos tipos de impacto incidentes sobre os corpos hídricos e promover o planejamento de medidas mitigadoras e preventivas para assegurar a proteção e o uso sustentável dos recursos naturais do parque.	Alta	Recorrente	
RH11	Participativa	Limpar e desobstruir os corpos hídricos nos locais onde houver despejo irregular de lixo, entulho, restos de construção ou outros resíduos.	Alta	Recorrente	
RH12	Técnica	Realizar coleta periódica dos resíduos (que encaixam com as vazantes e vento) em toda a área de inundação da represa Billings adjacente ao parque.	Alta	Recorrente	
RH13	Técnica	Instalar placas informativas sobre a fauna aquática, proibição de depósito de lixo e pesca predatória, assim como estreitar fiscalização onde tais práticas sejam rotineiras.	Alta	Curto	
RH14	Técnica	Instalar placas informativas sobre a qualidade da água, proibição de ingestão e banho, assim como estreitar fiscalização onde tais práticas sejam rotineiras.	Média	Curto	
<b>VEGETAÇÃO (VE)</b>					
Código	Origem	Diretrizes	Prioridade	Prazo	S/N
<b>ÁREAS DE PRESERVAÇÃO</b>					
VE1	Técnica	Realizar o mapeamento e categorização das Áreas de Preservação permanente (ou outras tipologias de áreas protegidas) existentes na área interna do parque, que deverão ser manejadas em conformidade com a legislação vigente.	Alta	Médio	
VE2	Técnica	Realizar o mapeamento de áreas degradadas, especificando ações de manejo para a recuperação – natural ou induzida – dos ambientes naturais que tiveram suas características originais alteradas.	Alta	Curto	
VE3	Técnica	Mapear a existência de áreas úmidas, ciliares, rupestres, campestres, ecotonais ou outras tipologias de vegetação singulares, assim como de vegetação tombada, que devem receber atenção especial quanto à conservação e manejo diferencial.	Alta	Curto	
VE4	Técnica	Realizar o levantamento de espécies significativas, raras, endêmicas ou ameaçadas, e sua área de ocorrência no parque, que deverá ser monitorada visando a mitigação de impactos e restringindo, caso necessário, o livre acesso de pessoas a esses locais.	Alta	Recorrente	
VE5	Técnica	Realizar o monitoramento ativo dos diversos tipos de impacto (ex. espécies invasoras, vandalismo, desmatamento, coleta ilegal, incêndios, poluentes, etc.) incidentes sobre a vegetação e promover o planejamento de medidas mitigadoras e preventivas para assegurar a proteção e o uso sustentável da biodiversidade e dos recursos naturais do parque.	Alta	Recorrente	

VE6	Técnica	Articular a equipe de vigilância do parque e a Guarda Civil Metropolitana – GCM – visando a prevenção e coibição de atividades ilegais que a equipe de vigilância sozinha não tenha condições de resolver (por não ser sua atribuição ou por não dispor das condições para tal), a exemplo de crimes ambientais, como desmatamento, despejo de poluentes e resíduos, construção irregular etc.	Alta	Recorrente
FORMAÇÕES CAMPESTRES				
VE7	Técnica	Proteger e recuperar as formações campestres, em especial aquelas contendo espécies típicas de cerrado, adotando medidas para o controle e erradicação das espécies invasoras braquiária ( <i>Urochloa sp.</i> ) e, em médio prazo, a substituição por herbáceas nativas nas áreas a serem mantidas como campos.	Média	Médio
VE8	Técnica	Realizar estudo de viabilidade, em conjunto com instituições de pesquisa, da inclusão de espécies nativas com potencial alelopático sobre a braquiária, como aquelas dos gêneros <i>Annona</i> , <i>Anacardium</i> , <i>Caryocar</i> , <i>Eugenia</i> , <i>Lantana</i> , <i>Lepidaploa</i> , <i>Lippia</i> , <i>Psidium</i> , <i>Qualea</i> entre outros.	Alta	Recorrente
FRAGMENTOS FLORESTAIS				
VE11	Técnica	Realizar levantamento florístico, que deverá ser periodicamente atualizado, sob orientação da equipe técnica do Herbário Municipal.	Média	Recorrente
VE13	Técnica	Realizar plantio direto e/ou estímulo à regeneração natural para promover a recuperação da vegetação nativa do bioma original, multiplicando-se as espécies já existentes e introduzindo-se aquelas não mais ocorrentes na área, visando a ampliação da biodiversidade.	Alta	Recorrente
VE14	Técnica	Priorizar o plantio de espécies da flora em risco de extinção, minimizando a erosão genética das populações e disponibilizando germoplasma para ações futuras de recuperação de habitat e reintrodução de espécies nos ecossistemas adjacentes.	Alta	Recorrente
VE19	Técnica	Realizar avaliação qualitativa das mudas plantadas de forma espontânea pela população na área interna do parque; caso tratem-se de espécies exóticas invasoras, proceder com a sua retirada imediata para minimizar o risco de invasão biológica.	Alta	Recorrente
ÁREAS AJARDINADAS				
VE34	Participativa	Criar canteiro para cultivo de “plantas de poder”, espécies vegetais utilizadas em rituais religiosos; sua localização e espécies a serem utilizadas devem ser discutidos em conjunto com a comunidade do entorno.	Alta	Recorrente
ÁRVORES				
VE35	Participativa	Manter todas as árvores do Parque, zelando pela sua integridade, saúde e pleno desenvolvimento.	Alta	Recorrente
NOVOS PLANTIOS				
VE48	Técnica	Avaliar a possibilidade de criação de um viveiro para produção de mudas herbáceas, arbustivas e arbóreas,	Alta	Curto

		especialmente de espécies nativas, para enriquecimento constante das áreas verdes do parque.			
<b>ESPÉCIES EXÓTICAS E INVASORAS</b>					
VE61	Técnica	Realizar levantamento diagnóstico das espécies exóticas e/ou invasoras presentes no parque, avaliando seu status populacional, localização e o impacto sobre o meio ambiente, fauna e flora nativas, com o objetivo de desenvolver metodologias de manejo, controle e erradicação destas espécies.	Alta	Recorrente	
VE63	Técnica	Realizar atividades de educação ambiental para sensibilizar a população do entorno do parque para a remoção de plantas exóticas invasoras (cultivadas ou de ocorrência espontânea) em áreas privadas e sua substituição por espécies nativas ou por exóticas não invasoras	Alta	Recorrente	
VE65	Técnica	Elaborar plano de manejo das espécies invasoras, contendo Estudo Ambiental e Projeto de Recuperação Ambiental, conforme orientações da Portaria nº 154/2009, que anexa também a Lista Oficial de Espécies Vegetais Exóticas Invasoras do Município de São Paulo.	Alta	Curto	
<b>PREVENÇÃO DE INCÊNDIOS</b>					
VE83	Técnica	Elaborar plano de prevenção de incêndios de acordo com a Lei Municipal nº 14.969 de 2009.	Alta	Curto	
<b>FAUNA (FA)</b>					
Código	Origem	Diretrizes	Prioridade	Prazo	S/N
<b>FAUNA SILVESTRE</b>					
FA2	Técnica	Realizar inventário periódico da fauna silvestre, residente ou visitante, presente no Parque, sob orientação da equipe técnica da Divisão de Fauna Silvestre (DFS).	Média	Médio	
FA3	Técnica	Realizar o levantamento de espécies significativas, raras, endêmicas ou ameaçadas, e sua área de ocorrência preferencial, que deverá ser monitorada visando à mitigação de impactos, restringindo, caso necessário, o livre acesso de pessoas a esses locais.	Média	Médio	
FA4	Técnica	Avaliar a possibilidade de incluir elemento hídrico (fontes, lagos ou bebedouros), caso inexistente, para atração de uma maior diversidade de insetos, espécies florestais e também aquelas características de ambientes aquáticos.	Média	Médio	
FA5	Técnica	Avaliar a possibilidade de incluir telhado verde, calçadas verdes e outras infraestruturas verdes em pequena escala como forma de atenuar a presença das edificações como elemento de bloqueio à fauna.	Média	Médio	
<b>PREVENÇÃO E MITIGAÇÃO DE IMPACTOS</b>					
FA32	Técnica	Articular e sensibilizar a população residente no entorno do parque sobre a importância da fauna silvestre e seus mecanismos de proteção previstos em lei, visando minimizar impactos de origem antrópica. Aves e pequenos mamíferos, assim como os não tão carismáticos insetos, aracnídeos, anfíbios e répteis, todos possuem sua importância nas cadeias tróficas, interações ecológicas e equilíbrio funcional	Alta	Recorrente	

		dos ecossistemas. É preciso estabelecer metas para que a população possa conviver de forma segura e harmônica com a fauna urbana.			
<b>PREVENÇÃO DE ACIDENTES</b>					
FA33	Técnica	Treinar os funcionários e prestadores de serviço para o manejo de conflitos e prevenção de acidentes que possam envolver a fauna silvestre, sinantrópica ou doméstica existente no parque.	Alta	Médio	
FA34	Participativa	Instalar placas informativas (permanentes ou não), sobre as espécies da fauna existentes no parque, especialmente aquelas que possam estabelecer conflitos com pessoas e animais domésticos, assim como seus locais preferenciais de ocorrência, visando a prevenção de acidentes.	Média	Médio	
FA36	Técnica	Disponibilizar equipamentos de proteção individual e demais ferramentas necessárias para a segura captura dos animais, assim como abrigos onde os mesmos poderão aguardar, e gaiolas ou caixas de transporte para encaminhamento.	Alta	Recorrente	
<b>ESPÉCIES EXÓTICAS E INVASORAS</b>					
FA43	Técnica	Realizar levantamento diagnóstico das espécies exóticas e/ou invasoras presentes no parque, avaliando seu status populacional, localização e o impacto sobre o meio ambiente, fauna e flora nativas, com o objetivo de desenvolver metodologias de manejo, controle e erradicação destas espécies.	Alta	Recorrente	
<b>ACESSOS E CERCAMENTOS (AC)</b>					
Código	Origem	Diretrizes	Prioridade	Prazo	S/N
<b>ESTACIONAMENTOS (Veículos/bicicleta)</b>					
AC1	Participativa	Solicitar a implantação de bicicletários públicos junto aos acessos do parque, caso não tenham sido previstos nas obras de implementação do parque.	Alta	Curto	
<b>CAMINHOS (CA)</b>					
Código	Origem	Diretrizes	Prioridade	Prazo	S/N
<b>PASSEIOS</b>					
CA1	Técnica	Revisar periodicamente as pistas de caminhada e/ou corrida onde haja processos erosivos, que devem ser contidos.	Alta	Recorrente	
CA2	Participativa	Implantar caminhos acessíveis e nivelados para o trânsito de pessoas com acessibilidade.	Alta	Curto	
<b>DEQUES</b>					
CA5	Participativa	Implantar elemento de segurança onde houver píeres, reduzindo assim o risco de afogamentos.	Urgente	Curto	



<b>EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIO (EM)</b>					
Código	Origem	Diretrizes	Prioridade	Prazo	S/N
<b>ESPORTE E GINÁSTICA</b>					
EM1	Participativa	Avaliar a possibilidade de implantar quadra poliesportiva em nova área de expansão do parque.	Alta	Médio	
<b>INFANTIL E LÚDICO</b>					
EM2	Participativa	Solicitar estudos para implementação de fonte de água interativa destinada ao público infantil.	Alta	Médio	
<b>ESTAR E DESCANSO</b>					
EM4	Participativa	Implantar estrutura de redário em espaços de estar do parque.	Alta	Curto	
<b>ESPAÇO PARA ANIMAIS DOMÉSTICOS</b>					
EM5	Participativa	Solicitar a implantação de área para pets (cachorródromo), caso não tenha sido prevista na implantação do parque.	Alta	Curto	
<b>ILUMINAÇÃO E REDE ELÉTRICA (IL)</b>					
Código	Origem	Diretrizes	Prioridade	Prazo	S/N
IL1	Técnica	Solicitar, junto à concessionária responsável, a avaliação da rede de energia elétrica (existente na área interna e entorno do parque) visando a aplicação de medidas preventivas e mitigatórias para minimizar a ocorrência de acidentes elétricos envolvendo animais silvestres.	Alta	Recorrente	
IL3	Participativa	Realizar projeto de iluminação para contemplar luz noturna.	Alta	Recorrente	
IL4	Participativa	Estudar sistemas de energia ecoeficientes e que promovam economia de energia para o parque.	Alta	Recorrente	
<b>ÁGUA E SANEAMENTO (AS)</b>					
Código	Origem	Diretrizes	Prioridade	Prazo	S/N
AS1	Técnica	Elaborar programa para a gestão dos recursos hídricos, assim como de plano de ação visando o consumo consciente pelos frequentadores do parque.	Alta	Curto	
AS2	Técnica	Ampliar a racionalização do uso de água: captação e aproveitamento de água da chuva e/ou de equipamentos de refrigeração e bebedouros para abastecer reservatórios que poderão ser utilizados para rega, limpeza de pátios e quadras esportivas, ou mesmo no sistema de descarga dos sanitários.	Alta	Médio	
<b>RESÍDUOS (RE)</b>					
Código	Origem	Diretrizes	Prioridade	Prazo	S/N
RE2	Técnica	Elaborar Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, conforme legislação pertinente, a ser apresentado e aprovado pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente.	Alta	Recorrente	

RE4	Técnica	Segregar os resíduos em três porções: secos, orgânicos e rejeitos, sendo recomendável que os secos sejam subdivididos em categorias.	Alta	Recorrente	
RE15	Técnica	Os resíduos retirados das lixeiras devem ser acondicionados em caçambas fechadas, de preferência sobre estrado (para que não fiquem diretamente em contato com o solo), até sua destinação final, e esse ambiente deve passar por limpeza e inspeção periódicas.	Alta	Recorrente	
RE16	Técnica	Evitar deixar entulho como caixas, tambores, buracos ou vãos em paredes ocas, pneus velhos, armários, sofás e outros tipos de móveis ou qualquer material que possa servir de abrigo para animais sinantrópicos.	Alta	Recorrente	
RE19	Participativa	Implantar espaço para reciclagem e cicleia comunitária.	Alta	Recorrente	
RE23	Gestão/ operação	Disponibilizar apoio/maquinário para retirada de grandes entulhos presentes no parque, ou pensar em solução alternativa - como, por exemplo, realizar dinâmica com as crianças do CEU, para ressignificação dos entulhos e educação ambiental.	Alta	Recorrente	
<b>GESTÃO E OPERAÇÃO (GO)</b>					
Código	Origem	Diretrizes	Prioridade	Prazo	S/N
GO4	Técnica	Promover o Planejamento Participativo, envolvendo a comunidade para além do Conselho Gestor.	Alta	Recorrente	
GO8	Gestão/ operação	Garantir condições de trabalho adequadas à todas as equipes, inclusive o fornecimento de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), uniformes e ferramentas eventualmente necessários ao correto desempenho de suas atividades.	Alta	Recorrente	
GO9	Gestão/ operação	Garantir instalações e/ou local adequado para guarda de materiais, insumos e ferramentas utilizados pelas equipes operacionais.	Alta	Curto	
GO10	Gestão/ operação	Garantir infraestrutura de copa, banheiros, vestiários, armários de uso pessoal e demais instalações que se fizerem necessárias pelas equipes operacionais.	Alta	Curto	
<b>MANUTENÇÃO</b>					
GO11	Gestão/ operação	Garantir que as atividades de manutenção, realizadas sob demanda (por ordem de serviço), sejam efetivas, com a mínima burocracia possível e dentro de prazo aceitável para manter as instalações, equipamentos e edificações do parque em correto funcionamento.	Alta	Curto	
<b>EQUIPE DE VISITAÇÃO, PROGRAMAÇÃO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL</b>					
GO16	Técnica	Contratar equipe técnica especializada para a realização de atividades culturais, esportivas e de educação ambiental com os usuários do parque, frequentadores de escolas ou outros parceiros existentes no entorno.	Alta	Curto	



COMUNICAÇÃO VISUAL (CV)					
Código	Origem	Diretrizes	Prioridade	Prazo	S/N
CV1	Técnica	Elaborar plano de comunicação visual para que todos os frequentadores conheçam a unidade, sua importância para a sociedade e para a biodiversidade, mas também para indicar informações antes, durante e após a visita que melhorem a experiência durante a estadia no parque.	Alta	Médio	
CV4	Técnica	Criar um plano de comunicação que atenda eixos específicos, como quem busca pelo avistamento de fauna, contemplação de paisagens ou esportes de aventura, mas também temas amplos que interessam a todos, como educação ambiental, história e cultura local e serviços ambientais oferecidos pelo parque, como controle de enchentes, fornecimento de água potável, entre outros.	Alta	Médio	
CV5	Participativa	Instalar placas de identificação de espécies vegetais, especialmente aquelas nativas, de grande valor cultural e/ou paisagístico, além de placas informativas sobre o bioma regional, corpos hídricos, paisagens significativas e fauna silvestre presentes no parque.	Alta	Médio	
CV8	Técnica	Elaborar cartilhas educativas a respeito das instalações e equipamentos do Parque, assim como dos principais ecossistemas, recursos hídricos, elementos paisagísticos, fauna e flora existentes, e os regramentos voltados à sua conservação.	Alta	Curto	
CV9	Técnica	Extrapolar as iniciativas de comunicação para além dos espaços físicos do parque, utilizando-se endereços eletrônicos, redes sociais e comércio do entorno, por exemplo, de forma a alcançar não somente quem já frequenta o local, mas engajando todos os demais que ainda não tiveram a oportunidade de fazer uma visita.	Alta	Curto	
CV8	Participativa	Implantar sinalização sobre a proibição do ato de fumar.	Alta	Curto	
CV9	Participativa	Implantar sinalização acessível.	Alta	Curto	
CV10	Participativa	Implantar sinalização referente ao risco de afogamentos.	Urgente	Curto	
USO PÚBLICO (UP)					
Código	Origem	Diretrizes	Prioridade	Prazo	S/N
VISITAÇÃO					
UP1	Técnica	Permitir e incentivar as atividades desenvolvidas ao ar livre, como passeios, caminhadas, contemplação, fotografias, pinturas, piqueniques, desde que não incorram em perturbação/ impacto ao solo, fauna, flora e ambiente natural.	Alta	Recorrente	
PROGRAMAÇÃO E PARCERIAS					
UP2	Técnica	Criar programas que promovam o diálogo e o respeito entre as diversas manifestações religiosas.	Alta	Curto	
UP3	Técnica	Criar agenda clara para o uso do espaço do parque por cada manifestação religiosa, bem como manuais para o correto uso de cada área.	Alta	Curto	
UP4	Participativa	Realizar atividades de Cinema ao Ar Livre.	Alta	Curto	

UP5	Participativa	Realizar palestras de Cultura de Paz e Direitos Humanos para prevenir comportamentos ofensivos, racistas, LGBTQfóbicos, machistas, de intolerância religiosa etc.	Alta	Curto	
UP6	Participativa	Realizar atividades de pertencimento e engajamento com a comunidade do entorno do parque.	Alta	Curto	
UP7	Técnica	Elaborar oficinas para resgate da história do parque, valorizando seus principais agentes	Alta	Curto	
UP8	Participativa	Avaliar a possibilidade de realizar eventos e/ou atividades que promovam doações e partilha solidária entre membros da comunidade do entorno.	Média	Médio	
<b>EDUCAÇÃO AMBIENTAL</b>					
UP12	Técnica	Elaborar programa de Educação Ambiental para parque baseado no Plano Municipal de Educação Ambiental (PMEA), que seja pautado sob a ótica da diversidade, utilizando-se linguagem inclusiva e iconografia didática, atendendo as demandas dos mais diversos grupos sociais, para que sua experiência no parque seja a melhor e mais igualitária possível.	Alta	Curto	
UP15	Técnica	Promover atividades de sensibilização frente às necessidades prioritárias de conservação e preservação da fauna, flora e meio ambiente, incentivando a participação efetiva dos diversos atores da sociedade.	Alta	Recorrente	
UP16	Técnica	Sediar e promover palestras, oficinas, eventos e cursos de temática ambiental para os usuários do Parque, com temas como jardinagem, paisagismo, produção de mudas, compostagem, reconhecimento de espécies da fauna e flora, entre outros.	Alta	Recorrente	
UP17	Técnica	Sediar e promover atividades relacionadas à biodiversidade, como mutirões de plantio e manutenção das áreas verdes, feiras de troca de mudas e sementes, práticas em agroecologia e permacultura, dentre outros.	Alta	Recorrente	
UP18	Técnica	Estruturar uma rede de trilhas e roteiros, guiados ou não, na área interna do parque que facilitem a observação de aves e outros elementos da fauna, observação de espécies significativas, de formações vegetais singulares, conjuntos de importância paisagística e/ou histórica, dentre outros atrativos naturais existentes.	Alta	Curto	
UP20	Técnica	Implantar, caso possível, jardins temáticos (sensorial, rochoso, orquidário, representativo dos biomas, mandala de flores/ervas medicinais/PANCs), oferecendo aos usuários mais opções de lazer, desfrute da natureza e educação ambiental.	Médio	Médio	
UP21	Participativa	Implantar, caso possível, estruturas como meliponário, borboletário, horta comunitária, viveiro de mudas, centro de compostagem e coleta seletiva, dentre outros locais onde os visitantes possam ter participação ativa, interativa e imersiva, estreitando assim sua relação com o parque e meio ambiente.	Médio	Médio	
UP22	Técnica	Implantar jardim temático na área ensolarada através do plantio de espécies campestres da flora nativa do município, visando reconstituir essa fisionomia ecologicamente tão significativa na cidade (Campos de Piratininga) e descrita no	Alta	Médio	

		PMMA (Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica) como relictos do bioma Cerrado (ilhas dispersas no bioma Mata Atlântica).			
UP24	Técnica	Criar projetos de educação ambiental sobre a importância das áreas de campos e cerrados.	Alta	Médio	
<b>ENTORNO (EN)</b>					
Código	Origem	Diretrizes	Prioridade	Prazo	S/N
<b>CONECTIVIDADE</b>					
EN2	Técnica	Solicitar a arborização viária nas ruas do entorno, com a inclusão de espécies arbóreas nativas (melíferas, floríferas e frutíferas), de maior porte possível, de acordo com Manual Técnico de Arborização Urbana da SVMA, promovendo sua função como corredores/trampolins ecológicos e maximizando os serviços ecossistêmicos prestados.	Média	N/A	
EN5	Técnica	Criar corredores multifuncionais envolvendo o parque e o entorno (incluindo o Residencial Espanha), valorizando essas rotas de ligação, com melhoria de calçadas, travessias e iluminação, implantação de ciclovias ou ciclorrotas e arborização com espécies nativas da região.	Alta	N/A	
EN6	Técnica	Criar corredores de flora e fauna no Residencial Espanha, interligando as duas áreas do parque.	Alta	N/A	
<b>INTEGRAÇÃO</b>					
EN10	Técnica	Solicitar a criação de uma Portaria Intersecretarial, no âmbito da Prefeitura de São Paulo, que estabeleça a formalização da Rede Socioambiental, instância de cogestão e planejamento entre os diferentes equipamentos delimitados pela área de influência do parque (Território-Parque), de maneira a articular, sob a participação direta da gestão e do conselho gestor do parque, diferentes secretarias municipais presentes no território	Alta	N/A	
EN7	Técnica	Criar projetos de educação ambiental envolvendo a comunidade do Residencial Espanha.	Alta	N/A	
EN8	Técnica	Solicitar estudos para abertura de via lindeira ao Residencial Espanha para garantir o acesso público ao Parque proposto e permitir a integração do mesmo com a malha urbana existente.	Alta	N/A	
EN9	Técnica	Estabelecer parceria com a SME para criação de projetos de educação ambiental nas escolas do entorno, em todos os níveis, buscando fomentar a valorização do parque pela comunidade.	Alta	N/A	
EN11	Técnica	Verificar viabilidade e buscar formas de manter os caminhos dentro do parque que a população já utiliza como passagem pública de ligação entre os núcleos urbanos do entorno.	Alta	N/A	
<b>DADOS E MAPAS</b>					
EN12	Técnica	Atualizar os mapas sobre Uso do solo predominante (Mapa 2) e Cortiços, favelas e loteamentos irregulares (Mapa 3) na área de influência, e as descrições correspondentes, quando o portal Gesosampa atualize sua base de dados com o Censo 2022.	Média	N/A	



### 10.5. Planos, programas e projetos

O Sistema de Áreas Protegidas, Áreas Verdes e Espaços Livres (SAPAVEL) de 2022, instituído pelo Plano Diretor Estratégico (PDE), é composto por diversos parques urbanos e lineares, além de outras áreas, sejam elas edificadas ou não, públicas ou privadas. Seus objetivos são:

- I. Proteger a biodiversidade;
- II. Conservar áreas que prestam serviços ambientais;
- III. Proteger e recuperar remanescentes de Mata Atlântica;
- IV. Qualificar áreas verdes públicas;
- V. Incentivar a conservação de áreas verdes de propriedade particular;
- VI. Conservar e recuperar corredores ecológicos em escalas municipal e metropolitana;
- VII. Cumprir as disposições do Sistema Nacional de Unidades de Conservação.

Entre as diretrizes do SAPAVEL, além do incentivo às parcerias entre os setores público e privado, destacam-se a ampliação da oferta de áreas verdes públicas, a recuperação de áreas degradadas e a conservação e proteção de solos permeáveis, da cobertura vegetal e das áreas de preservação permanente.

Nesse sentido, ressalta-se que os planos e programas municipais se configuram sob esse guarda-chuva afim de proporcionar uma visão de longo prazo para a gestão ambiental da cidade. Esses, a partir de ações coordenadas, facilitam a coordenação entre diferentes setores da administração municipal garantindo que as ações ambientais sejam integradas e complementares.

Os planos ambientais e setoriais do município de São Paulo são instrumentos de planejamento que orientam a política pública e a gestão ambiental da cidade. Estes planos são elaborados com base em diretrizes legais, como o PDE e outras normativas municipais, estaduais e federais. Eles servem como guias para a implementação de ações, programas e projetos voltados à sustentabilidade e ao desenvolvimento urbano equilibrado.

Buscou-se elencar os planos que possuem relação direta ou indireta com os parques urbanos, pois estão voltados à conservação de recursos naturais (proteção de áreas verdes e da biodiversidade urbana); à mitigação de impactos ambientais, no controle da poluição do ar, água e solo e gestão de resíduos; à adaptação às mudanças climáticas, aliando ações de resiliência urbana para enfrentar efeitos das mudanças do clima e soluções baseadas na natureza; e ao engajamento e participação social, dado que alguns parques possuem o potencial de promover o ecoturismo local, a educação ambiental e a participação comunitárias em diferentes práticas e projetos sustentáveis.



Tabela 4 - Planos e programas ambientais e setoriais pertinentes

<b>Planos</b>
Plano Municipal de Drenagem e Manejo de Águas Pluviais
Cadernos de priorização de obras de drenagem das Subprefeituras
Planos Regionais das Subprefeituras – PRS
Plano Municipal de Habitação – PMH
Plano de Melhoramentos Municipais Viários e Cicloviários
Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado da RMSP - PDUI-RMSP
Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário – PMDRSS
Plano Municipal de Saneamento Básico
Plano Municipal de Ordenamento e Proteção da Paisagem
Plano Municipal de Educação/ Currículo da Cidade, destinado ao Ensino Fundamental, a partir da Base Nacional Comum Curricular e Plano Municipal de Educação (Lei 16.271/2015);
Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PGRIS)
Plano de Mobilidade Urbana do Município de São Paulo 2015 - PlanMob SP 2015 (Decreto 56.834/2016);
Plano Municipal de Políticas para Mulheres
Plano Municipal de Segurança Alimentar
Plano Municipal da Primeira Infância
Planos de Ecoturismo: Geral e Cantareira
Plano Estadual de Recursos Hídricos
<b>Programas</b>
Programa de Educação Ambiental e Comunicação Social em Resíduos Sólidos do Município de São Paulo 2014/2033 (Decreto 55.747/2014)
Programa Escolas Sustentáveis 2019-2020
Programa Nascentes do Estado de São Paulo (Decreto Estadual 60.521/2014)
Programa Pomar Urbano
Projeto Hortas e Viveiros Urbanos, do Programa Operação Trabalho (Lei 13.689/2003)

Fonte: ONU-Habitat



Tabela 5 - Planos ambientais transversais SVMA/PMSP

Plano de Ação Climática - PlanClima
Plano Municipal de Arborização Urbana - PMAU
Plano Municipal de Áreas Protegidas, Áreas Verdes e Espaços Livres - Planpavel
Plano de Conservação e Recuperação de Áreas Prestadoras de Serviços Ambientais – PMSA
Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica (PMMA)

Fonte: ONU-Habitat

Estes planos constituem as políticas públicas mais relevantes para os parques da cidade e procuram que o desenvolvimento da cidade ocorra de maneira sustentável e integrada. Destes planos se desprendem programas que têm, como finalidade, a implementação das políticas públicas. Alguns destes programas são implementados nos parques da cidade. Estes são:

#### Programa de Lixo Zero em Parques Municipais

Este programa orienta e cria soluções para que os resíduos sólidos sejam reaproveitados e reutilizados corretamente com base na Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010) e de maneira integrada ao PGRIS Programa de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, Programa de Educação Ambiental e Comunicação Social em Resíduos Sólidos (PEACS) e o Programa Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P). De maneira complementar, o Programa segue o Projeto de Comunicação Visual da SVMA.

#### Programa Sampa Saúde em Movimento

Este programa leva, profissionais da educação física e nutricionista aos parques de São Paulo para que tracem planos de exercícios e de reeducação alimentar. Esses profissionais são capacitados para atendimento e orientação necessária para alertar sobre o sedentarismo e promover as atividades físicas.

#### Programa Vamos Trilhar

Este programa da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer (SEME) e da SVMA, desde 2024, estimula a visita aos parques naturais municipais de São Paulo com transporte gratuito e entregando um kit com camiseta, água e lanche.

#### Projeto Pedal Sampa<sup>12</sup>

Este projeto proporciona atividades e ações voltadas ao esporte educacional, visando a inclusão social das crianças, jovens e pessoas idosas, destinadas a promover o uso da bicicleta como meio de transporte sustentável, saudável e acessível na cidade. O programa visa incentivar a mobilidade urbana por bicicletas, reduzindo o uso de veículos motorizados, melhorando a qualidade de vida das pessoas e contribuindo para um ambiente urbano mais sustentável.

Através da expansão da infraestrutura cicloviária, atividades pedagógicas e de apoio aos ciclistas, o programa busca criar uma cidade mais conectada e ambientalmente responsável.





É um programa que poderia funcionar em parceria com o Programa Vamos Trilhar em parques urbanos municipais.

Programa Operação Trabalho (POT)

Este programa tem como objetivo de conceder atenção especial às pessoas trabalhadoras desempregadas, residentes no município de São Paulo, pertencentes a famílias de baixa renda, visando estimulá-las à busca de ocupação, bem como à sua reinserção no mercado de trabalho.

O Programa hoje abrange diversas frente de trabalho incluindo o “POT Parques” com atividades voltadas à manutenção e preservação de parques municipais e oferecendo também um curso de educação ambiental e jardinagem para os trabalhadores do parque.

Programa Viver – Envelhecimento Ativo e Saudável

Este programa promove a qualidade de vida, a autonomia e o bem-estar das pessoas idosas. Ele visa estimular a participação social, a prática de atividades físicas, o aprendizado contínuo e a sociabilidade entre pessoas idosas - contribuindo para um envelhecimento ativo e saudável.

Este programa, nos parques urbanos municipais, poderia estar vinculado a entidades vinculadas ao Sistema Único de Saúde (UBS, CECCO) e contemplar terapias comunitárias integrativas, horticultura e outras atividades relevantes, a partir do preconizado no Programa São Paulo Amigo do Idoso (programa do Governo do Estado) e Estratégia Brasil Amiga da Pessoa Idosa (Governo Federal).

Programa Fogo Zero

A parceria entre a SVMA e a Secretaria Municipal de Segurança Urbana (SMSU) tem o objetivo de agilizar o atendimento e o combate ao fogo em áreas de proteção ambiental e parques, além de proteger toda a diversidade de fauna e flora. A implementação de um programa abrangente para proteção, fiscalização e combate a incêndios em parques urbanos serve à preservação do meio ambiente e à segurança dos visitantes. Esse programa combina esforços de prevenção, infraestrutura adequada, monitoramento constante, resposta rápida e recuperação eficaz para minimizar os impactos dos incêndios e promover a sustentabilidade dos parques urbanos.

## **10.6. Parcerias**

A gestão do parque pode promover parcerias com diferentes entidades, públicas e privadas, para implementar este plano de gestão.

As parcerias privadas devem ser formalizadas conforme a Portaria nº 29/SVMA/2021, que estabelece procedimentos administrativos internos para protocolo de parcerias junto à SVMA. Elas podem ser com o setor privado ou com entidades sem fins lucrativos e devem atender os seguintes critérios:



1. Parcerias com empresas: atendem o estabelecido na Lei Municipal nº 14.223/2006: "Cidade Limpa", que dispõe sobre a ordenação dos elementos que compõem a paisagem urbana do Município de São Paulo; podem ser firmados termos de cooperação de 36 meses que regulam a exposição da marca.
2. Parcerias com o terceiro setor: seguem o estabelecido na Lei Municipal nº 13.019/2014, que institui normas gerais para as parcerias entre a administração pública e organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação.

As parcerias com órgãos públicos são estabelecidas por meio de convênio. A gestão do parque pode propor este tipo de parcerias à Direção da DGPU, da Coordenação de Gestão de Parques e Biodiversidade Municipal (CGPABI), para que seja analisada de forma centralizada na SVMA.

## **11. Sistema de monitoramento e avaliação**

O Plano de Gestão conta com um sistema de monitoramento e avaliação com dois objetivos: a) gerar informação com indicadores gerais para todos os parques da cidade que permitem ler e avaliar os principais aspectos do parque e b) assegurar a efetividade na implementação do próprio plano.

A gestão do parque é responsável pela coleta das informações e alimentação do sistema de monitoramento. Esta informação é apresentada uma vez ao ano durante a última sessão ordinária anual do conselho gestor do parque (ou do CADES regional, caso não esteja constituído o conselho gestor), com a finalidade de prestar contas à sociedade. Para este fim, a gestão deve preparar uma apresentação com todas as informações deste sistema de monitoramento e avaliação, as gerais e as específicas do plano de gestão. Nesta sessão, é feito um balanço da gestão e elaborada uma proposta de próximos passos para uma implementação eficiente e efetiva do plano de gestão.

Em paralelo à prestação de contas ao conselho gestor, a gestão do parque deve apresentar as informações coletadas, periodicamente, à coordenação regional e à direção da Divisão de Gestão de Parques Urbanos (DGPU) da SVMA, conforme o calendário e os procedimentos estabelecidos internamente.

O processo de monitoramento e avaliação tem o princípio pedagógico para a comunidade do parque, bem como auxiliar os processos de tomadas de decisão, as ações estruturadas, as solicitações por recursos ou obras e todas as demais medidas do conselho gestor e da gestão do parque.



### 11.1. Monitoramento geral dos principais aspectos do parque

Dentre os principais aspectos do parque que necessitam de indicadores de monitoramento e avaliação, observaram-se cinco eixos temáticos, que buscam abarcar as principais características socioambientais, físicas e de gestão que um parque deve oferecer para a sociedade. São eles os eixos Social, Biodiversidade, Mudanças Climáticas, Estrutura do Parque e Governança.

A gestão do parque deve monitorar e divulgar os resultados periódicos básicos, apoiados nesses eixos, a fim de demonstrar a efetividade do parque como espaço público específico, ou de apontar a necessidade de ajustes de conduta, de políticas, de contratos e de atividades.

Alguns dos indicadores adotados devem ser produzidos sazonalmente pela gestão do parque. Outros são produzidos pelos sistemas de indicadores já instituídos na SVMA. São eles a publicação anual Indicadores de Parques Urbanos, produzido pela parceria entre a gestão municipal e a Fundação Aron Birmann e a publicação anual Biosampa. Esta última tem como base a *Convention on Biological Diversity* (CBD, em português Convenção Sobre Diversidade Biológica), tratado cujo Brasil é signatário e a SVMA utiliza suas definições para monitoramento e avaliação da biodiversidade e serviços ecossistêmicos do território municipal.

Destaca-se que a boa organização do processo de coleta de dados é essencial para garantir a qualidade e a precisão das informações obtidas. Para isso, é fundamental o treinamento das pessoas coletadoras e a utilização de questionários (quando for o caso) com questões fechadas e objetivas. Idealmente, a aplicação deve ser realizada de forma online, o que torna o processo mais ágil e acessível, além de facilitar a sistematização e o armazenamento dos dados coletados.

#### I. Indicador social

O indicador do eixo social é composto pelos dados coletados dentro dos limites do parque, necessários para a avaliação da efetividade do espaço público quanto a se tornar um destino atrativo à população. Ou seja, um dos princípios fundamentais de um parque inserido no tecido urbano é ser frequentado, visitado e usado pela população como um todo, em todos os horários, em atividades estruturadas ou livres.

Se faz fundamental saber, também, qual a diversidade da população que frequenta o parque e quais os horários. Assim, a finalidade principal será de entender, ao longo do tempo, o estado da visitação e o quanto os espaços do parque estão democratizados.

As partes envolvidas na coleta de informação e alimentação deste indicador são: a gestão do parque, as pessoas funcionárias de vigilância e manutenção do parque, as divisões relevantes da SVMA.

A coleta de dados sobre a população que circula no parque deverá ser feita a partir de uma contagem, fornecendo as seguintes informações:



- Se o parque está sendo frequentado;
- Quais os grupos sociais que frequentam (por idade, gênero, cor, deficiência);
- Quais os horários que frequentam.

A coleta dos dados deve ser realizada pela gestão do parque, em **quatro épocas do ano**, fora de período de férias e fora de finais de semana, em dia ensolarado, da seguinte forma:

Tabela 6 - Distribuição anual dos períodos de coleta

coleta	mês	dia	horário
1	janeiro	Dia útil	Entre 6h e 18h
2	janeiro	Dia útil	Das 10h às 11h e das 17h às 18h
3	abril	Dia útil	Entre 6h e 18h
4	abril	Dia útil	Das 10h às 11h e das 17h às 18h
5	julho	Dia útil	Entre 6h e 18h
6	julho	Dia útil	Das 10h às 11h e das 17h às 18h
7	outubro	Dia útil	Entre 6h e 18h
8	outubro	Dia útil	Das 10h às 11h e das 17h às 18h

Fonte: ONU-Habitat

Coletas 1, 3, 5, e 7: uma pessoa funcionária deve se posicionar em cada acesso do parque, com contador estatístico, registrando a entrada de todas as pessoas visitantes no período de coleta.

Coletas 2, 4, 6 e 8: uma pessoa funcionária deve circular pelo parque com a ficha de pesquisa e entrevistar um número de pessoas definidos a partir de critérios de amostragem, a serem definidos pela DGPU.

Os dados dos contadores devem ser registrados em relatório específico no mesmo dia da contagem. Os dados das fichas de pesquisa devem ser dispostos em relatório específico, produzidos em até 24 horas após o dia da coleta. As fichas de pesquisa devem ser arquivadas na administração do parque, devem ser digitalizadas e compor o relatório como anexo. A periodicidade de publicação deste indicador é anual.

As respostas das fichas de pesquisa devem ser tabuladas, resumidas e registradas em planilha disponibilizada pela gestão do parque à DGPU da SVMA.

Pontuação: se mede a variação entre um ano e o seguinte, sendo o ano 0 a linha de base com a coleta realizada nas quatro épocas do primeiro ano; o ano 1 corresponde à coleta nas quatro épocas do ano seguinte. O cálculo final do indicador social anual é feito pela média aritmética da pontuação alcançada pelas 11 variáveis.

Tabela 7 - Distribuição dos valores coletados em campo, normalizados pela variação e pela pontuação atribuída.

Variável:	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	TOTAL média aritmética entre as 11 variáveis	
ano	visitação diária total (média entre coletas 1, 3, 5, 7)	visitação por grupo										TOTAL média aritmética entre as 11 variáveis	
		Crianças 0 a 14 anos			Jovens 15 a 24 anos				Idosos 60+				PCD
		total	Gênero feminino		total	Gênero feminino		total	Gênero feminino				
			man hã	noit e		man hã	noit e		man hã	noit e			
Ano 0 – linha base													
Ano 1													
Variação (1 - 0) / 1 %													
<b>Pontuação</b>													
Ano 2													
Variação (2 - 1) / 2 %													
<b>Pontuação</b>													

Fonte: ONU-Habitat

Tabela 8- Pontuação dos dados coletados pela variação anual

Variação anual	pontuação
< 0	-1
0	0
0 – 5%	1
5% – 10%	2
> 10%	4

Fonte: ONU-Habitat

- Resultados da análise e avaliação dos dados processados

A análise de dados deve descrever as variações entre as variáveis individualmente e do valor final da pontuação do indicador. Pode produzir gráficos, exibir imagens de campo, descrever situações esporádicas no parque que justifiquem eventuais variações abruptas, entre outras informações que demonstrem detalhes importantes para constatar algum argumento ou hipótese da análise.



- Recomendações à gestão do parque e à gestão central e aprendizagem obtida a partir do processo e dos resultados

O indicador, suas variáveis e sua comparação com anos anteriores podem indicar a necessidade de melhorias físicas no parque, podem indicar o sucesso de atividades esporádicas, condições que, na visão da gestão, possam melhorar o desempenho deste indicador. Podem descrever, também, as condições da coleta, dificuldades e experiências das equipes de campo e sugestões de alterações metodológicas.

Este sistema de monitoramento deverá ser substituído no futuro por um sistema baseado num plano amostral.

## **II. Indicador de biodiversidade**

O parque deve ser um ambiente que oferece abrigo à fauna e que apresenta flora nativa diversa e sadia. A gestão deve solicitar à Divisão de Patrimônio Ambiental (DPA) da SVMA, um mês antes da sessão de prestação de contas do conselho gestor do parque, os indicadores de biodiversidade do Biosampa correspondentes ao parque. As informações de biodiversidade devem ser incluídas na apresentação realizada na sessão.

## **III. Indicador de mudanças climáticas e serviços ecossistêmicos**

O parque deve ser um importante instrumento para adaptação e mitigação climática. A gestão deve solicitar à Divisão de Patrimônio Ambiental (DPA) da SVMA, um mês antes da sessão de prestação de contas do conselho gestor do parque, os indicadores do Biosampa referentes à área refrescante, estoque de carbono, percentagem (%) de área permeável, correspondentes ao parque. As informações coletadas devem ser incluídas na apresentação realizada na sessão.

## **IV. Indicador de gestão da estrutura do parque**

O parque deve oferecer conforto e serviços básicos às pessoas usuárias. Uma vez publicado o relatório anual do Indicador de Parques de São Paulo, elaborado pela Fundação Aaron Birman em parceria com a SVMA, a gestão do parque deve coletar a informação e incluir elas na apresentação para a sessão anual de prestação de contas do conselho gestor do parque.

## **V. Governança**

O parque deve contar com uma gestão participativa e transparente. A gestão deve solicitar à Divisão de Patrimônio Ambiental (DPA) da SVMA, um mês antes da sessão de prestação de contas do conselho gestor do parque, os indicadores do Biosampa referentes aos indicadores de governança, correspondentes ao parque. As informações coletadas devem ser incluídas na apresentação realizada na sessão.



## 11.2. Monitoramento da implementação das ações do plano de gestão

Para alcançar seus objetivos, o Plano de Gestão contém o Plano de Ação, apresentado no item 10, que representa o resultado propositivo de todo seu processo de elaboração, diverso e participativo. A implementação do Plano de Gestão implica a transformação das diretrizes em ações efetivas.

O Quadro de Diretrizes, apresentado no item 10.3, agrupa diretrizes que são orientativas e expressam considerações importantes na gestão do parque. Este grupo de diretrizes não é mensurável e não se inclui no quadro de monitoramento.

O Quadro de Ações e Monitoramento, apresentado no item 10.4, é composto pelas ações concretas e mensuráveis. Assim, de maneira a se transformar em ferramenta ágil de consulta, execução e conferência, essas ações contidas neste segundo quadro estão dispostas em forma de *checklist*, sobre o qual a gestão poderá apontar com facilidade as ações já executadas e o conselho gestor, a SVMA e quem mais de interesse, possa rapidamente se apropriar como está a evolução destes pontos na gestão deste parque.

Assim, o Quadro de Ações e Monitoramento poderá ser usado pela gestão do parque como ferramenta de monitoramento do avanço na implementação do Plano de Gestão, de forma a prestar contas periodicamente ao Conselho Gestor e à Divisão de Gestão de Parques Urbanos (DGPU) da SVMA.



## 12. Referências Bibliográficas

ALEGRE Escorza, M., RODRÍGUEZ Garabot, E., ALATA Ninapaytan, M. P., Nogales Fernández-Blanco, L., Quispe Mogrojevo, S., Velarde Herz, F., & De La Cruz Chaupiz, L. (2022). Guia de intervenciones en espacios públicos. Disponível em: <https://scioteca.caf.com/handle/123456789/2015>. Acesso em: agosto de 2024.

ARAGÃO, J. A. C. Governança e Administração Pública: Um Estudo de Caso no Contexto do Serviço Público Brasileiro. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2006.

BRASIL. Lei nº 10.385, de 1987.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 30 de agosto de 2024.

BRASIL. Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 2 set. 1981. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l6938.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm). Acesso em: 30 de agosto de 2024.

BRASIL. Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009. Institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima - PNMC e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 30 dez. 2009. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/lei/l12187.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12187.htm). Acesso em: 30 de agosto de 2024.

BRASIL. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 19 jul. 2000. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9985.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9985.htm). Acesso em: 30 de agosto de 2024.

BRASIL. Lei nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006. Dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 26 dez. 2006. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/l11428.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11428.htm). Acesso em: 30 de agosto de 2024.

BRASIL. Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, nº 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, e nº 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 28 maio 2012. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/l12651.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12651.htm). Acesso em: 30 de agosto de 2024.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Portaria MMA nº 148, de 07 de junho de 2022. Altera os Anexos da Portaria nº 443, de 17 de dezembro de 2014, da Portaria nº 444, de 17 de dezembro de 2014, e da Portaria nº 445, de 17 de dezembro de 2014, referentes à atualização da Lista Nacional de Espécies Ameaçadas de Extinção. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 74, 08 jun. 2022.





BUTLER, Judith. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

BANCO DE DESARROLLO DE AMÉRICA LATINA E CARIBE (CAF). Guía de Intervenciones en espacios públicos. [Tradução: Guia de intervenções em espaços públicos]. 2023. Disponível em: <https://www.caf.com/documento>. Acesso em: agosto de 2024.

CERTEAU, Michel de. A Invenção do Cotidiano. 1. ed. São Paulo: Vozes, 1980.

CITES – CONVENTION ON INTERNATIONAL TRADE IN ENDANGERED SPECIES OF WILD FAUNA AND FLORA. Appendix II. Geneva: 2022. Disponível em: <https://www.cites.org/eng/app/appendices.php>. Acesso em: dezembro 2023.

CRENSHAW, Kimberlé. Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory, and Antiracist Politics. University of Chicago Legal Forum, p. 139-167, 1989.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

GEOSAMPA. Mapa Digital da Cidade de São Paulo. Disponível em: <https://geosampa.prefeitura.sp.gov.br>. Acesso em: fevereiro de 2024.

GEOSAMPA. Metadados. Disponível em: <https://metadados.geosampa.prefeitura.sp.gov.br/geonetwork/srv/por/catalog.search#/metadata/fa7525ad-a831-4167-b096-7f5550f18b0f>. Acesso em: 14 ago. 2024.

INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO (IPT). Relatório da Carta Geotécnica do Município de São Paulo. São Paulo: IPT, 1992. Disponível em: [https://metadados.geosampa.prefeitura.sp.gov.br/geonetwork/intranet/api/records/a14e407e-b0d9-4f4c-a1ae-805e83f99382/attachments/relatório%20CG\\_1993.pdf](https://metadados.geosampa.prefeitura.sp.gov.br/geonetwork/intranet/api/records/a14e407e-b0d9-4f4c-a1ae-805e83f99382/attachments/relatório%20CG_1993.pdf). Acesso em: 9 de dezembro de 2023.

ISA. Parques urbanos municipais de São Paulo: subsídios para gestão. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2008. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org>. Acesso em: 14 ago. 2024.

KLIASS, Rosa G. Parques urbanos de São Paulo e sua evolução na cidade. São Paulo: PINI, 1993.

KRAV CONSULTORIA AMBIENTAL. Laudo de fauna silvestre (Parque dos Búfalos). Relatório Ambiental Preliminar (RAP) que subsidiou a emissão da Licença Ambiental Prévia (LAP) n° 2366, Processo CETESB n° 121, São Paulo, 2014.

LIMA, Fernanda L. Parques para pessoas: ideias e estratégias adotadas na fundação e na gestão dos parques urbanos municipais de São Paulo. Dissertação (Mestrado). Instituto de Estudos Brasileiros, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2021.

LOSS, S., WILL, T. & MARRA, P. The impact of free-ranging domestic cats on wildlife of the United States. Nat Commun 4, 1396, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1038/ncomms2380>. Acesso em: outubro de 2022.

LOWE, S., BROWNE, M. & BOUDJELAS, S. 100 of the World's Worst Invasive Alien Species: a Selection from The Global Invasive Species Database (Invasive Species Specialist Group, International Union for Conservation of Nature, 2000).



MEA. Avaliação do Ecossistema do Milênio. Ecossistemas e bem-estar humano: síntese. Washington, D.C.: Island Press, 2005.

ONU (2005). IOM: Full Glossary of Terms to describe sexual orientation, gender identity, gender expression and sex characteristics. United Nations Network on Migration, 2020. Disponível em: <http://un.org>. Acesso em: 14 ago. 2024.

ONU (2007). Online Forum. Disponível em: <http://un.org>. Acesso em: 14 ago. 2024.

ONU (2022). Virtual Workshop on the Promotion of Intergenerational Equity for Sustainable Development. Disponível em: <http://un.org>. Acesso em: 14 ago. 2024.

ONU (2024). Cities - United Nations Sustainable Development Action 2015. Disponível em: <http://un.org>. Acesso em: 14 ago. 2024.

ONU-Habitat. Cidade Dela. Disponível em: <https://unhabitat.org>. Acesso em: novembro de 2023.

PACHECO, R. T. B.; RAIMUNDO, S. Parques urbanos e o campo dos estudos do lazer: propostas para uma agenda de pesquisa. Revista Brasileira de Estudos do Lazer. Belo Horizonte, V. 1, N. 3, 2014.

PBMC – Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas. Mudanças Climáticas e Cidades. Relatório Especial. RIBEIRO, S.K.; SANTOS, A. S. (Eds.). Rio de Janeiro: COPPE-UFRJ, 2016.

PDE. Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo. Disponível em: <https://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/texto-da-lei-2/>. Acesso em fev. 2024.

PDE, 2014. Plano Diretor Estratégico. Disponível em: <https://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/texto-da-lei-2/>. Acesso em: outubro de 2023.

PENSAMENTO VERDE. Cerol de pipa coloca natureza em risco. Pensamento Verde, 2019. Disponível em: <https://www.pensamentoverde.com.br/meio-ambiente/cerol-de-pipa-coloca-natureza-em-risco/>. Acesso em outubro de 2023.

PLANCLIMA. Plano de Ação Climática do Município de São Paulo. Disponível em: [https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/meio\\_ambiente/arquivos/PlanClimaSP\\_BaixaResolucao.pdf](https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/meio_ambiente/arquivos/PlanClimaSP_BaixaResolucao.pdf). Acesso em: junho de 2014.

PLANPAVEL. PLANPAVEL-VERSÃO COMPLETA. Disponível em: <http://prefeitura.sp.gov.br>. Acesso em: 14 ago. 2024.

PMMA - Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica do Município de São Paulo. São Paulo, 2017. Disponível em: [https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/PMMA\\_final\\_8\\_jan%20ok.pdf](https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/PMMA_final_8_jan%20ok.pdf). Acesso em: 20 jan. 2024.

PMSA. Plano Municipal de Conservação e Recuperação de Áreas Prestadoras de Serviços Ambientais Disponível em: < [PLANO DE CONSERVAÇÃO E RECUPERAÇÃO DE ÁREAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS AMBIENTAIS - Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente - Prefeitura \(capital.sp.gov.br\)](http://www.capital.sp.gov.br)>. São Paulo: SVMA, 2020.

PMSP. Cadernos das subprefeituras. Disponível em: <https://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br>. Acesso em fev. 2024.



PMSP. Conselho Regional de Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Cultura de Paz - CADES REGIONAIS. Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente. Prefeitura da Cidade de São Paulo. Disponível em: <http://prefeitura.sp.gov.br>. Acesso em: 14 ago. 2024.

PMSP. Plano Diretor de Drenagem e Cadernos de Drenagem. Disponível em: [https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/obras/obras\\_de\\_drenagem/index.php?p=230496](https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/obras/obras_de_drenagem/index.php?p=230496). Acesso em fev. 2024.

PMSP. Plano Regional de Cidade Ademar. Disponível em: <https://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/marco-regulatorio/planos-regionais/arquivos/>. Acesso em: outubro de 2023.

ProEEA. Pré-Minuta do Programa de Educação Ambiental elaborado pelo Governo do Estado/SP, 2022.

SANTOS, Milton. O espaço público. São Paulo: Nobel, 1996.

SÃO PAULO (CIDADE). 1987. Lei nº 10.365 de 22 de setembro de 1987. Disciplina o corte e a poda de vegetação de porte arbóreo existente no município de São Paulo, e dá outras providências. Diário Oficial da Cidade de São Paulo de 22 de setembro de 1987.

SÃO PAULO (CIDADE). Índice BIOSAMPA 2021: 23 indicadores da biodiversidade paulistana, serviços ecossistêmicos e governança relacionada / Coordenação: DOS SANTOS, Rodrigo Martins; SOUSA, Mariana Mendes de. São Paulo: SVMA, 2022.

SÃO PAULO (CIDADE). Inventário da Fauna Silvestre do Município de São Paulo. 2022. Disponível em: [https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/meio\\_ambiente/Diversos/Inventario%20da%20Fauna%20Silvestre%20do%20Municipio%20de%20SP%20-%202022.xlsx](https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/meio_ambiente/Diversos/Inventario%20da%20Fauna%20Silvestre%20do%20Municipio%20de%20SP%20-%202022.xlsx). Acesso em: 20 jan. 2024.

SÃO PAULO (CIDADE). Lei Municipal nº 16.050, que institui a Política de Desenvolvimento Urbano e o Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo, de 31 Jun. 2014.

SÃO PAULO (CIDADE). Lei Municipal nº 16.402. Disciplina o parcelamento, o uso e a ocupação no Município de São Paulo de acordo com a Lei nº 16.050, de 31 Jul. 2014.

PMSP. PREFEITURA DE SÃO PAULO. Mapa Digital da Cidade de São Paulo (GeoSampa). Camada Meio Físico: Topografia: Declividade. Disponível em: [https://geosampa.prefeitura.sp.gov.br/PaginasPublicas/\\_SBC.aspx](https://geosampa.prefeitura.sp.gov.br/PaginasPublicas/_SBC.aspx). Acesso em: dezembro 2023.

PMSP. PREFEITURA DE SÃO PAULO. Mapa Digital da Cidade de São Paulo (GeoSampa). Camada Verde / Recursos Naturais: Mapeamento da Cobertura Vegetal 2020. Disponível em: [https://geosampa.prefeitura.sp.gov.br/PaginasPublicas/\\_SBC.aspx](https://geosampa.prefeitura.sp.gov.br/PaginasPublicas/_SBC.aspx). Acesso em: dezembro 2023.

PMSP. PREFEITURA DE SÃO PAULO. Mapa Digital da Cidade de São Paulo (GeoSampa). Camada Verde / Recursos Naturais: Plano Municipal da Mata Atlântica: Remanescentes do Bioma. Disponível em: [https://geosampa.prefeitura.sp.gov.br/PaginasPublicas/\\_SBC.aspx](https://geosampa.prefeitura.sp.gov.br/PaginasPublicas/_SBC.aspx). Acesso em: dezembro 2023.

PMSP. PREFEITURA DE SÃO PAULO. Mapa Digital da Cidade de São Paulo (GeoSampa). Camada Verde / Recursos Naturais: Plano Municipal da Mata Atlântica: Remanescentes do



Bioma. Disponível em: [https://geosampa.prefeitura.sp.gov.br/PaginasPublicas/\\_SBC.aspx](https://geosampa.prefeitura.sp.gov.br/PaginasPublicas/_SBC.aspx). Acesso em: dezembro 2023.

RENTAS - Rede Nacional Contra o Tráfico de Animais Silvestres. Primeiro Relatório Nacional sobre o Tráfico de Animais Silvestres no Brasil. RENTAS: Brasília, 2001.

SÃO PAULO (CIDADE). 1987. Lei nº 10.365 de 22 de setembro de 1987. Disciplina o corte e a poda de vegetação de porte arbóreo existente no município de São Paulo, e dá outras providências. Diário Oficial da Cidade de São Paulo de 22 de setembro de 1987.

SÃO PAULO (CIDADE). Inventário da Fauna Silvestre do Município de São Paulo. 2022. [https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/meio\\_ambiente/Diversos/Inventario%20da%20Fauna%20Silvestre%20do%20Municipio%20de%20SP%20-%202022.xlsx](https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/meio_ambiente/Diversos/Inventario%20da%20Fauna%20Silvestre%20do%20Municipio%20de%20SP%20-%202022.xlsx).

SÃO PAULO (CIDADE). Prefeitura Municipal de São Paulo, Secretaria de Governo

SÃO PAULO (ESTADO). 1989. Decreto Estadual nº 30.443 de 23 de setembro de 1989. Considera patrimônio ambiental e declara imunes de corte, exemplares arbóreos situados no Município de São Paulo, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado de São Paulo, Poder Executivo. São Paulo, SP, v.99, n.177, 21 set. 1989. Seção 1, p. 1.

SÃO PAULO (Município). Plano Diretor do Parque Jardim Felicidade. São Paulo: Prefeitura Municipal de São Paulo, 2024. Disponível em: <[Minuta Plano Diretor do Parque Jardim Felicidade \(prefeitura.sp.gov.br\)](https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/meio_ambiente/Diversos/Inventario%20da%20Fauna%20Silvestre%20do%20Municipio%20de%20SP%20-%202022.xlsx)>. Acesso em: 30 ago. 2024.

SÃO PAULO (Estado). Lei nº 14.982, de 8 de abril de 2013. Dispõe sobre a proteção e restauração da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica no Estado de São Paulo. Diário Oficial [do] Estado de São Paulo, São Paulo, SP, 9 abr. 2013. Disponível em: <http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/2013/lei-14982-08.04.2013.html>. Acesso em: dia mês ano.

SÃO PAULO (CIDADE). Lei Municipal nº 16.050, que institui a Política de Desenvolvimento Urbano e o Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo, de 31 Jun. 2014.

SÃO PAULO (CIDADE). Lei Municipal nº 16.402. Disciplina o parcelamento, o uso e a ocupação no Município de São Paulo de acordo com a Lei nº 16.050, de 31 Jul. 2014. – Plano Diretor Estratégico (PDE), de 22 Mar. 2016. Disponível em <[https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/desenvolvimento\\_urbano/texto%20de%20lei%20pdf.pdf](https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/desenvolvimento_urbano/texto%20de%20lei%20pdf.pdf)>, acesso em 20 Jan. 2024.

SANTOS, Milton. O espaço do cidadão. São Paulo: Nobel, 1998

SÃO PAULO (ESTADO). Resolução SMA nº 57, de 05 de junho de 2016 – Publica a segunda revisão da lista oficial das espécies da flora ameaçadas de extinção no Estado de São Paulo. Diário Oficial do Estado de São Paulo: seção 1: pág. 55/57, 30 jun 2016.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Portaria MMA nº 148, de 07 de junho de 2022. Altera os Anexos da Portaria nº 443, de 17 de dezembro de 2014, da Portaria nº 444, de 17 de dezembro de 2014, e da Portaria nº 445, de 17 de dezembro de 2014, referentes à atualização da Lista Nacional de Espécies Ameaçadas de Extinção. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 74, 08 jun. 2022.



SÃO PAULO (CIDADE). Inventário da Fauna Silvestre do Município de São Paulo. 2022. [https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/meio\\_ambiente/Diversos/Inventario%20da%20Fauna%20Silvestre%20do%20Municipio%20de%20SP%20-%202022.xlsx](https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/meio_ambiente/Diversos/Inventario%20da%20Fauna%20Silvestre%20do%20Municipio%20de%20SP%20-%202022.xlsx)

SÃO PAULO (ESTADO). Decreto Estadual nº 63.853, de 27 de novembro de 2018. Declara as espécies da fauna silvestre no Estado de São Paulo regionalmente extintas, as ameaçadas de extinção, as quase ameaçadas e as com dados insuficientes para avaliação, e dá providências correlatas. Diário Oficial do Estado de São Paulo: seção 1: Poder Executivo, São Paulo, v. 128, n. 221, p. 01-11, 29 nov. 2018.

SILVA, Maria. Princípios de Conservação Ambiental. 2. ed. São Paulo: Editora Verde, 2020.

SILVA, L. J. M. Parques urbanos: a natureza na cidade: uma análise da percepção dos atores urbanos. Dissertação de mestrado em Desenvolvimento Sustentado. UNB Centro de Desenvolvimento Sustentado, Brasília, 2003.

#### **Bibliografia específica:**

Dado secundário SVMA (arquivo "Lista da flora 2023").

Dado secundário SVMA (arquivo "PD1\_ARQ\_01\_27\_PLANI\_R19\_2007")

Dado secundário SVMA (arquivo "Diagnóstico de recursos naturais")

Dado secundário SVMA (arquivo "TCRA Nº 112923/2014")

Dado secundário SVMA (arquivo "TCRA Nº 4185/2017")

Dado secundário SVMA (arquivo "TCRA Nº 46028/2017")

PMSP. PREFEITURA DE SÃO PAULO. Futuro Parque Municipal Jardim Apurá – Parque dos Búfalos. Disponível em: < [Futuro Parque Municipal Jardim Apurá – Parque dos Búfalos tem sua área de implantação sinalizada | Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente | Prefeitura da Cidade de São Paulo](#) >. Acesso em novembro, 2023.

PMSP. Histórico. Parque dos Búfalos. Disponível em: <http://www.parquedosbufalos.com/historico/>. Acesso em: setembro de 2023.

SÃO PAULO (ESTADO). Lei Estadual nº 13.579. Define a Área de Proteção e Recuperação dos Mananciais da Bacia Hidrográfica do Reservatório Billings - APRM-B, de 13 de julho de 2009.

SÃO PAULO (CIDADE), Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente, Diretoria de Patrimônio Ambiental. ELEMENTOS TÉCNICOS PARA CRIAÇÃO DO PARQUE JARDIM APURÁ – PARQUE DOS BÚFALOS: JUSTIFICATIVA. São Paulo, outubro de 2015.

SÃO PAULO (ESTADO). Lei nº 13.579, de 13 de julho de 2009. Define a Área de Proteção e Recuperação dos Mananciais da Bacia Hidrográfica do Reservatório Billings - APRM-B. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, 13 de julho de 2009.

SÃO PAULO (CIDADE). Prefeitura Municipal de São Paulo, Secretaria do Verde e do Meio Ambiente, Herbário Municipal. Relatório Preliminar de Caracterização da Flora e Vegetação do Futuro Parque dos Búfalos e recomendações para projeto e manejo. São Paulo, janeiro de 2018.

SÃO PAULO (CIDADE), Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente, Diretora de Patrimônio Ambiental. ELEMENTOS TÉCNICOS PARA CRIAÇÃO DO PARQUE JARDIM APURÁ – PARQUE DOS BÚFALOS: JUSTIFICATIVA. São Paulo, outubro de 2015.



## **Anexo I: Processo participativo do Plano de Gestão**

### **1. Introdução**

O presente anexo integra o **Plano de Gestão do Parque Jardim Apurá – Búfalos** e visa apresentar o processo de participação social promovido em abril de 2024, através das *Oficinas participativas do Plano de Gestão do Parque Jardim Apurá - Búfalos*, com o envolvimento da sociedade civil e diversos setores relacionados ao parque. Além de ter como objetivo estabelecer o registro e o memorial das atividades realizadas, este documento trata da metodologia e ferramentas aplicadas, bem como apresenta os resultados das oficinas.

Foram realizadas duas oficinas no Parque Jardim Apurá - Búfalos, uma voltada ao público em geral e outra desenvolvida com a equipe escolar e os adolescentes da Escola Municipal de Educação Fundamental (EMEF) Professor Paulo Gonçalo dos Santos. Ambas aconteceram em formato presencial e contaram com 19 e 28 participantes, respectivamente, além da equipe de facilitação e apoio do ONU-Habitat. A atividade realizada com adolescentes ocorreu no dia 11 de abril de 2024, das 08:50 às 11:30 e a com o público geral em 27 de abril de 2024, das 10:00 às 13:00, ambas no CEU - Centro Educacional Unificado Alvarenga, (Estrada do Alvarenga, 3752, Balneário São Francisco).

As atividades aconteceram no âmbito da iniciativa “Viva o Verde SP” para o desenvolvimento dos Planos de Gestão de oito parques do município de São Paulo: Água Podre – Ypuera, Alto da Boa Vista, Aristocrata, Augusta, Córrego do Bispo, Fazenda da Juta, Jardim Apurá – Búfalos e Paraisópolis. Ao todo, foram conduzidas 12 oficinas, das quais oito foram destinadas ao público em geral e quatro direcionadas especificamente para crianças e adolescentes. No total, as oficinas reuniram 253 pessoas participantes, sendo 107 crianças e adolescentes e 146 adultas representando o público geral (mulheres transgênero, mulheres cisgênero, homens transgênero, homens cisgênero, pessoas não binárias, pessoas indígenas, brancas, pretas, pardas e/ou amarelas). Foram coletadas 540 contribuições referentes aos problemas, causas, soluções e desejos de futuro para cada parque.

As oficinas voltadas ao público em geral dos oito parques aconteceram aos finais de semana (sábado ou domingo), nos períodos da manhã ou tarde. As datas, período e local para realização das atividades foram definidos em reuniões com os diversos conselhos relacionados a cada parque contemplado pela iniciativa. A maior parte dos conselhos consultados sugeriu que as oficinas ocorressem em outros locais que não o parque, mas nas suas intermediações em algum equipamento público ou comunitário. Isso ocorreu previsivelmente nos parques em implantação, dado que os espaços não possuíam, ao longo do desenvolvimento do presente trabalho, uma infraestrutura que recebesse as pessoas participantes. Também sucedeu em alguns parques implantados pelos seguintes argumentos: 1. Os parques são recém implantados e ainda não tão conhecidos ou frequentados pelas pessoas do território; 2. Os parques implantados não possuem fácil acesso de transporte público ou não possuem um espaço percebido pelos participantes do Conselho como adequado para realização das dinâmicas pretendidas.



Para a definição das datas, horário e local das oficinas direcionadas às crianças e adolescentes foram consultadas instituições de ensino e assistência social que já realizam atividades nos parques ou possuem algum vínculo com os territórios. A articulação com os equipamentos ocorreu com o apoio das gestoras e gestores dos parques, além da Secretaria Municipal de Educação (SME) e pessoas funcionárias dos Centros para Crianças e Adolescentes. As atividades aconteceram em conformidade com a grade curricular, no horário de aula.

Desse modo, a metodologia foi desenvolvida considerando as diversas situações que foram observadas e manifestadas pelas partes envolvidas, tal como será apresentado no item a seguir.

As fotos apresentadas neste documento foram tiradas pela equipe do Viva o Verde SP, salvo exceções, nas quais será indicada a pessoa que fotografou. As tabelas e gráficos foram elaborados com base nos resultados as ferramentas e questionários aplicados ao longo das atividades.

## **2. Metodologia**

A metodologia foi elaborada de acordo com a situação do parque (implantado ou em implantação) e perfil do público-alvo (geral ou crianças e adolescentes). Dessa forma, foram estruturados quatro tipos de oficinas, as quais poderiam acontecer nos parques ou em algum equipamento próximo:

- Oficina no Parque I: voltada ao público em geral;
- Oficina no Parque II: voltada a crianças ou adolescentes;
- Oficina no Bairro: voltada ao público em geral; e
- Oficina na Escola: voltada a crianças ou adolescentes



Figura 17– Tipos das oficinas



Fonte: ONU-Habitat

Cada oficina contou com duas partes: um momento introdutório (M1) com a apresentação do projeto e dos objetivos da oficina, seguido por um segundo momento (M2) onde foram realizados o levantamento inicial dos temas do parque, uma roda de sensibilização com perspectiva de gênero, o reconhecimento do parque e problematização do espaço público e por fim, o levantamento de problemas, causas, soluções e desejos de futuro para o parque.

As oficinas destinadas ao público em geral foram previstas com três horas de duração e as oficinas direcionadas às crianças ou adolescentes foram previstas, em média, com duas horas e meia de duração.

No Parque Jardim Apurá - Búfalos o formato adotado para a oficina direcionada ao público em geral foi a "Oficina no Bairro", enquanto para a oficina voltada aos adolescentes foi a tipologia "Oficina na Escola".

O tópico a seguir apresentará as ferramentas aplicadas associadas a uma leitura dos resultados obtidos em cada oficina. Serão apresentados primeiro as ferramentas e resultados referentes à oficina desenvolvida com o público em geral e na sequência, serão apresentadas as oficinas realizadas com os adolescentes da EMEF Professor Paulo Gonçalo dos Santos.





### 3. Ferramentas aplicadas e resultados <sup>16</sup>– oficina público geral

As ferramentas serão apresentadas na ordem em que foram aplicadas na oficina.

#### 3.1 Perfil das pessoas participantes

##### 3.1.1 Formulário de inscrição

Junto aos convites para as oficinas foi disponibilizado um formulário de inscrição para preenchimento online, com o objetivo de estimar a quantidade de pessoas interessadas em participar da atividade, assim como seu vínculo e proximidade com os parques e a frequência com que os visitam. Através do formulário foi possível coletar o nome da pessoa participante; a organização (ou conselho) a qual pertence, se pertinente; qual oficina teria o interesse em participar e com qual frequência visita o parque em questão.

O formulário de inscrição do Parque Jardim Apurá - Búfalos obteve 14 pessoas inscritas, cuja maioria frequenta o parque eventualmente e apenas duas das pessoas inscritas (14,3%) fazem parte do Conselho Gestor. É importante notar que, durante a realização da oficina, o parque estava em processo de implementação, o que poderia afetar as respostas referentes à frequência de visitação.

Tabela 9 - Frequência de visitação das pessoas inscritas

Uma ou duas vezes por semana	0,00%
Três ou quatro vezes por semana	0,00%
Cinco ou mais vezes por semana	28,57%
Eventualmente	42,86%
Raramente	28,57%

##### 3.1.2 Lista de presença

A lista de presença foi disponibilizada no dia da atividade e foi solicitada a assinatura de cada pessoa participante, indicando sua instituição e cargo, quando aplicável.

Foram registradas 19 pessoas, sendo a maioria de Organizações da Sociedade Civil (OSC). O segundo grupo majoritário foram as pessoas integrantes do Conselho Gestor do parque.

<sup>16</sup> As ferramentas foram desenvolvidas com inspiração nas seguintes referências: [Handbook for Gender-Inclusive Urban Planning and Design \(World Bank Group\)](#); [Guía de reconocimiento urbano con perspectiva de género \(Col·lectiu Punt 6\)](#); [Caderno de Oficinas Cidade Mulher \(ONU-Habitat\)](#); Metodologia Árvore dos Sonhos (Instituto Socioambiental).



Tabela 10 - Presença dos diferentes grupos de pessoas participantes registradas na lista de presença (em porcentagem)

Visitante/Morador(a)	21,05%
Conselho gestor	31,58%
OSC	36,84%
Equipe operacional	5,26%
Sem responder	5,26%

### 3.1.3 Questionário de perfilação

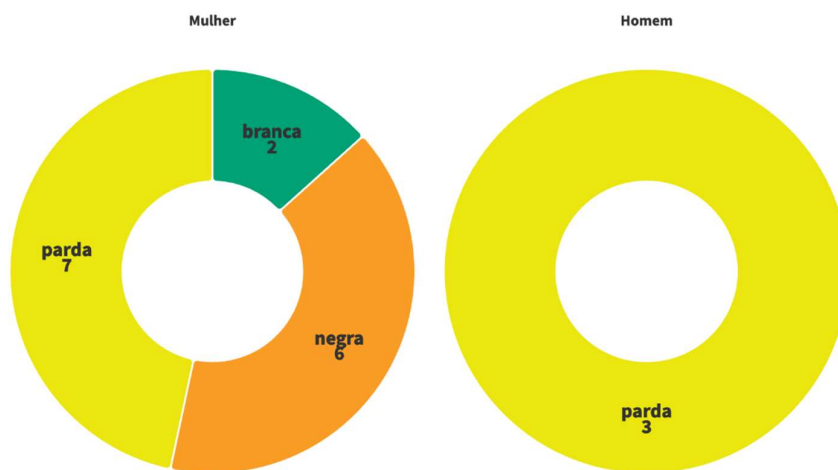
Instrumento distribuído na recepção das pessoas participantes, para preenchimento anônimo, contendo um questionário de perfilação com o objetivo de identificar os grupos representados pelos dados coletados na oficina, sobretudo relacionado a questões de gênero, etnia, raça e sexualidade.

Foram obtidas 19 respostas do questionário, sendo 15 mulheres, uma mulher cisgênero e três homens.

A maioria se identificou como pessoa negra, demora 15 minutos para chegar até o parque, utilizando a caminhada como meio de transporte.

Figura 18– Perfil das pessoas participantes que responderam o formulário (gênero e perfil étnico-racial)

#### Perfil Pessoas Participantes



Fonte: ONU-Habitat



Figura 19 – Parte das pessoas participantes da oficina e equipe facilitadora



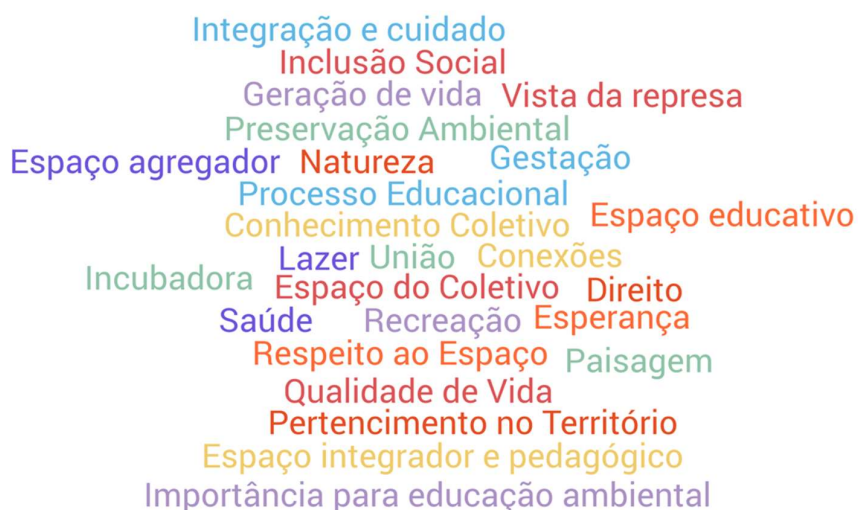
Fonte: Desconhecido / ONU-Habitat

### 3.2 Nuvem de palavras

A atividade foi realizada no primeiro momento (M1) da oficina, após a apresentação de introdução ao projeto, com o objetivo de identificar os temas geradores e questões relevantes que as pessoas identificam no parque.

Em formato de roda, cada pessoa se apresentou brevemente e respondeu, com uma ou poucas palavras, à pergunta: “Qual é a importância desse parque para você?”. As respostas foram escritas em um painel, o qual ficou disponível ao longo da oficina como registro e nuvem de palavras que poderiam ser retomadas ao longo das discussões abordadas na oficina.

Figura 20 - Nuvem de palavras formada com as respostas para a pergunta “Qual é a importância desse parque para você?”



Fonte: ONU-Habitat



### 3.3 Diagrama de estrela

Instrumento utilizado para promover uma compreensão coletiva da importância da perspectiva de gênero no planejamento urbano e para avaliar a sensação de segurança e conforto em diferentes partes do parque ou seu entorno.

No primeiro momento (M1) da oficina, as pessoas participantes indicaram no diagrama, de forma individual e anônima, suas percepções envolvendo diversos temas relacionados aos espaços de lazer ao ar livre. Ao término da atividade, a equipe facilitadora estimulou reflexões acerca das diversas perspectivas que devem ser consideradas ao se pensar a cidade.

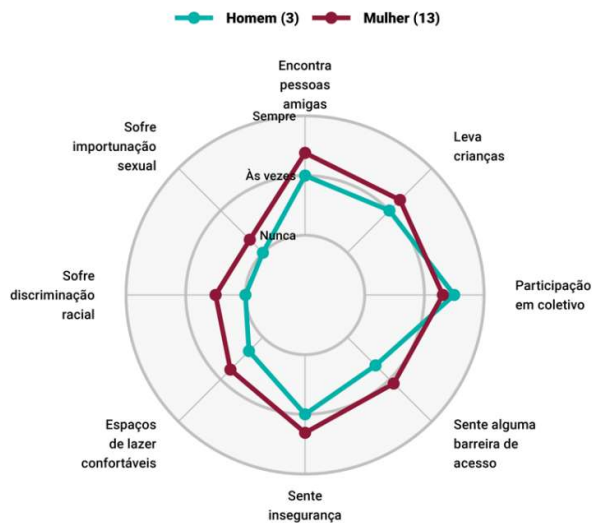
As perguntas apresentadas no instrumento ofereciam as opções de resposta "Sempre", "Às Vezes" ou "Nunca" e foram as seguintes:

1. Com que frequência você leva crianças para passear no parque ou próximo a ele?;
2. Com que frequência você sente alguma barreira de acesso no parque ou próximo a ele?;
3. Com que frequência você sente insegurança no parque ou próximo a ele?;
4. Com que frequência você sofre importunação sexual no parque ou próximo a ele?;
5. Com que frequência você sofre discriminação racial no parque ou próximo a ele?;
6. Com que frequência você participa de coletivos, movimentos e/ou organizações que tratam do parque ou do seu bairro?;
7. Com que frequência você sente que os espaços de lazer ao ar livre do parque ou próximos a ele são confortáveis?; e
8. Com que frequência você encontra pessoas amigas no parque ou próximo a ele?

As figuras 20, 21 e 22 apresentam os resultados da ferramenta aplicada no Parque Jardim Apurá - Búfalos, nas quais é possível observar a sobreposição das percepções relacionadas à gênero, e o cruzamento com as informações étnico-raciais. O número indicado entre parênteses na legenda dos gráficos indica a quantidade de pessoas que responderam ao diagrama. Os gráficos foram elaborados através da média resultante de cada categoria.

Na Figura 20, se apresenta que a maioria dos homens participantes apontou que nunca sofre importunação sexual ou discriminação racial no parque ou próximo a ele, ao mesmo tempo em que participa com mais frequência de coletivos, movimentos e/ou organizações que tratam do parque ou do seu bairro. Por outro lado, se expressa que a maioria das mulheres participantes apontou ter sofrido episódios de importunação sexual e discriminação racial no parque ou próximo a ele, bem como sente insegurança no parque ou próximo a ele.

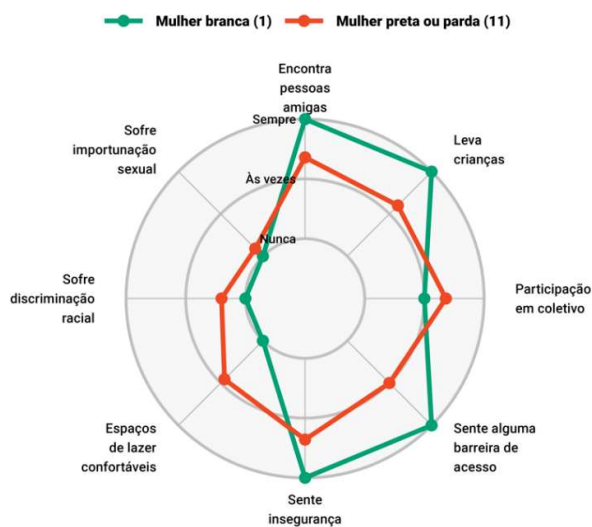
Figura 21 – Diagrama de estrela - gênero



Fonte: ONU-Habitat

Na Figura 22, se destaca como as mulheres pretas ou pardas participantes apontaram perceber menos barreiras de acesso e sentir menos insegurança no parque ou próximo a ele, por outro lado ter sofrido mais episódios de importunação sexual e discriminação racial.

Figura 22 – Diagrama de estrela - gênero e étnico-racial (mulheres)

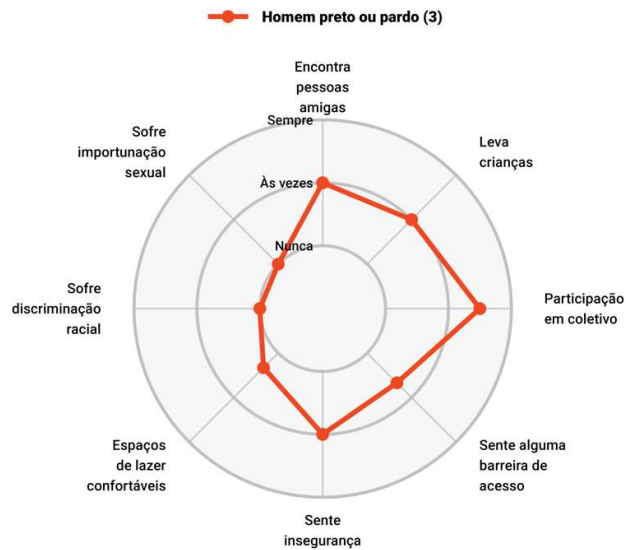


Fonte: ONU-Habitat



Na Figura 23, se visualiza que os homens negros (pretos ou pardos) participantes participam com mais regularidade de coletivos, movimentos e/ou organizações que tratam do parque ou do seu bairro e apontam que não sofrem episódios de discriminação racial e importunação sexual no parque ou próximo a ele.

Figura 23 – Diagrama de estrela - gênero e étnico-racial (homens)



Fonte: ONU-Habitat

A duração prevista para realização da atividade foi de 20 minutos. O resultado dessa ferramenta foi incorporado no capítulo referente aos programas e projetos do Plano de Gestão



Figura 24 – Registro da atividade “Diagrama de estrela”



Fonte: Julia Rocha / ONU-Habitat

### 3.4 Mapeamento afetivo

No segundo momento da oficina (M2), foi sugerida a formação de grupos entre as pessoas participantes para discussão coletiva das percepções acerca do território, com base no mapa do parque em formato A3, no qual poderiam ser colados adesivos com pictogramas em relação a elementos do parque percebidos com frequência (usos, pessoas, normas, segurança, patrimônio, natureza e desejos de futuro). Além de preparar para a próxima dinâmica, o propósito desta atividade foi fornecer informações para a proposta de setorização do parque. A duração prevista para realização da atividade foi de 20 minutos.

O resultado dessa ferramenta foi incorporado nos capítulos referentes ao plano de ação e setorização do Plano de Gestão.

Figura 25 – Registro da atividade “Mapeamento Afetivo”



Fonte: Julia Rocha / ONU-Habitat

### 3.5 Árvore dos sonhos

O objetivo da última ferramenta aplicada na oficina foi o desenvolvimento da base para a elaboração do plano de ação e diretrizes para o Plano de Gestão. Com a mesma formação de grupos da atividade anterior, as pessoas participantes foram incentivadas a debater sobre os problemas do parque e a partir daí pensar em suas causas, nas possíveis soluções e desejos de futuro.

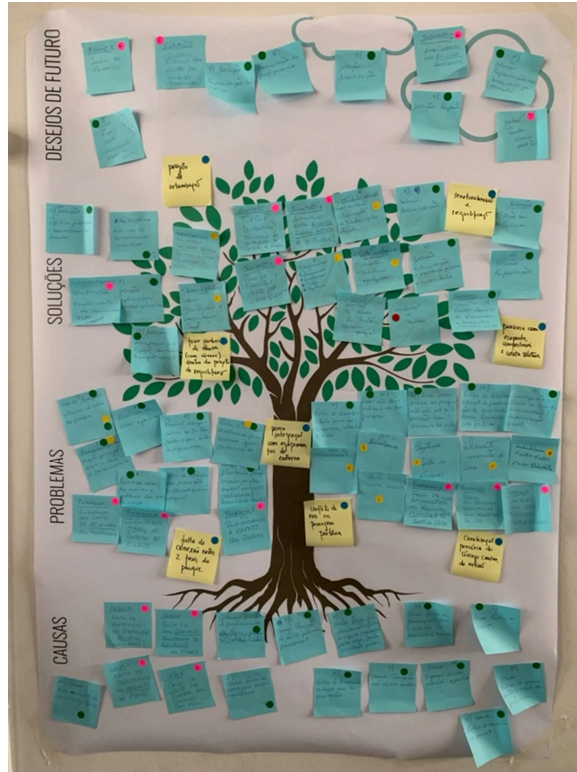
Cada contribuição foi colocada na Árvore dos Sonhos pela equipe facilitadora, por meio de notas adesivas, na localização correspondente – raiz para as causas, tronco para os problemas, folhas para as soluções e céu para os desejos de futuro. Para as questões que poderiam ser organizadas no território foi identificada sua localização no mapa do parque. Para instigar os sonhos, foram apresentadas algumas imagens de referência nas mesas para contribuir na ampliação de repertório das pessoas participantes. A duração prevista para realização da atividade foi de uma hora e 30 minutos.

O resultado dessa ferramenta foi incorporado nos capítulos referentes ao plano de ação e diretrizes do Plano de Gestão.





Figura 26 – Imagem ilustrativa da ferramenta “Árvore dos sonhos”



Fonte: Jordi Sánchez / ONU-Habitat

Figura 27 – Registros da atividade “Árvore dos sonhos”



Fonte: Julia Rocha / ONU-Habitat

#### **4. Ferramentas aplicadas e resultados<sup>17</sup> – oficina com crianças**

As ferramentas serão apresentadas na ordem em que foram aplicadas na oficina.

##### **4.1 Perfil das pessoas participantes**

Participaram da oficina, ao todo, 28 adolescentes da Escola Municipal de Educação Fundamental (EMEF) Prof. Paulo Gonçalo dos Santos, sendo 14 meninas e 14 meninos com idades entre 12 e 13 anos.

Figura 28 – Pessoas participantes da oficina e equipe facilitadora



Fonte: Laura Figueiredo / ONU-Habitat

##### **4.2 Roda de sensibilização**

Os adolescentes foram recebidos pela equipe facilitadora com uma atividade de aproximação e "quebra-gelo", onde foi possível observar algumas percepções espontâneas com relação ao parque. Em formato de roda, foram feitas perguntas, estimulando a serem respondidas com base nos cinco sentidos, tais como "Qual é a primeira coisa que você vê quando entra no parque?", ou "Qual é a primeira coisa que você ouve quando entra no parque?", "O que leva de lanche para o parque?", dentre outras.

As respostas das crianças à atividade foram reunidas na nuvem de palavras da figura a seguir.

<sup>17</sup> As ferramentas foram desenvolvidas com inspiração nas seguintes referências: [Guia de reconhecimento urbano con perspectiva de gênero \(Col-lectiu Punt 6\)](#); [Caderno de Oficinas Cidade Mulher \(ONU-Habitat\)](#); [Desenho de Espaços Públicos na Fronteira - Caderno Conexões Urbanas \(ONU-Habitat\)](#).



Figura 29 – Nuvem de palavras da atividade "Roda de Sensibilização"



Fonte: ONU-Habitat

### 4.3 Mapeamento afetivo

Foi sugerida a formação de grupos entre as pessoas participantes para discussão coletiva das percepções acerca do território, com base no mapa do parque em formato A0, no qual poderiam ser colados adesivos com pictogramas em relação a elementos do parque percebidos com frequência (usos, pessoas, normas, segurança, patrimônio, natureza e desejos de futuro). Além de preparar para a próxima dinâmica, o propósito desta atividade foi fornecer informações para a proposta de setorização do parque. A duração prevista para realização da atividade foi de 60 minutos.

O resultado dessa ferramenta foi incorporado nos capítulos referentes ao plano de ação e setorização do Plano de Gestão.

Figura 30 - Registros da atividade "Mapeamento Afetivo"



Fonte: Laura Figueiredo / ONU-Habitat

#### 4.4 Nuvem de necessidades e chuva de ideias

Após o mapeamento os adolescentes foram convidados a discutir e escrever os problemas e desafios relacionados ao parque. Os problemas foram desenhados e escritos em um cartaz denominado "Nuvem de Necessidades". Depois, foi sugerida discussão de soluções para os problemas apontados no exercício anterior, as quais foram desenhadas e escritas em um cartaz nomeado como "Chuva de Ideias". Foram apresentadas algumas imagens de referência nas mesas para contribuir na ampliação de repertório das pessoas participantes. Cada grupo apresentou os cartazes para as pessoas presentes.

Figura 31 - Registros da atividade "Nuvem de necessidades e chuva de ideias"



Fonte: Laura Figueiredo / ONU-Habitat